

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA (Mestrado)

**MEMÓRIA COLETIVA E EDUCAÇÃO
EM ASSENTAMENTOS RURAIS GOIÂNOS**

Margarete Sueli Bertti
Setembro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA (Mestrado)

**MEMÓRIA COLETIVA E EDUCAÇÃO
EM ASSENTAMENTOS RURAIS GOIANOS**

Texto apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Educação Brasileira, da
FE/UFG, como Dissertação de Mestrado.
Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Margarete Sueli Bertti
Setembro de 2002

*Dedico este trabalho a memória de minha mãe,
de quem sinto imensa saudade.*

À
*Reinaldo, Ludmila e Stefanie,
pelo carinho, apoio e compreensão,
fundamentais para a realização deste.*

AGRADECIMENTOS

*A beleza não está na partida
Nem na chegada
Mas na travessia.*

João Guimarães Rosa

Travessias implicam em partidas e chegadas, mas principalmente, planos, desvios, recomeços.

Durante a realização deste trabalho, muitos percalços se interpuseram, na travessia da vida e na travessia do conhecimento, grandes aventuras.

Mas nunca me faltaram o carinho, o incentivo e a colaboração de pessoas, com as quais, compartilhei angústias, incertezas e alegrias. Neste momento, recordo e agradeço.

Ao professor Jadir de Moraes Pessoa, pela dedicação, compreensão e sabedoria com que conduziu o trabalho de orientação, em todos os momentos desta longa travessia;

Aos professores Élio Garcia Duarte e Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira, querida Maurinha, pelas contribuições valiosas no exame de qualificação;

Aos professores do programa de mestrado da Faculdade de Educação, pelas aulas, reflexões e dúvidas despertadas;

Aos colegas da 13ª turma, com os quais compartilhei os momentos mais importantes desse caminhar;

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação, FE/UFG, pelo suporte técnico;

Aos participantes do Projeto Tijuqueiro, principalmente Márcia, Maria Emília, Margarida, Andréia e do Núcleo de Estudos Rurais Jussana e José Adelson, pelas colaborações, parcerias e aprendizados;

Aos agentes da CPT – Regional, Diocese de Goiás, MST, FETAEG, STR de Morrinhos e INCRA, pelas entrevistas, conversas, disponibilização de documentos e intermediação com os assentados.

E principalmente, aos sujeitos deste estudo, assentados rurais, pelo acolhimento e o carinho com que me receberam em suas parcelas, e pelos depoimentos prestados, sem os quais este trabalho não seria possível.

RESUMO

A partir do *trabalho da memória* de três diferentes grupos de assentados rurais, MEMÓRIA COLETIVA E EDUCAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS GOIANOS é um exercício de reconstituição da história da luta desses camponeses em seu retorno à terra, desde a ocupação das respectivas áreas até a organização dos assentamentos.

Busca-se compreender com esse resgate da *memória coletiva* de cada grupo, como atuam os diferentes *mediadores* na condução desses camponeses nas difíceis e conflitivas etapas da luta pelo acesso à terra e na constituição dos assentamentos, aqui representados por: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Goiânia, Diocese da Cidade de Goiás, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Busca-se igualmente apreender e analisar, que tipo de saberes foram produzidos ou reforçados a partir da atuação na luta pela conquista da terra, no confronto com os proprietários de terras, organismos do governo e demais forças implicadas na questão agrária.

Em seu todo, portanto, este trabalho tem como horizonte analisar a educação como uma prática histórica e social, assim considera-se que a *memória coletiva* dos grupos estudados, constitui-se em situações de aprendizagem, nas quais se aprende e se ensina, constrói-se um *saber social*, que, potencializa as ações desses sujeitos na defesa de seus interesses.

ABSTRACT

This study, “*Collective Memory and Education in Rural Settlements in Goiás*” was based on the work of memory of three different groups of rural settlers. It is an exercise of reconstruction of the history of these peasants’ struggle to return to countryside, from the occupation of respective areas to the organization of settlements.

By means of the retrieval of the collective memory of each group, we try to understand the role that each mediator plays in the process of leading these peasants through the hard and conflicting stages of the struggle for the right to land and in the establishment of settlements.

These mediators are represented in this work by the Pastoral Commission of Land (*Comissão Pastoral da Terra*), Goiânia Region, Diocese of the city of Goiás, Rural Workers Trade Unions, Federation of Agriculture Workers of the State of Goiás and Landless Rural Workers Movement.

At the same time, we try to identify and analyze what type of knowledge the struggle for the conquest of land and the confrontation with landowners, government agencies and other forces involved in the agrarian issue have created or emphasized.

Therefore, this work is intended to analyze education as a historical and social practice. This way, the collective memory of the groups studied represents a situation of learning, in which one can learn and teach; It is a social knowledge that is constructed and can boost the actions of these individuals in the defense of their interests.

LISTA DE SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	10
1. A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	24
1.1 A histórica concentração fundiária brasileira	25
1.2 A ocupação do Estado de Goiás	32
1.3 Assentamentos rurais no Estado de Goiás	35
1.4 Dados e sentidos	42
2. O TRABALHO DA MEMÓRIA	52
2.1 Assentamento Tijuqueiro: “memória sindical”	53
2.2 Assentamento Che Guevara: “memória militante”	58
2.3 Assentamento Engenho Velho: “memória religiosa”	69
2.4 O trabalho de mediação	75
3. MEMÓRIA COLETIVA E EDUCAÇÃO	81
3.1 Ensinar e aprender: saber social	83
3.2 Memória da escola	96
3.3 Políticas Públicas educacionais para o campo	104
3.4 A educação do campo: novos caminhos	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
DOCUMENTOS CITADOS	133
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade dos anos 1980, começaram a ser implementados, por meio de ações governamentais, os chamados *assentamentos rurais da reforma agrária*.

Na realidade, como tem sido apontado em vários autores e estudos sobre a questão, não há uma política agrária e agrícola que demonstre a realização de um programa amplo de reforma agrária.

A implementação de assentamentos rurais surge como uma resposta governamental à intensificação dos conflitos no campo, representados principalmente pelas ocupações de terras públicas e privadas por trabalhadores rurais sem terra.

A constituição dos assentamentos rurais comporta uma diversidade de processos sociais e personagens envolvidos nesse processo. Além da heterogeneidade de situações, são também bastante diferenciados os mediadores que mobilizam os demandantes de terra: setores religiosos, organizações sindicais e mais recentemente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A compreensão desse fato social em andamento deve considerar ainda a diversidade de categorias envolvidas na luta por terra, que só podem ser compreendidas dentro de um contexto, num sentido diacrônico, que demonstre a gestação histórica das mesmas: posseiros, assalariados, parceiros, pequenos sitiantes.

A questão central desse estudo é, a partir do *trabalho da memória*, resgatar a história da luta desses camponeses em seu retorno à terra, desde a época de ocupação das respectivas áreas até a organização dos assentamentos rurais, bem como compreender quem são esses sujeitos, a partir deles próprios, que elaboram estratégias de reprodução e pensam o futuro.

O resgate dessa memória coletiva de cada grupo, tem por objetivo verificar como atuam agentes externos, ou seja o Estado e os *mediadores*, na condução desses camponeses, nas difíceis e sucessivas etapas da luta pelo acesso à terra, na implementação e organização dos assentamentos rurais. Busca-se compreender ainda, que tipo de saberes foram produzidos ou reforçados a partir dessa atuação, nesse enfrentamento dos proprietários de terras, dos organismos do governo e demais forças atuantes na sociedade.

Como *locus* para a realização do trabalho empírico foram escolhidos três assentamentos rurais: o Projeto de Assentamento Tijuqueiro no município de Morrinhos, o Projeto de Assentamento Engenho Velho no município de Goiás e o Projeto de Assentamento Che Guevara, no município de Itaberaí. (Anexo 01)

A opção por tais assentamentos obedeceu a dois critérios básicos de escolha. O primeiro era a necessidade de que o assentamento tivesse cumprido as várias etapas de constituição e organização e, portanto, os participantes terem se tornado uma comunidade de memória, um grupo de indivíduos *conectados entre si*, que possuem uma memória de luta a ser lembrada e contada, considerando-se as várias etapas: o início da organização dos trabalhadores nas reuniões *secretas*, o ato da ocupação, a fase de acampamento na área, a imissão na posse e finalmente a organização e implementação do projeto de assentamento.

O segundo critério adotado, foi que houvesse entre os assentamentos pesquisados, uma diferenciação de *mediadores* atuantes em cada grupo, objetivando apreender a diversidade de organização e de ação dos grupos. A leitura da bibliografia acerca da questão agrária brasileira e mais especificamente sobre o Estado de Goiás, indicou como principais mediadores atuantes nas décadas de 1980/90: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e o MST.

A busca de compreensão do processo de constituição dos assentamentos rurais deve ir além de uma análise *economicista*, calcada numa concepção distributivista de reforma agrária. Embora a produção de renda seja fator importante, os assentamentos rurais devem ser entendidos também como espaços de recriação de um modo de vida. Assim, a presente pesquisa considera que as ocupações de terra e as reivindicações dos camponeses, só podem ser compreendidas historicamente, como um acúmulo de lutas passadas.

Este trabalho tem como horizonte a questão da educação, ou seja, compreender como o *trabalho da memória* desses assentados rurais, que possuem toda uma trajetória individual e também coletiva, permeadas por várias lutas cotidianas, que inclui na maioria das vezes um *estágio* na periferia das cidades antes de retornarem à terra, como essa *memória coletiva* pode vir a se constituir em *situações de aprendizagens*, no sentido definido por Carlos Rodrigues Brandão (1995, p. 18), nas quais, ao mesmo tempo, todos ensinam e aprendem.

Assim a educação é concebida como uma prática histórica e social, portanto acontece nos diversos espaços sociais. Neste trabalho, considera-se, que a própria luta pela conquista da terra é educativa, processo dialético, constituído na e pela luta, produzindo um saber social.

Considera-se que é esse saber social, que deve permear a discussão da educação e da escola do campo.

Na parte introdutória do trabalho, procura-se fornecer um mapeamento da problemática da constituição dos assentamentos rurais no Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1980. Em seguida são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que embasam esse estudo, os conceitos utilizados no texto e ainda como a pesquisa de campo foi realizada.

No primeiro capítulo, descreve-se a história da formação da estrutura fundiária brasileira e de Goiás e a sistemática exclusão dos camponeses do acesso à terra, objetivando a compreensão do contexto histórico de constituição dos assentamentos rurais no Brasil e como estão organizados esses espaços físicos e sociais, no estado de Goiás, entendidos como realidades extremamente complexas, conflituosas e polissêmicas.

No segundo capítulo, a partir do *trabalho da memória* dos parceiros dos três assentamentos rurais onde a pesquisa foi desenvolvida, procura-se analisar, suas concepções, estratégias e projetos que conferem especificidades aos grupos e ainda como aparece na memória coletiva, a atuação dos *mediadores*, a partir de seus projetos definidos, nas várias etapas da luta.

Com o terceiro capítulo busca-se compreender, que saberes foram incorporados, reforçados e ensinados a partir da concepção de *saber social*, constituído no processo de luta e que significados são atribuídos à relação campo e cidade e, em especial, à escola no *trabalho da memória* dos três grupos em situação de assentamento. Pretende-se ainda analisar quais os pressupostos que devem embasar uma proposta de educação e de escola, vinculadas organicamente ao movimento social do campo.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os contatos iniciais que tive com a problemática da luta pelo acesso à terra, aconteceram no início da década de 1980, quando ainda era graduanda do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), nas discussões, leituras e trabalhos de campo realizados na disciplina Geografia Agrária. Nesse período, um fato novo estava em curso em vários municípios do Estado de São Paulo. Surgiam várias ocupações e acampamentos de trabalhadores rurais, principalmente de *bóias-frias* cortadores de cana, que reivindicavam acesso à terra e melhorias nas condições de trabalho.

Alguns anos depois, como aluna do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Goiás (UFG), participei como bolsista do CNPq do *Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Morrinhos (GO) tendo como referência o Assentamento Tijuqueiro para o Programa de Reforma Agrária*, no período de 1998 a 2000. Deste projeto participaram outras faculdades e institutos da UFG e entidades ligadas à discussão da questão agrária.

O projeto específico da Faculdade de Educação, denominado *Universidade Pública, Reforma Agrária e Educação Rural*, tinha como objetivo principal a implementação de uma turma de Escolarização de Jovens e Adultos, no próprio assentamento.

O trabalho desenvolvido teve duas frentes de atuação, uma dedicou-se prioritariamente à implantação da proposta de educação de jovens e adultos, tendo desdobramentos na escolarização das crianças, com intervenções junto à professora da turma multisseriada, que atende às crianças assentadas, desde a alfabetização até a 4ª série do ensino fundamental, e ainda junto a rede municipal de ensino, na qual foram desenvolvidos trabalhos no sentido de discutir uma proposta de educação voltada para a população do meio rural, uma vez que a maioria das escolas da rede estava localizada no campo, bem como a formação de professores para atuar nessas escolas.

Uma segunda frente de atuação, da qual participei mais ativamente, incumbiu-se da reconstituição da história do assentamento Tijuqueiro, desde a ocupação em 1986 até o período em que o projeto se desenvolveu no assentamento. A finalidade era resgatar a história da luta pelo acesso à terra e também a organização do território

dos assentados, a intervenção do governo do Estado de Goiás e a atuação dos *mediadores*, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Morrinhos e a FETAEG.

O trabalho desenvolvido no assentamento, como as várias etapas de coleta de dados, a elaboração e aplicação de questionários, a realização de entrevistas, as observações do cotidiano dos assentados, a busca de documentos e fotografias em várias entidades que tiveram participação na sua constituição, acabou por incitar vários questionamentos relativos à luta desses assentados, que não se acaba com a conquista da terra. A intervenção do Estado, as políticas públicas para o setor, a atuação dos *mediadores* nesse espaço tão complexo, como eles abarcam projetos tão diferenciados entre os parceleiros, e outras indagações que surgiram no desenrolar do trabalho.

A convivência freqüente com os assentados, os questionamentos e as leituras sobre a problemática dos conflitos no campo e sobre educação rural, propiciaram o recorte e o redimensionamento do objeto de estudo.

O levantamento e estudo do material bibliográfico sobre os denominados assentamentos rurais surgidos em decorrência da intensificação dos conflitos no campo, indicam que o debate teórico situa-se na existência ou não de uma questão agrária, o que conseqüentemente leva à discussão da necessidade de realização de uma reforma agrária no Brasil.

A discussão teórica divide-se em dois campos distintos: o primeiro, ainda calcado em análises dualistas, tanto da esquerda quanto das forças conservadoras, considera que, a questão agrária brasileira está resolvida, sendo necessária apenas a modernização do campo, das relações de trabalho e uma educação do homem do campo, considerado como refratário às inovações. Desse ponto de vista, a reforma agrária é desnecessária.

As análises mais conservadoras basicamente propõem como soluções para os conflitos no campo, a reorganização da produção e a modernização, com inovações tecnológicas e a generalização do assalariamento como relação de trabalho. As análises menos conservadoras, consideram a permanência de pequenos produtores no campo, mas totalmente integrados à agroindústria e ao mercado.

As duas concepções teóricas estão diretamente vinculadas ao tradicional debate entre *descampesinistas* e *campesinistas*, ou seja, a extinção ou a sobrevivência do camponês, cujas raízes mais remotas estão no debate clássico do início do século

XX, entre as teses dos clássicos marxistas Lênin e Kautsky, de um lado, e Chayanov, de outro. (ABRAMOVAY, 1992)

Segundo Shanin (1980, p. 57), considerando-se o avanço do capitalismo no campo, *os camponeses nem desaparecerão completamente, nem permanecerão como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo.*

No segundo grupo há um deslocamento da temática, os teóricos da chamada *nova esquerda*, em suas análises consideram que o capitalismo em sua expansão necessita criar e/ou recriar formas não-capitalistas de relações de produção. Nesse sentido colocam o acesso à terra como um problema a ser resolvido e reafirmam a existência de um campesinato brasileiro, definido pela posse da terra e por suas práticas e representações culturais, sociais e econômicas. Há uma valorização da resistência camponesa, refletida nos conflitos pelo acesso à terra que ocorrem em todo território nacional.

Este trabalho insere-se nessa perspectiva que contempla um novo olhar sobre os camponeses, a partir da ótica de seus valores. Nessa concepção está implícita a ampliação do conceito de reforma agrária, *não mais centrado na questão fundiária mas, na questão da emancipação e de ressocialização, o lugar de renovação das utopias sociais.* (SANTOS, 1998, p. 37)

A discussão teórica acerca do conceito de camponês e da existência de um campesinato no Brasil é antiga. Segundo José de Sousa Martins (1983, p.22), as palavras camponês e latifundiário, surgem no debate da questão agrária nos anos de 1950, como *palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo dar unidade às lutas dos camponeses.*

O conceito de camponês aqui utilizado, compreende a noção de que são habitantes do campo, que reproduzem-se exercendo atividades rurais, utilizam-se prioritariamente de mão de obra familiar e suas práticas são permeadas por um universo simbólico pelo qual pensam a si próprios e o território à sua volta.

Resta-nos esclarecer a concepção teórica sobre memória, individual e coletiva, que nos permitiu captar os temas destacados e os significados atribuídos pelos assentados, ao longo de suas trajetórias.

Segundo Jacques Le Goff (1996), a memória coletiva sofreu grandes transformações a partir da constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas. Tanto a sociologia,

como a antropologia, na medida em que o conceito de memória aparece como mais adequado do que o termo história, acolhem a noção e exploram-na juntamente com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história ou antropologia histórica que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva, não mais nos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. (LE GOFF, 1996, p.472)

Essa conversão do olhar histórico destacada por Le Goff, refere-se ao ponto de vista do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. A compreensão do conceito de memória individual e de memória coletiva utilizados como substratos desse trabalho, requer uma pequena retrospectiva histórica para se fundir teórica e metodologicamente ao mesmo.

No início do século XX, o entendimento da memória como capacidade estritamente individual e da recordação como processo puramente interno, começou a ser questionado por autores tanto da área de psicologia, quanto de sociologia; eles introduziram em seus estudos o social como constituinte da memória individual e coletiva.

Nesse período, na sociologia, o mais significativo encaminhamento nessa direção eram os estudos e escritos de Maurice Halbwachs, nos quais demonstrava a relevância de se considerar os aspectos sociais e culturais na constituição da memória.

Maurice Halbwachs foi aluno de Henri Bergson, formou-se filósofo e posteriormente, teve como guia e amigo Émile Durkheim, que teve grande influência teórica sobre seus trabalhos.

Para Durkheim (1987), *os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem*. Halbwachs acaba prolongando o pensamento do mestre da Escola Sociológica Francesa, ao relativizar o determinismo social e enfatizar as interações entre indivíduos e instituições sociais.

Na obra *Os quadros sociais da memória*, publicada em 1925, Halbwachs demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não considerarmos os quadros sociais reais que servem de pontos de

referência nesta reconstrução que chamamos de memória. A crítica dirige-se à hipótese de Henri Bergson sobre a existência de uma memória pura, individual, em imagens e de um passado que se conserva inteiro e pode ser lembrado como tal.

Segundo Halbwachs, o passado não pode ser revivido, mas reconstruído. Essa reconstrução, feita pelo indivíduo, é a visão de mundo da sociedade no tempo presente.

O autor dá relevo às instituições formadoras do sujeito. Segundo ele o que nos faz lembrar são os traços materiais, o presente, os grupos sociais dos quais participamos. Desse ponto de vista, o passado não se conserva inteiro e nem a memória é espontânea. Segundo Ecléa Bosi (1987, p.17), que utiliza esse referencial ao estudar memórias de velhos: *na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.*

No livro *A memória coletiva*, publicado postumamente em 1950¹, cujo interesse centra-se nos grupos e nas significações, Halbwachs considera que a memória individual, não tem sentido se não for colocada em relação a um grupo do qual o indivíduo faz parte, pois supõe um acontecimento vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo. Isso significa que duas séries diferentes estão em ação, uma se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança e outra que reconstrói aquilo que é o passado. A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos reaproximados, seja por serem simultâneos ou contingentes.

Dessa forma, a memória não é estudada em si mesma e nem circunscrita ao indivíduo, a ênfase é no caráter interpessoal das instituições sociais. Nessa concepção, *a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim com os grupos de convívio e de referência peculiares a esse indivíduo.* (BOSI, 1987, p.17)

Ainda na mesma obra de Halbwachs estão presentes os elementos de uma sociologia que permite analisar situações concretas em que vivem coletivamente os homens, não como recortes dentro da experiência cotidiana, mas como fatores que colocam em causa os papéis sociais, permitindo examinar o específico dentro da trama coletiva.

¹ Maurice Halbwachs foi preso em 1944 pela Gestapo e morreu em 1945 no campo de Buchenwald.

No campo da psicologia, na mesma época de Maurice Halbwachs, o autor que se destaca em suas análises acerca da constituição social da memória é Frederic C. Bartlett (BOSI, 1987), localizando os aspectos sociais da recordação e do esquecimento humano. Seu interesse inicial é ancorado na antropologia social, depois restringiu-se aos experimentos de laboratório. Entretanto o que nos interessa destacar deste autor contemporâneo de Halbwachs é o conceito de *convencionalização*, que relaciona cultura, história e memória.

Esse conceito foi introduzido por Rivers, um etnólogo inglês que o definia como o processo pelo qual imagens e idéias, recebidas por um certo grupo indígena, acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo.

Bartlett, retomando o conceito sob o ponto de vista da psicologia social, considera que a matéria prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra: *ela é tratada, as vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado.* (Apud, BOSI, 1987, p. 25)

Ecléa Bosi (Idem, p. 331) considera que é preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, idéias e valores, não são originais, derivam de uma práxis coletiva.

Esse conceito de *convencionalização* pode nos ajudar a compreender as lembranças narradas pelos assentados, que nos pareceram muito próximas de uma repetição de falas construídas a partir da convivência com outros grupos e com os *agentes de mediação*. Nesse contexto de relações, busca-se compreender a constituição social dessa memória coletiva.

Este estudo pretende analisar o *trabalho da memória* dos assentados rurais, tendo como referencial as concepções teóricas de Maurice Halbwachs sobre *memória coletiva*, entendida, como reconstituição do passado, como um trabalho, que se dá a partir da memória de cada indivíduo que lembra, mas que não pode ser compreendida fora de sua comunidade afetiva, pois, é a partir da visão de mundo que possuem atualmente, que o passado é julgado, reelaborado e novos saberes e projetos são produzidos.

A noção de projeto aqui considerada é a de Alfred Schutz, citada por Gilberto Velho (1994, p.101): *uma conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Segundo Velho, só faz projetos quem é sujeito, seja um indivíduo ou um grupo social, e baseado numa memória que o identifique. Assim,

Se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. (VELHO, 1994, p. 101)

Portanto, projeto e memória articulam-se e são amarras fundamentais que dão sentido à vida e às ações dos sujeitos sociais em questão.

A fase da pesquisa de campo teve início em julho de 2001 com várias visitas feitas à sede do MST e à CPT Regional, ambas na cidade de Goiânia.

As primeiras conversas realizadas com os dirigentes das referidas entidades tinham como objetivo a obtenção de informações sobre os assentamentos rurais no Estado de Goiás que obedecessem aos critérios de escolha definidos anteriormente.

Com exceção do Assentamento Tijuqueiro que foi definido *a priori*, pelo acúmulo já configurado de informações, o que permitiu um aprofundamento do trabalho, os assentamentos Engenho Velho e Che Guevara foram selecionados a partir das informações preliminares obtidas com os agentes da CPT Regional e com os dirigentes do MST, na sua sede em Goiânia.

O assentamento Engenho Velho foi escolhido a partir de indicações de agentes da CPT-Regional, em Goiânia. Trata-se de um grupo que teve como principal *agência de mediação*, o campo religioso, no qual agiram conjuntamente a CPT-Regional e a Diocese da cidade de Goiás, contemplando um dos critérios definidos *a priori*. Atendendo ao segundo critério de escolha, o assentamento Engenho Velho, encontrava-se em estágio final de implementação, com a infra-estrutura básica quase toda instalada, com exceção das estradas, com as moradias construídas e ainda por não ter sido contemplado como *locus* de pesquisa em estudos anteriores.

A escolha do assentamento Che Guevara se deu a partir de indicações de coordenadores do MST, em sua sede de Goiânia. O principal critério de escolha foi a atuação do MST como *mediador*, objetivando a apreensão da diferenciação de formas de organização e de luta. Dentre as opções apresentadas pelo MST, o assentamento Che Guevara foi escolhido pelo longo conflito estabelecido entre os *sem terra* e mediadores de um lado e fazendeiro, governos e polícia de outro. Além disso, a implementação e organização do assentamento, relativos a infra-estrutura básica, construção de moradias

e formação das parcelas foram quase que totalmente realizados. Dessa forma foram contemplados os dois critérios definidos como fundamentais.

A realização da pesquisa empírica teve como objetivo principal uma coleta de dados bastante variada², que contemplasse várias fontes, observação, entrevistas, questionários e documentos, além de jornais e boletins das entidades.

Sendo a centralidade desse estudo a constituição da *memória coletiva* dos assentados rurais, os depoimentos desses sujeitos foram o cerne da análise do *trabalho da memória*. Os relatos foram individualizados e não direcionados; os três entrevistados de cada grupo, relataram suas trajetórias individuais e coletivas, a partir de suas lembranças.

Foram aplicados em cada assentamento questionários com caráter exploratório, que tinham por objetivo complementarem informações sobre o modo de vida dos assentados, possibilitando um quadro de análise, com dados sociais, econômicos, culturais. Sendo bastante diferenciado o número de famílias assentadas em cada local, (vinte no Tijuqueiro, trinta no Engenho Velho e cento e uma no Che Guevara), optou-se por abranger 10% de cada grupo, considerando-se um mínimo de cinco questionários. Cabe lembrar que o objetivo desse trabalho não é discutir a situação atual dos assentados, mas reconstituir suas trajetórias de luta.

Outro recurso utilizado como forma de complementar informações foi a observação passiva, em todos os momentos em que estive nos assentamentos pesquisados; desde a organização territorial, espacial, características físicas dos ambientes até modos de ação e interação dos grupos observados.

Durante o primeiro semestre de 2002, foram realizadas várias visitas aos assentamentos escolhidos, com a finalidade de realizar a pesquisa empírica.

O primeiro a ser (re)visitado foi o Assentamento Tijuqueiro, onde o acesso foi facilitado por ser a pesquisadora uma frequentadora de longa data. Foram realizadas novas entrevistas com os dois parceiros *pioneiros*, ou seja, que participaram do processo de ocupação da área em 1986 e da organização do assentamento; e que podem ser considerados como *depositários da tradição do grupo*. Uma terceira entrevista com um adquirente de lote, que mudou-se para lá em 1994, uma vez que é significativa a

² Procedimentos detalhados em: MINAYO, Maria C. de S. Pesquisa Social. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

presença desse tipo de morador, pois, das 20 parcelas, 17 já passaram pela operação de compra e venda.

Foram aplicados cinco questionários (Anexo 02), como amostragem, com o objetivo de obter informações variadas sobre o assentado e sua família. O critério de seleção foi a partir da relação em ordem alfabética dos titulares dos lotes, a começar pelo quarto da lista, saltando três, até completar os cinco da amostra, de maneira a preservar a sua total isenção.

Ao contrário do Assentamento Tijuqueiro, nos assentamentos Engenho Velho e Che Guevara, foi necessária a intermediação de agentes da CPT Regional em Goiânia e da Diocese de Goiás, para que um primeiro contato com os assentados ocorresse e o trabalho fosse iniciado.

No Assentamento Engenho Velho a apresentação foi feita por um advogado da Diocese de Goiás, que nos levou à casa do presidente da Associação Sr. Eliseu, possibilitando o agendamento de uma reunião com todos os assentados, durante a qual foram expostos os objetivos da pesquisa, como ela se daria e qual seria seu resultado *concreto*, para a pesquisadora e para o assentamento.

Assim, foi estabelecido um primeiro diálogo entre assentados e pesquisadora, o que contribuiu para o planejamento das etapas posteriores do trabalho, bem como na criação de um clima de cumplicidade entre as partes. Nessa primeira reunião estava presente a grande maioria dos assentados e a partir dessa conversa inicial, cada um foi se apresentando e contando um pouco de sua história, o que fazia dentro e fora do assentamento; a partir daí foram selecionados três parceiros para serem entrevistados posteriormente, considerando-se a importância de suas lembranças para a construção da *memória coletiva* do grupo. Nessa reunião foi decidido também as cinco famílias que responderiam ao questionário exploratório. A partir da relação alfabética dos titulares das parcelas, começando pelo primeiro da lista e saltando-se sete nomes, foram definidas as cinco famílias.

Com relação ao Assentamento Che Guevara, uma ressalva deve ser feita quanto à intermediação, pois, os primeiros contatos foram feitos com o MST em sua sede na cidade de Goiânia, que nos ajudou a selecionar o assentamento como o mais apropriado dentro dos critérios de escolha, estabelecidos *a priori*. Após a escolha, a indicação e apresentação da pesquisadora aos assentados não foi viabilizada. Estive no assentamento no dia, horário e lugar marcados previamente, mas os diretores da

associação encarregados dessa conversação não apareceram. A viagem só não foi perdida porque na antiga sede da fazenda estava acontecendo uma reunião entre o INCRA e algumas dezenas de parceiros, tendo na pauta uma discussão acirrada sobre a compra e venda de parcelas no assentamento. Participei como observadora e conversei com alguns assentados que estavam na reunião.

Depois de muitos outros contatos e com a intermediação da CPT Regional e da Diocese de Goiás é que um primeiro encontro com os assentados foi possível. Na primeira vez, acompanhei duas missionárias que realizam um trabalho de evangelização no assentamento. Elas me apresentaram para um dos parceiros, o Nelson, que foi um dos coordenadores do grupo na etapa de acampamento, e será o futuro agente de saúde do assentamento. A partir dele é que outros contatos foram estabelecidos, mas de forma bastante fragmentada, pois, em nenhum momento viabilizou-se um encontro com os diretores da associação ou com o conjunto dos assentados.

Tal situação, somada à impossibilidade de acesso à relação dos titulares das parcelas, acabou redefinindo a forma de escolha dos assentados para a aplicação dos questionários e para a realização das entrevistas. O questionário foi aplicado de parcela em parcela, com aqueles que se dispuseram a respondê-lo e as entrevistas foram realizadas a partir de informações do parceiro Nelson, que foi um dos coordenadores do grupo no longo período de acampamento. Foi aplicado então, no assentamento Che Guevara, a escolha da *rede*³ de entrevistados a partir do depoimento desse parceiro, que foi considerado como *ponto zero*, ou seja o início do trabalho. A partir desse depoente, que participou do processo de luta e atuou como coordenador dos acampamentos realizados pelo grupo e que portanto, pode ser considerado como um dos depositários da história grupal, foi utilizado como referência para orientação dos outros dois depoimentos colhidos.

O procedimento de coleta dos depoimentos foi padronizado nos três assentamentos. As entrevistas eram abertas e a partir de perguntas iniciais sobre a trajetória individual e depois coletiva de cada um dos depoentes. O objetivo era o *trabalho da memória*, a partir do que os assentados lembraram e narraram livremente, assim, foram feitas pouquíssimas intervenções. Os relatos foram gravados e depois transcritos, tornando-se material de análise.

³ Para maiores esclarecimentos sobre esse procedimento metodológico ver: MEIHY, José C. S. B. Manual de História Oral. 2.ed.rev. ampl. São Paulo: Ed.Loyla.1998.

Foram realizadas visitas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e à FETAEG, à CPT - Regional e ao MST, em suas sedes na cidade de Goiânia, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Morrinhos e ainda à Diocese de Goiás, no município de Goiás, objetivando pesquisas em arquivos e conversas com diretores e agentes e das entidades, para esclarecimentos pontuais da trajetória de cada assentamento rural.

Não foram realizadas entrevistas sistematizadas com os *agentes de mediação* relativas ao processo de luta e de constituição desses assentamentos rurais, por não contemplarem os objetivos desse estudo. Optou-se pela centralidade do *trabalho da memória* de cada grupo. Além disso, por considerar que os agentes possuem um discurso homogêneo e acabado sobre a luta pela terra independente do grupo a que se referem, próximos ao conceito de *convencionalização*, explicitado na discussão teórica desse trabalho.

Com relação a não-identificação dos depoentes, optou-se pela codificação em função do conteúdo das entrevistas, que poderiam trazer conflitos entre os próprios assentados e também com as entidades e organizações envolvidas nos relatos.

No casos dos assentamentos Tijuqueiro e Engenho Velho, por tratar-se de grupos pequenos, qualquer caracterização dos depoentes, ainda que não-nominal, levaria à identificação dos mesmos e poderia gerar atritos entre os assentados.

Com relação ao assentamento Che Guevara, considerou-se que o anonimato do depoente era fundamental devido aos graves problemas, disputas e conflitos dentro do próprio grupo, que aconteciam no momento da realização da pesquisa empírica. Assim optou-se numeração dos depoimentos, em função da preservação do anonimato dos depoentes.

1. A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do Chão?
Num balanço de rede sem rede
ver o mundo de pernas pro ar.*

Chico Buarque

Segundo dados do Censo 2000 do IBGE, o Brasil conta com 169.799.170 habitantes, sendo que 81,25% desse total residem em áreas urbanas.⁴ A explicação desse intenso processo de urbanização, que tem sua fase mais aguda a partir de 1964, com a instalação de sucessivos governos de presidentes militares, deve ser buscada no modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, em consonância com os anseios da burguesia industrial e agrária, no qual buscava-se a modernização do país.

A forma ditatorial que tais governos assumem tem como um dos seus objetivos a desmobilização de setores mais progressistas da sociedade e a ausência do debate político. A intensificação dos conflitos no campo e o processo de redemocratização do país, recolocam a questão da reforma agrária no debate nacional e a política de assentamentos rurais é implantada em alguns estados brasileiros, como uma tentativa de conter a luta pela terra. No entanto, a gênese desse fato social não pode ser explicada somente por esse recorte histórico. É necessário um recuo maior no tempo, para o entendimento do surgimento desses camponeses ocupantes de terra.

A intensificação dos conflitos no campo no início dos anos de 1980, pode ser considerada como uma retomada dos movimentos sociais rurais, interrompidos com

⁴ Se bem que esses dados vêm sendo sistematicamente questionados por diversos pesquisadores, a exemplo do que fez constar César Baima, em artigo no Jornal do Brasil de 17/03/2002. Segundo Baima, a metodologia empregada pelo IBGE é derivada de uma Lei de Getúlio Vargas, de 1938, que distorce completamente a realidade. Pela metodologia empregada, quando um vilarejo é municipalizado, passa a ser considerado como população urbana. O correto, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), diz ainda Baima, seria considerar como urbana a aglomeração com, no mínimo, 150 habitantes por quilômetro quadrado. Nesse caso, o Brasil estaria hoje com 43% no campo e 57% na cidade.

o golpe militar de 1964, e como uma resposta às políticas agrária e agrícola implementadas pelos sucessivos governos militares, nas quais a modernização do campo manteve intocada a estrutura fundiária concentradora.

Nesse sentido faz-se necessário um recuo histórico que demonstre a constituição do fato social aqui estudado. É necessário compreendê-lo a partir da concentração fundiária, gestada ao longo de toda a história brasileira, e a sua consequência concreta: a expropriação e exclusão social dos camponeses, materializada no êxodo rural, nas migrações e nos conflitos pelo acesso à terra.

1.1 A histórica concentração fundiária brasileira

O traço essencial da estrutura fundiária brasileira, ou seja a forma de distribuição e acesso à terra, é o seu caráter concentrador. A gestação histórica do processo de exclusão dos que viviam e trabalhavam no campo, iniciou-se já na colonização portuguesa, pelo açambarcamento de territórios indígenas e depois através da expulsão dos camponeses de suas terras. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997, p.29), afirma que,

A história da ocupação das terras no Brasil está marcada pelo saque das terras das nações indígenas desde os seus primórdios. Está marcada também pelo genocídio a que foram submetidas essas nações. Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime capitânicas/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 500 anos de história do Brasil.

Durante todo o período colonial, a distribuição e o acesso à terra foi sempre desigual, através do regime de sesmarias, trazido de Portugal com a criação das capitânicas hereditárias. Jadir de Moraes Pessoa (1999b, p. 42) considera que, *a herança da sesmaria, inegavelmente, foi o latifúndio, e mais: o latifúndio não-cultivado.*

O sistema sesmarial foi suspenso dois meses antes da proclamação da Independência do Brasil em 1822, e até 1850, não houve legislação sobre a questão fundiária, o que possibilitou a ocupação de enormes extensões de terra, principalmente por grandes proprietários. Com a instituição da Lei de Terras esses apossamentos foram

legitimados e a partir de então foi estabelecida a compra como único meio de acesso legal às terras públicas.

No mesmo ano de 1850, foi extinto o tráfico de escravos africanos, com a edição da Lei Eusébio de Queirós e promulgada uma lei que previa o desenvolvimento de uma política de imigração de colonos estrangeiros. Foram instituídas, simultaneamente, a propriedade privada da terra e a criação de um *trabalhador livre* para vender sua força de trabalho. Eram processos complementares, dentro da expansão capitalista mundial. A instituição desse novo regime fundiário proibindo a abertura de novas posses atingiu diretamente os camponeses da época, conforme análise feita por Barsanufio Gomide Borges (2000, p. 127):

Assim, ao cercear o acesso à propriedade da terra por parte de quem nela trabalha, a legislação garantia ao fazendeiro não só o controle dos meios de produção, mas também o domínio da força de trabalho no campo. Ao lavrador não restavam alternativas a não ser submeter-se ao poder pessoal do 'senhor da terra' e ser explorado ou migrar para a fronteira, quando havia oportunidade.

A constituição republicana de 1891 não alterou o viés concentrador da estrutura fundiária. Ao realizar a transferência de terras públicas para o patrimônio dos estados, fortaleceu poderes locais⁵, coronelistas⁶ e confirmou a opção latifundista ao permitir a regularização dos grandes apossamentos ocorridos mesmo depois da vigência da Lei de Terras.

É um período marcado por muitos conflitos e mortes na disputa pela posse da terra entre os grandes proprietários que exterminavam seus adversários. Segundo Martins (1983, p. 49), com a instauração do regime republicano, além das lutas entre os coronéis, aconteceram as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil. Os movimentos messiânicos no sertão de Canudos na Bahia (1893-1897) e do sertão do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-1916) e o cangaço no Nordeste, tinham como raiz dos conflitos a política dos coronéis e a disputa pela posse da terra. Muitos dos sertanejos que se tornaram cangaceiros eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores,

⁵ Sobre o coronelismo no Estado de Goiás, ver: Campos, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 1ª reimpressão, Goiânia, Ed. da UFG, 1987.

⁶ Segundo Martins (1983, p. 46) o coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, o qual sustentava um sistema de troca de favores entre as esferas de poder local, estadual e federal.

camponeses, *submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e da polícia local.* (Idem, p. 59)

Os conflitos surgidos na disputa pela terra em vários lugares e a anexação do atual Estado do Acre em 1903, onde vigoravam títulos de propriedade de diversas origens⁷, marcaram um período conturbado, indicando a necessidade de revisões na Lei de Terras.

Novamente, a mudança na legislação fundiária legitimou as invasões e apossamentos, principalmente de terras públicas, efetuados pelos grandes fazendeiros, incluindo-se as que não haviam sido demarcadas e (re)estabeleceu-se a compra como única forma de acesso à terra.

O regulamento de 1913 surgia, assim, como expressão típica da hegemonia agrária, legitimando e consolidando uma estrutura fundiária que continuamente aumentava seu grau de concentração. (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 92)

O declínio das exportações brasileiras gerado pela crise internacional de 1929 e o desabastecimento do mercado interno, provocaram a intervenção do Estado e a criação do chamado processo de *substituição de importações*. Mesmo necessitando modernizar a agricultura para a viabilização do projeto de industrialização, o Estado de compromisso optou por manter a concentração de terras nas áreas mais antigas, direcionando a colonização oficial para os espaços vazios no interior e para as áreas de expansão das fronteiras agrícolas. Assim, *a atuação do Estado, a partir de 1930, voltar-se-ia para os espaços vazios do Centro-Oeste, às áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia.* (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 114)

Em seus discursos Getúlio Vargas defendia a pequena propriedade da terra como fonte geradora de desenvolvimento e riquezas para o país, no entanto optou pela implantação das Colônias Agrícolas Nacionais em áreas de fronteira ou terras devolutas, mantendo intocada a grande propriedade. Os assentamentos oficiais, surgiram como solução para as tensões sociais surgidas com a intensificação das relações capitalistas de

⁷ As propriedades tinham títulos bolivianos, brasileiros e ainda autônomos do Acre. De acordo com Élio Garcia Duarte, depois da luta bem sucedida do exército de seringueiros e seringalistas, liderado por Plácido de Castro, a anexação definitiva do hoje Estado do Acre ao Brasil se deu no dia 17 de novembro de 1903 (Ver: *Conflitos pela terra no Acre*. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, p. 11-15).

produção no sudeste, para o aumento da produção de alimentos e para o direcionamento dos excedentes populacionais para lugares de baixa densidade demográfica.

A Colônia Agrícola de Ceres⁸ foi a primeira das oito colônias a ser implantada e marcou a incorporação do Estado de Goiás no processo produtivo nacional como fornecedor de produtos primários e como a terra prometida aos *sobrantes* do sudeste e sul do país.

Mesmo nas áreas de expansão de fronteira, os grandes proprietários se declaravam donos de todo território o que emperrava o processo de distribuição de terras pelo governo. Para quebrar essa resistência, em 1944 foi publicado um decreto tornando obrigatória a exibição de títulos de propriedade pelos ocupantes. A elite agrária reagiu e Vargas acabou deposto em 1945.

O processo de industrialização comandado até então por Vargas encontrou limites de expansão e a introdução de capital estrangeiro a partir da década de 1950, alterou substancialmente a economia brasileira.

A principal alteração é que o eixo das atividades econômicas desloca-se do campo para a cidade, intensificando o êxodo rural. O projeto de desenvolvimento para o país tinha como ponto central a modernização da agricultura para que ela propiciasse e sustentasse o crescimento industrial e urbano.

Esse debate acerca do desenvolvimento do país esteve presente nos governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. O campo tornou-se a questão central e a reforma agrária passou a ser vista como necessária para o aumento da produção de alimentos e matérias-primas, barateamento dos salários, o que permitiria a plena industrialização do país; não se discutia nenhuma solução revolucionária e *as propostas em pauta visavam fundamentalmente a desbloquear o desenvolvimento capitalista no país.* (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 172)

A aprovação em 1963 do Estatuto do Trabalhador Rural, estendeu a legislação trabalhista aos trabalhadores rurais e comprovou a opção de generalização do assalariamento no campo, no entanto, gerou reações dos setores conservadores da sociedade, que somadas à proposta de reforma agrária em trâmite no Congresso

⁸ Para Jadir Pessoa (1999a), o empreendimento colonizador de Getúlio em Goiás, inicialmente dirigido pelo Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, expressou bem os objetivos do projeto no seu todo: distensionar as áreas de conflito pela posse da terra na Região Sudeste e ao mesmo tempo descortinar uma nova fronteira agrícola, amansando a Mata São Patrício para a chegada do capital agrário. Trinta anos depois, os antigos lotes de 20 hectares já davam lugar a várias propriedades de mais de 1.000 hectares.

Nacional, contribuiu decisivamente para a emergência do golpe militar de 1964. Articulou-se poderosa repressão a qualquer manifestação de trabalhadores rurais. Para evitar conflitos agrários e superar as crises de abastecimento, o governo militar colocou à disposição dos produtores rurais dinheiro fácil e barato, o que *certamente beneficiava a conjugação dos interesses financeiros do grande capital multinacional (química, para adubos e corretores de solo; máquinas e equipamentos, para instrumentos e implementos agrícolas)*. (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 185)

Era a solução técnica para a questão agrária brasileira defendida pela tese conservadora.

Ainda em 1964, o governo militar editou o Estatuto da Terra, no qual definiu as modalidades de propriedades existentes e removeu o artigo 147 da Constituição, o que passou a permitir a desapropriação de terras por interesse social com indenização através de títulos da dívida pública.

A proposta contida no Estatuto da Terra tinha como ponto central a constituição da empresa rural. Para as pequenas propriedades foi proposta uma política de agrupamento, para os latifúndios, a taxaçoão com altos impostos, obrigando a utilização empresarial das terras. A desapropriação devia restringir-se às áreas de conflitos, promovendo a colonização de novas áreas.

O Estatuto da Terra foi um instrumento de desmobilização dos camponeses, pois, ao mesmo tempo que acenava com a desapropriação por interesse social, a inviabilizava pelos aspectos restritivos. Assim como a Lei de Terras, serviu muito mais aos proprietários que aos trabalhadores. Contraditoriamente, durante as décadas de 1960 e 1970, foi o único instrumento legal possível para os trabalhadores e os movimentos sociais. (PESSOA, 1999b, p. 68-70) Também foi uma maneira de controlar e modernizar os latifúndios, adequando a política fundiária à entrada de capital estrangeiro, concretizada nos grandes projetos agropecuários e agro-industriais, abrindo caminho para a industrialização do campo.

A política de colonização de áreas novas vigorou por um curto período, pois, as mesmas áreas destinadas aos assentamentos foram oferecidas para a instalação de empresas através de uma política de incentivos fiscais, o que transferia para toda a sociedade o subsídio aos grandes grupos econômicos.

Dessa forma, a partir da década de 1970 a ação do Estado foi determinante para a constituição do denominado Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI)⁹. A abertura da economia ao capital estrangeiro e a política de subsídios possibilitou a instalação de vários tipos de indústrias direcionadas ao setor agrícola: tratores, máquinas, fertilizantes, sementes, herbicidas, ração, produtos veterinários. Os órgãos de extensão rural e assistência do governo se encarregaram de disseminar e incentivar a utilização desses produtos industrializados, provocando uma transformação da base técnica de produção e das relações de trabalho, intensificando-se o assalariamento, a incidência do *bóia-fria* e a expropriação dos pequenos proprietários.

A integração entre agricultura e indústria ocorreu também na outra *ponta* do CAI, pois, a agroindústria passou a determinar cada vez mais a produção de matérias-primas agrícolas, num processo de subordinação da agricultura aos setores industriais.

Aliada a essa ação de *modernização da agricultura*, a política fundiária dos governos militares expandiu ainda mais a concentração da terra, principalmente pela privatização de terras públicas em benefício das grandes empresas, o que, segundo Martins (1983, p. 99), multiplicou os conflitos e lutas pela posse da terra em todo território nacional:

Os conflitos fundiários tornaram-se tantos e tão intensos, freqüentemente com mortos e feridos, e mais recentemente com invasões de terras, que a rigor, pôr meio deles, o campesinato impôs ao governo militar uma alteração na sua estratégia fundiária.

Os resultados da política fundiária e da *modernização conservadora*¹⁰ empreendida pelos sucessivos presidentes-militares demonstram que a solução técnica dada à questão agrária, manteve intocada a estrutura fundiária no país, nas mãos de grandes proprietários e empresários, o que ocasionou um crescente processo de exclusão de pequenos lavradores, proprietários ou não, do acesso à terra de trabalho. A

⁹ Para aprofundamento da constituição do CAI, ver: MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo, Hucitec, 1989.

¹⁰ A expressão é empregada aqui no mesmo sentido dado por Jadir Pessoa (1999b, p. 50-53), ou seja, o Estado de Goiás foi efetivamente atingido por um processo de desenvolvimento produtivo que, no caso da agricultura, ocorreu com a abertura de rodovias, difusão de novas tecnologias, emprego de insumos e outros. Entretanto, todo esse processo se deu em favor da expansão do capital e não da satisfação dos anseios do trabalhador rural. Citando Maria de Nazareth B. Wanderley, o autor acrescenta que o modelo de desenvolvimento empregado se fez sobre uma estrutura *reacionária do ponto de vista técnico, predatória dos recursos naturais e criadora de exclusão social*. Por isso sua caracterização como conservadora.

resistência camponesa a esse processo se materializa nos conflitos violentos e nas ocupações de terra.

Essa pequena digressão histórica demonstra a constituição da estrutura fundiária brasileira, extremamente concentradora e excludente, gestando, em contrapartida, a resistência do campesinato ao desaparecimento e à proletarização, na luta pelo retorno à terra, e que se materializa nas ocupações, acampamentos e assentamentos rurais, de formas distintas, com problemáticas diferenciadas, mas em todo o território nacional. Os assentamentos rurais derivados desse processo histórico, com a sua diversidade organizativa, constituem a base empírica da presente pesquisa.

1.2 A ocupação do Estado de Goiás

A ocupação da área do Estado de Goiás, deu-se principalmente com a descoberta do ouro no século XVIII, a região foi despovoando-se tão logo cessou o breve período minerador. Segue-se um período de estagnação, caracterizado por vilas abandonadas. Para alguns autores, o período que vai da crise da mineração, na primeira metade do século XIX, é caracterizado pela decadência econômica do Estado¹¹.

Foi somente no início do século XIX, que o povoamento foi retomado, a medida que uma nova atividade econômica foi se definindo: a criação de gado associada à agricultura de subsistência. Principalmente no sul do Estado, onde as condições naturais, como clima, vegetação, solos, favoreciam o desenvolvimento dessa atividade agropastoril. Além dos fatores naturais, foi determinante a localização geográfica, próxima ao sudeste do Brasil.

Assim, segundo Maria Amélia Alencar (1993, p.51) *no decorrer do século XIX, Goiás viu povoarem-se áreas onde não havia ocorrido a mineração, formando-se fazendas e constituindo-se “patrimônios” urbanos.*

¹¹ Para um aprofundamento da discussão sobre a produção do conceito de decadência no período pós-minerador ver: CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG/Editora da UCG, 1996.

O estudo da evolução da estrutura fundiária de Goiás, deve considerar o desenvolvimento desigual das porções territoriais.

À exceção do sudoeste goiano, que apresentava índice baixo de ocupação, o centro-sul e o sudeste atraíram populações das áreas contíguas, como Minas Gerais e São Paulo.

Delimitando as áreas que interessam a este estudo, o município de Morrinhos, teve um incremento de população de 207% no período de 1872-90. No mesmo período, o município de Itaberaí (na época Currallinho) teve sua população aumentada em 85%.(FRANÇA, apud Alencar p. 52)

No entanto, o município da antiga capital, teve um crescimento populacional muito baixo, devido às condições naturais desvantajosas e também por ser uma área de ocupação mais antiga, com uma estrutura fundiária definida, não atraía os recém-chegados.

Com o crescimento populacional verificado pela migração e conseqüente ocupação de terras no estado, requeria uma ordenação.

A Lei de Terras de 1850, segundo analisou Alencar (1993, p. 33) na Província de Goiás, surtiu efeitos muito pequenos no que se refere aos aspectos mais significativos da política imperial na tentativa de ordenamento da estrutura fundiária, ou seja, a venda de terras devolutas, a revalidação e legitimação das propriedades e o registro das terras possuídas.

Entretanto, a venda de terras devolutas deveria ser precedida pelo trabalho de demarcação e subdivisão dos lotes, e as autoridades municipais deveriam informar a situação das terras sob sua jurisdição. Segundo Alencar (1993, p.34), *os reiterados pedidos de informação sobre este assunto demonstram as dificuldades na realização dos trabalhos.*

Dessa forma não tendo havido a demarcação, não ocorreu venda de terras devolutas em Goiás.

A falta de interesse dos proprietários em adquirir mais terras através da via legal, o alto preço dessas terras – deliberadamente acima dos preços de mercado –, a falta de fiscalização por parte das autoridades provinciais e do Governo Central e as dificuldades técnicas levaram ao insucesso a venda de terras públicas em Goiás. A lei continuava a ser burlada e as terras devolutas simplesmente ocupadas, quando assim o exigia a expansão da atividade econômica. (ALENCAR, 1993, p.34)

Assim, aos que haviam ocupado grandes territórios através da posse, não interessava a legalização, porque era possível anexar novas áreas, com a colaboração dos funcionários encarregados de fiscalização.

Por outro lado, aos pequenos posseiros, o custo da medição excedia o próprio valor de sua terra e muitos não tiveram como regularizá-las. Percebe-se que está em curso a definição da estrutura fundiária no Estado de Goiás, com a constituição dos grandes latifúndios.

A Lei de Terras previa ainda o registro de terras possuídas na província. Em Goiás, os Registros Paroquiais só foram iniciados em 1856 e o pequeno número de registros em algumas localidades indica falhas no processo.

A República, afirma Alencar (1993, p.36) herdou uma situação caótica, *os desmandos locais, as usurpações de terras devolutas, os diversos expedientes para dar uma aparência legal às propriedades continuavam com traços característicos das formas de acesso à terra em Goiás e na maior parte do país.*

A partir da constituição de 1891, os estados passaram a ter responsabilidade sobre as terras devolutas circunscritas em seus territórios. No Estado de Goiás em 1893, foi publicada uma Lei de Terras, substituída em 1897.

Determinava que as terras devolutas fossem vendidas em hasta pública, favorecendo quem tivesse mais recursos a oferecer, em detrimento daqueles que efetivamente a ocupassem. Além disso, o comprador deveria arcar com as despesas de divisão e demarcação dos lotes.

Na questão da legalização das posses, a lei estadual considerou o Registro Paroquial, mas limitou-as a seis quilômetros quadrados, no entanto as terras devolutas que eram vendidas podiam atingir até 150 quilômetros quadrados. Assim, conclui Alencar (1993, p.37), *a lei favorecia claramente a classe dominante, que poderia adquirir terras ou ampliar suas propriedades, em detrimento do ocupante da terra, que nela morava e trabalhava.*

Até as primeiras décadas do século XX, segundo historiadores goianos¹², a economia e a ocupação populacional eram muito tênues no Estado de Goiás. Somente com a construção da estrada de ferro ligando o Triângulo Mineiro a Anápolis, é que o Estado de Goiás foi integrado à economia nacional. Segundo Borges (2000, p. 41),

¹² Sobre a história de Goiás, vários autores se destacam: Francisco Itami Campos, Luís Palacin, Nasr F. Chaul, Maria A. G. de Alencar, dentre outros.

O trem-de-ferro – simbolizado na maria-fumaça – com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço.

A integração e ocupação do Estado de Goiás foi incrementada a partir da denominada *Marcha para o Oeste*, no governo Getúlio Vargas. Sob a ideologia da integração nacional, na verdade ela direcionou os fluxos migratórios das populações rurais, aliviando áreas de tensão social e mantendo a estrutura fundiária concentrada.

O Oeste representava, na visão oficial, um mundo em perspectiva. Era uma realidade geográfica a incorporar-se no quadro da civilização moderna. Assim, entre 1930 e 1945, Goiás conheceu um ativo expansionismo dirigido pelo Estado que incrementou o avanço da fronteira agrícola e ampliou a inserção da economia no mercado. (Idem, p. 73)

Segundo David José Caume (2002, p. 349), na região do Mato Grosso Goiano, as modificações nas relações sociais tiveram início em meio à configuração latifundiária da estrutura agrária. O campesinato começava a se constituir, principalmente sob a forma de posseiros, agregados, diaristas, pequenos arrendatários e parceiros. Até então reinavam absolutas grandes propriedades dedicadas a uma pecuária extensiva. Esse processo foi que delineou os contornos da atual estrutura fundiária do Estado, polarizada pelas grandes propriedades e um enorme número de pequenos estabelecimentos que detêm uma pequena parte do território.

Em 1963, a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecendo direitos dos trabalhadores, que até então eram ignorados nas relações entre fazendeiros e agregados, mas, sem as devidas condições para sua aplicação, acabou por transformar esses últimos em meeiros ou trabalhadores assalariados diaristas. Em consequência, tiveram que se transferir para as periferias das cidades, onde residem e passam a dividir suas atividades entre a fazenda nas épocas de plantio e colheita, e os pequenos serviços na cidade, nos intervalos de ausência desse trabalho sazonal. Segundo ainda Caume (Idem, p. 351), os trabalhadores rurais residem cada vez menos nas fazendas, mesmo aqueles que trabalham em regime de parceria.

A partir da década de 1970, com a mecanização crescente do processo produtivo, implantou-se na região o assalariamento temporário, caracterizando o conhecido diarista. É a partir dessas transformações nas relações sociais de produção, que recrudesceram na região da Cidade de Goiás e também em grande parte do Estado de Goiás, os conflitos no campo, que culminaram no início dos anos de 1980, nas ocupações de fazendas improdutivas.

1.3 Assentamentos rurais no Estado de Goiás

No início dos anos de 1980, intensificaram-se em todo o Brasil os movimentos sociais que reivindicavam a redemocratização do país e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores na cidade e principalmente no campo, onde os conflitos por terra ganhavam visibilidade nacional.

Como tentativa de intervir nesses conflitos, o presidente José Sarney, empossado em 1985, estabeleceu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Era uma tentativa de diminuir os conflitos agrários, a partir de uma ambiciosa distribuição de terras. Para o período de 1985 a 1989, foi previsto o assentamento de 1,4 milhão de famílias em todo território nacional.

No Estado de Goiás, que na época incluía o território do atual Estado do Tocantins, a meta era assentar 125.500 famílias. Em 1986, o Plano Regional de Reforma Agrária de Goiás (PRRA-GO) confirmou essas previsões e ainda ressaltava que o Estado era considerado uma área prioritária para reforma agrária devido ao crescimento dos conflitos sociais.

Segundo Élio Garcia Duarte (1998), para o período de vigência do PNRA (1985-89) ficou constatado pelo INCRA que foram efetivamente assentadas 775 famílias no Estado de Goiás e 2.664 no Estado do Tocantins, totalizando 3.439 famílias, número bastante inferior ao previsto inicialmente.

O fracasso do PNRA do governo Sarney deve ser compreendido no contexto das fortes oposições patronais. A criação da União Democrática Ruralista (UDR) nessa época, promoveu grandes reações ao movimento reformistas, mobilizando os produtores rurais e tendo êxito no enfrentamento da esquerda, culminando no *buraco negro* –

expressão de José Gomes da Silva – em que caiu a reforma agrária na Constituição de 1988.

No período de vigência do PNRA, além desses projetos de assentamento realizados pelo governo federal, em Goiás foram criados pelo governo estadual sete projetos, assentando 373 famílias.

Jadir Pessoa (1999b, p. 102) denomina essa intervenção do então governador Íris Rezende (1983-1986) de *assentamentos da contra-reforma-agrária*, pois, os mesmos representariam uma estratégia conjuntural de enfraquecimento do emergente movimento de luta pela terra e não uma política para o setor. Dentre os projetos implementados nesse contexto, está o Assentamento Tijuqueiro, compreendido como *locus* desta pesquisa. Na tabela abaixo estão todos os projetos implantados.

Projetos de Assentamento criados pelo Governo Estado de Goiás,
de acordo com os arquivos da CPT-Regional (DUARTE, 1998, p. 316)

Município	Assentamento	Área (há)	Famílias	Criação
Anicuns	Ribeirão do Meio	395	42	1987
Formosa	Paraná I	2.278	89	1989
Formosa	Poções	1.059	62	1989
Mineiros	Babilônia	2.927	27	1989
Morrinhos	Tijuqueiro	369	20	1988
S. João D'aliança	Águas Claras	2.035	62	1989
S. João D'aliança	Patrimônio do Forte	1.225	71	?

A política de implementação de assentamentos rurais no Estado de Goiás deve ser entendida como uma intervenção pontual, dos governos federal e estadual, na questão fundiária. Tem como objetivo a diminuição dos conflitos no campo e ainda controlar os movimentos sociais rurais que reivindicam uma verdadeira reforma agrária.

A constituição dos assentamentos rurais no estado de Goiás não obedece a um modelo unívoco. Constituídos, na maioria dos casos, a partir das ocupações de terra, por sujeitos que reivindicam o acesso à terra de trabalho, no entanto, esses grupos

apresentam uma grande heterogeneidade, o que pode ser constatado através dos relatos das trajetórias de vida dos indivíduos e pela memória coletiva nos três assentamentos estudados.

Os assentamentos rurais se constituem em realidades conflitivas, em que diferentes projetos estão dispostos: os individuais, os familiares; os grupais de cada assentamento e ainda os externos, propostos pelos diferentes *mediadores*. Somado a essa disputa pela organização dos assentamentos, existe a intervenção do Estado, na implementação das políticas públicas para o setor, que raramente contempla os anseios dos sujeitos aos quais se destinam.

Assim os assentamentos rurais devem ser entendidos como uma realidade contraditória, de mão dupla: ao mesmo tempo em que o camponês tem acesso à tão sonhada e batalhada terra, estão em curso fatores limitantes, no plano político, econômico, social e ambiental à sua reprodução enquanto tal.

A pesquisa empírica realizada em três assentamentos, revelou a situação em que se encontram atualmente. Foram constituídos a partir de ocupações de terras improdutivas, públicas e privadas, grupos formados em situações diferenciadas, por pessoas com origens diversas, que tiveram como canal de expressão e também como negociadores, diferentes entidades, organizações e movimentos sociais.

É a partir dessa diversidade e também das similaridades dos três grupos que se busca compreender os assentamentos rurais, enquanto espaço de produção e reprodução de saberes e de projetos.

A seguir apresentamos aspectos básicos da constituição de cada um deles.

Assentamento Tijuqueiro

Distante cerca de 16 km da sede do município de Morrinhos, que está a 136 Km de Goiânia, no denominado Sudeste Goiano, situado às margens da rodovia BR 153, que liga o Estado de Goiás ao Sudeste e Sul do Brasil, o assentamento Tijuqueiro possui facilidades de acesso e escoamento de seus produtos.

A Fazenda tinha uma área total de 962 hectares e pertencia à União; era utilizada pelo Ministério da Agricultura no desenvolvimento de pesquisas agrícolas. Possui topografia ondulada, com dois pequenos cursos d'água: o *invernadinha* e o *café*.

A área ocupada em 12/07/1986 por 20 famílias, correspondia a 369 hectares, aproximadamente um terço da área total da fazenda.

O Projeto de Assentamento Tijuqueiro foi elaborado e implementado pelo Governo do Estado de Goiás, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) somente em 1988.

Após 16 anos de ocupação da área, a infra-estrutura do assentamento já está concluída. A última obra foi o poço artesiano, que entrou em funcionamento em abril de 2002. Possui uma cooperativa que começou a funcionar em 2000, com uma granja de suínos e dois resfriadores de leite.

A escola, localizada dentro do assentamento, atende alunos até a 4ª série, numa sala multisseriada e com uma única professora, assentada na chamada área II.

Esse novo assentamento é fruto de uma segunda ocupação na área da fazenda, ocorrida no final de 1998 e que acabou sendo doada pela União ao INCRA, em 10 de novembro de 1999, para fins de assentamento de 15 famílias. Essa área II não foi considerada nos dados dessa pesquisa, por se tratar de um grupo distinto e com uma outra história de constituição. Nos relatórios do INCRA só estão disponíveis os dados da área II, em virtude do assentamento na área I ter sido realizado pelo governo estadual.

Assentamento Che Guevara

Localizado a aproximadamente 20 Km da sede do município de Itaberaí, que dista 101 Km de Goiânia, possui uma área de 4.090,02 hectares, teve imissão de posse em 26 de maio de 1998, em que consta o assentamento de 101 famílias. Trata-se de uma área favorável ao cultivo, com uma topografia bastante suave e com solos apropriados à agricultura e também à criação de gado.

Quanto à infra-estrutura, o assentamento possui estradas principais e vicinais, o que possibilita fácil deslocamento. A água é canalizada do rio e distribuída através de mangueiras para as parcelas. A rede de energia elétrica já foi instalada. Tiveram acesso aos financiamentos do governo, inclusive ao crédito habitação, que possibilitou a construção de casas em alvenaria, embora, durante a realização desta pesquisa, a maioria delas, ainda se encontrava com os tijolos aparentes.

O assentamento, nesse mesmo período, não possuía escola e o agente de saúde ainda não estava atuando. As edificações que já existiam na fazenda, como a sede e demais construções que antes eram utilizadas para criação de animais, encontram-se sem utilização, permanecendo fechadas. A casa da sede só é utilizada esporadicamente para as reuniões dos assentados.

Assentamento Engenho Velho

Distante 25 km da sede do município de Goiás, que fica a 144 Km de Goiânia, sua área é de 1.168,86 hectares, onde foram assentadas 30 famílias, sendo que 28 participaram do processo de ocupação da fazenda e duas famílias são ex-empregados do antigo proprietário. A imissão na posse foi decretada em 11 de novembro de 1997. O tamanho das parcelas varia entre 30 e 38 hectares, em função da localização das mesmas, pois, trata-se de uma área de topografia bastante irregular, com encostas íngremes, o que

dificulta bastante o deslocamento dos assentados e o solo bastante pedregoso, quase inviabiliza a agricultura e dificulta a criação de gado.

A antiga fazenda é cortada pelo Rio Engenho Velho, que deu nome ao assentamento, suas nascentes nos pontos mais altos é que abastecem todas as parcelas com um sistema de canalização. As antigas instalações como as moradias dos empregados, atualmente são utilizadas pela escola e para as reuniões dos parceiros; a antiga sede da fazenda, com grande área de lazer e piscina, encontra-se alugada em troca da conservação da mesma. A infra-estrutura básica do assentamento foi parcialmente executada. A energia elétrica para todas as parcelas foi instalada recentemente porque, em convênio com a Celg, o INCRA instalou o eixo e ramal para 17 famílias. As demais tiveram que arcar com as despesas da execução da obra. Entretanto, a maior dificuldade dos assentados é a inexistência de acesso às parcelas localizadas nas áreas de maior altitude. O recurso destinado à construção do *eixão* é suficiente apenas para 3 km e 800m de estrada, sendo que seriam necessários recursos para a confecção de outros 12 km.

Com relação à escola, ao contrário de outros projetos de assentamento, ela existe desde o período do acampamento, antes mesmo da desapropriação da fazenda, quando funcionava debaixo da lona preta. Atende alunos até a 4ª série do Ensino Fundamental, numa única sala, multisseriada e unidocente. A professora, que é uma assentada, já exercia a profissão em Goiás e lecionou por alguns anos em Goiânia. Após esse nível, as crianças são transportadas até a sede do município para freqüentarem as escolas de lá; alguns são alunos da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.

1.4 Dados e sentidos

A análise dos dados coletados a partir dos questionários aplicados nos três assentamentos rurais pesquisados, indica alguns aspectos sobre como vivem, o que fazem e o que sonham para o futuro, os sujeitos sociais que se tornaram assentados.

Apesar de representarem uma pequena amostra do universo de cada assentamento, o propósito da coleta desses dados foi o de recolher alguns indicadores

econômicos e sociais a partir da realidade pesquisada, como dados complementares da observação e das entrevistas realizadas.

Os dados coletados e agrupados, nos três assentamentos, indicam que em cada lote reside o titular e sua família. A titulação de lotes às mulheres não é prática comum nos assentamentos. Nos casos observados, pouquíssimas mulheres eram efetivamente as titulares, nesses casos, por causa da idade avançada do marido ou da sua inexistência. A idade dos titulares é em média de 38 anos no Engenho Velho, 43 no Che Guevara e 47 no Tijuqueiro.

Cada família é composta em média por quatro pessoas, com filhos ou netos com idade abaixo de 14 anos, e todos freqüentando a escola, no próprio assentamento como no caso do Tijuqueiro e do Engenho Velho. No Assentamento Che Guevara, que ainda não possui escola, desde o primeiro ano as crianças estudam fora do assentamento, são transportadas diariamente para o povoado Olho d'água, distante 8 km do assentamento.

Em conversas informais com os assentados, há uma correspondência entre a freqüência à escola, mesmo percorrendo grandes distâncias diárias, com os programas compensatórios do governo, como o bolsa-escola em que o recebimento está condicionado à presença na escola. Entretanto, é significativo que todos imaginam o ensino superior como horizonte para seus filhos e filhas. As profissões mais idealizadas foram: advogado, médico, veterinário ou funcionário público. A justificativa unânime é que nessas profissões os rendimentos são melhores, é possível viver melhor, porque segundo eles afirmaram a agricultura não dá dinheiro. O que estão expressando é o descontentamento com seus rendimentos atuais.

Com relação à escolarização dos adultos, os números para os três assentamentos são muito próximos. Em média, os que se definiram como analfabetos representaram um índice de 20%; cerca de 50% dos assentados que responderam ao questionário freqüentaram até a quarta série do antigo primário, e os 30% restantes se distribuem pelos demais níveis. O máximo de nível escolarização é o ensino médio.

Com relação ao local de nascimento, os dados mostram que a maioria dos assentados é natural do Estado de Goiás, embora haja uns poucos mineiros ou seus descendentes, que localizam em seus pais ou avós a vinda de Minas para Goiás. A origem dessa presença significativa de migrantes vindos de Minas Gerais, pode ser localizada entre as décadas de 1930 e 1950, e é devida, conforme a pesquisa de Jadir

Pessoa (1999b, p. 46-49), a dois fatores históricos básicos: a chegada da Estrada de Ferro Goiás a Anápolis em 1935 e a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, com sede no atual município de Ceres, em meio ao projeto getulista *A marcha para Oeste*, já referida neste trabalho.

Um dado interessante é a baixa mobilidade geográfica dos assentados, principalmente nos assentamentos Engenho Velho e Che Guevara. Antes de serem assentados, residiam nas periferias urbanas, dos municípios de Goiás e de Itaberaí, indicando um certo localismo e um enraizamento dos assentados escolhidos. O assentamento Tijuqueiro, na época de ocupação, possuía um percentual mais elevado de trabalhadores residentes em outros municípios e estados. Atualmente, após várias trocas de parceiros, os assentados são provenientes do município de Morrinhos.

Quanto ao local de nascimento e a trajetória dos assentados, podemos constatar entre eles uma significativa marca do rural.

No assentamento Engenho Velho, todos responderam ter nascido na zona rural e terem trabalhado sempre em atividades ligadas ao campo, principalmente como trabalhadores diaristas ou empregados nas fazendas da região de Goiás, embora morassem na zona urbana. O histórico familiar demonstra que são filhos e netos de agricultores que eles chamam de *meeiros* ou de pequenos sitiantes, que acabaram vendendo ou perdendo a terra e migrando para a cidade.

No assentamento Tijuqueiro, 20% dos respondentes nasceram na zona urbana, mas o histórico familiar indica que os antepassados imediatos eram agricultores, mas as categorias são mais variadas: posseiros, empregados em fazendas e pequenos sitiantes.

O assentamento Che Guevara é o que apresenta o maior índice de assentados com origem urbana, 40% dos que responderam ao questionário, o que pode ser constatado também pelas profissões exercidas por eles antes de entrarem na *luta*: frentistas, almoxarife, manicure, auxiliar de enfermagem, eletricista, que podem ser consideradas como tipicamente urbanas. No entanto, a maioria afirmou a origem rural de seus pais e avós como agricultores, meeiros e pequenos sitiantes.

Apesar de os dados coletados representarem apenas uma pequena amostra do universo pesquisado, é possível verificar um certo padrão nas respostas coletadas nos questionários aplicados. Quanto ao histórico familiar é possível identificar dois grupos distintos: num primeiro, aqueles em que a família tinha a posse ou a propriedade da

terra e num determinado momento acabaram vendendo e migrando em direção à cidade, devido à divisão por herança, impossibilidade de continuarem a se reproduzir na propriedade. No segundo grupo estão incluídos aqueles cujos ascendentes foram agregados, meeiros, parceiros, ou seja, não tinham terras próprias para trabalhar. Num passado mais distante moravam na fazenda onde trabalhavam, mais recentemente, podemos localizar na publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, como foi tratado em item anterior, eles passaram a residir em povoados próximos. Com o processo de modernização agrícola durante o período de governos militares, a relação de assalariamento de expande e a residência desses trabalhadores se fixa na cidade.

Esse contexto de trabalhadores rurais, moradores na zona urbana, foi descrito pelos parceiros dos três assentamentos, embora com maior incidência no Engenho Velho e no Tijuqueiro. E em menor escala no Che Guevara, que como foi assinalado têm maior número de trabalhadores urbanos.

Com relação à divisão de trabalho no lote, constatou-se que todos os moradores participam de algum tipo de atividade. Nos três assentamentos, quando não estão na escola, as crianças têm atividades definidas como o trato dos animais, a separação e confinamento dos mesmos; as meninas ainda ajudam as mães nas tarefas domésticas. A grande maioria das mulheres além dos cuidados com a casa, são responsáveis pelo trato do quintal, onde geralmente cultivam uma horta e variadas árvores frutíferas, destinadas ao consumo da própria família. Em algumas parcelas, as mulheres ainda se dedicam à fabricação do queijo, que depois é vendido na cidade.

Aos homens estão reservados trabalhos como a ordenha das vacas, a principal atividade de todas as parcelas dos três assentamentos. Quando há combinação com agricultura, plantam produtos destinados ao consumo da própria parcela e, quando sobra, à venda, como no caso do milho. A plantação de arroz, milho, mandioca e feijão é predominante nos três assentamentos, a variação fica por conta de alguma cultura introduzida com objetivo comercial, como por exemplo a banana-maçã no Che Guevara e no Engenho Velho.

No assentamento Tijuqueiro, com a implantação da cooperativa da qual participa um grupo de assentados, foi montada uma granja de suínos e uma fábrica de ração, há um maior envolvimento na produção de milho. Em algumas parcelas planta-se cana-de-açúcar, com a finalidade de alimentar o gado no período de seca.

Nos três assentamentos a produção de leite é a principal fonte de renda dos assentados, com uma diferenciação quanto ao seu destino. No Tijuqueiro, praticamente toda a produção é enviada à cooperativa dos assentados que o repassa à Parmalat. Foram comprados dois resfriadores para o armazenamento do produto até que o caminhão venha buscá-lo.

No assentamento Che Guevara os parceiros se dividem entre entregar o leite *in natura* a um laticínio na sede do município e a fabricar queijos, que são vendidos ou trocados por outros produtos de que necessitam, em estabelecimentos comerciais em Itaberaí.

No Engenho Velho, em decorrência das dificuldades de deslocamento dentro do assentamento, pela ausência de estradas, todos transformam o leite em queijo e requeijão e depois vendem ou trocam nos estabelecimentos comerciais da cidade de Goiás. Alguns efetuam a venda na rodoviária, um bom ponto de venda segundo eles, por causa do movimento de turistas. Interessante destacar que a dificuldade de deslocamento dentro do assentamento e uma distância de 4km a ser percorrida até o asfalto, onde é possível se encontrar um transporte até o centro da cidade de Goiás, aciona redes de ajuda entre os parceiros. Quem vai à cidade se encarrega de levar os queijos de vários outros para serem vendidos. Práticas solidárias típicas de camponeses.

Com relação ao tipo de mão de obra utilizada nas parcelas, ela é exclusivamente familiar, não há contratação de trabalhadores. Somente no assentamento Tijuqueiro, alguns parceiros mais idosos, fazem contratações esporádicas para limpeza de pasto. Nos Assentamentos Engenho Velho e Che Guevara, de implantação mais recente, alguns parceiros utilizam práticas de ajuda mútua, geralmente a troca de dias. A utilização da prática do mutirão, como foi verificado por Jadir Pessoa no Assentamento Mosquito (PESSOA, 1999b, p. 249-255), é mais comum nas fases iniciais de implantação do assentamento. No Tijuqueiro essa prática só é acionada em casos de doença do titular do lote.

No Assentamento Tijuqueiro, a maioria dos parceiros trabalha somente em suas parcelas e atualmente a produção é voltada para a cooperativa. Há alguns parceiros aposentados e dois que são diretores do STR de Morrinhos e da FETAEG. Recentemente um dos parceiros, que possui o lote às margens da rodovia, instalou aí um ponto de comércio, que é um misto de bar e mercearia, onde à noite e nos finais de semana são realizados bailes. O local tornou-se um ponto de encontro e de lazer dos

parceiros. Entretanto, ele afirmou que continua produzindo leite e cuidando de sua parcela durante um período do dia e que optou pela abertura do bar, porque não é cooperativado, por discordar do projeto que foi implantado em parceria com a FETAEG.

Com relação aos outros dois assentamentos, há uma incidência maior de parceiros que exercem atividades fora de seu lote. No Engenho Velho, a maioria como trabalha como diarista nas fazendas da região e no Che Guevara, alguns deslocam-se até à cidade de Itaberá para exercer as profissões que tinham antes de serem assentados.

Segundo relatos coletados, a concomitância de trabalho dentro e fora do lote se deve à insuficiência de renda auferida com as atividades na parcela, devida à falta de acesso a financiamentos do governo e à inexistência de assistência técnica.

Essa alternância do trabalho dentro e fora do lote pode realmente indicar uma renda insuficiente, mas esse é um fator de difícil determinação nos assentamentos rurais. Vários estudos têm demonstrado como é complexo determinar o cálculo da renda, pois vários fatores precisam ser considerados nessa composição, principalmente a questão do autoconsumo, determinante na reprodução do campesinato e, por decorrência, dos assentados.

O relatório da FAO¹³, baseado em dados de 1991, provocou discussões ao utilizar um complicado indicador, no qual são combinados diversas fontes de renda e ao concluir que onde se implantaram assentamentos o nível de renda aumentou em comparação com atividades equivalentes.

Ressaltada a complexidade, para os casos aqui estudados, a questão da renda não foi aprofundada, mas, pode-se inferir que ela é menor nos assentamentos Engenho Velho e Che Guevara, provavelmente porque as parcelas ainda estão sendo formadas, a produção é reduzida ao leite e também pela dificuldade em ter acesso ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), e pela demora e inconstância na sua liberação.

O vínculo com a cidade é bastante estreito, pelo menos uma vez por semana em média, eles se deslocam do assentamento até os centros urbanos. As atividades mais frequentes que aí realizam são: pagar contas; receber aposentadoria, bolsa-escola e

¹³ Ver: ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C, LEITE, S (Orgs.). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

renda-cidadã; fazer compras no mercado; comprar remédios; comprar produtos veterinários; ir ao médico e vender queijos.

Com relação à participação dos assentados nas Associação dos assentamentos, verifica-se no assentamento Tijuqueiro e no Engenho Velho, que todos são associados.

No assentamento Che Guevara, somente 60% dos entrevistados participam da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Che (APPAC). Os não-sócios justificaram-se dizendo que não havia união e que *as coisas* não funcionavam. Muitos reclamam que as taxas cobradas são altas, o que os excluía automaticamente da associação.

Na realidade, essa questão, especificamente nesse assentamento tem um complicador a mais, pois, a separação dos assentados em dois grupos, um com produção individual e outro com produção semi-coletiva, fez com que a associação, privilegie um grupo em detrimento do outro, porque os interesses são diferenciados. Em decorrência dessa cisão, está em processo de discussão a formação de uma segunda associação dentro do assentamento.

Quanto à filiação partidária, o maior índice foi o do Assentamento Tijuqueiro, onde 60% disseram ser filiados, sendo que a maioria ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). No assentamento Che Guevara apenas 20% responderam ser filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nenhum assentado indicou filiação partidária no Assentamento Engenho Velho.

No geral, os dados refletem baixa participação político-partidária dos assentados, mas foi possível constatar que os que a explicitam são as lideranças do assentamento, que têm também uma participação na associação e no sindicato. Enfim, indicam um maior comprometimento e maior envolvimento com as entidades organizativas. No assentamento Tijuqueiro, onde as informações foram mais verticalizadas, há uma correspondência entre as lideranças do assentamento e envolvimento no STR de Morrinhos e na FETAEG. Dois assentados disseram fazer parte da diretoria dessas entidades.

Quanto aos aspectos simbólicos, há uma certa similaridade entre os três assentamentos. Com relação à religião, a grande maioria é de católicos, desde toda a vida. Apenas um dos assentados se confessou espírita. Em suas respostas percebe-se que a freqüência às celebrações é indefinida, ou melhor, está restrita às missas ou eventos

religiosos que ocorrem nas casas dos assentados, uma vez que não há igrejas nem locais ecumênicos para a prática de atos religiosos. Entretanto, é comum a realização de missas, com a vinda de padres para fazer a celebração no assentamento. Tive oportunidade de presenciá-las no Assentamento Engenho Velho e no Assentamento Che Guevara. Apesar de uma comprovada maioria católica, há uma presença significativa de evangélicos nos três assentamentos, que segundo os depoimentos, já professavam essa opção antes de serem assentados.

Outra prática religiosa comum é a realização de novenas, aos mais variados santos, além das festividades dedicadas aos padroeiros de cada assentamento: São João Batista, do Tijuqueiro; São Pedro, do Engenho Velho e Santa Rosa Mística, do Che Guevara. Cada um deles faz questão de contar a história da escolha de seus padroeiros e o fazem com bastante ênfase.

Um outro aspecto que demonstra a religiosidade dos assentados é a importância atribuída às festas juninas, que sem exceção, são consideradas por todos como as mais importantes do ano, além das folias de reis e do divino. Esses rituais e festas típicos da cultura camponesa, são paradigmáticos para se pensar os assentamentos para além da produção econômica. Os assentados realizam um resgate desse universo cultural e simbólico.

Quando perguntados sobre o que é necessário para vencer na agricultura hoje, as respostas foram bastante variadas, mas foi possível agrupá-las.

As necessidades apontadas pelos assentados refletem a etapa de organização e desenvolvimento de cada assentamento.

No Engenho Velho consideraram como importante ser proprietário para vencer na agricultura, ter formação técnica e participar do sindicato. São respostas significativas que espelham os projetos que tinham antes de conquistar a terra. Eram trabalhadores rurais diaristas, moradores na periferia do município de Goiás. Ao tornarem-se *donos* de seu pedaço de terra, avaliam que o principal já foi realizado.

No Che Guevara, o mais importante, pelas respostas dadas, é trabalhar de forma cooperada. Também reflete a situação de desorganização e fragmentação do grupo. Avaliam que a desunião, o individualismo, impede o desenvolvimento do assentamento e de conseguirem uma renda melhor.

No Assentamento Tijuqueiro, as respostas foram bastante diversificadas, todos consideraram importante: diversificar a produção, fazer investimentos, ser

proprietário da terra, ter formação técnica, utilizar tecnologia, trabalhar de forma cooperada, participar do sindicato e ainda observar as fases da lua. Além desses, foram incluídos outros itens: participar nas decisões políticas, ter informações sobre o mercado, saber administrar a parcela. Provavelmente, por se constituir num assentamento de dezesseis anos de experiências, representam um verdadeiro laboratório para a política de assentamentos. Passaram por vários aprendizados, construíram novos saberes e conscientizaram-se que só a terra não basta. É preciso muito mais para continuarem se reproduzindo nas parcelas. Dessa forma consideram que vários fatores interferem na produção agrícola.

Apesar das dificuldades enfrentadas, que são atribuídas à baixa renda e à falta de assistência do governo, todos afirmaram que o assentamento é um bom lugar para se viver, os principais motivos apontados foram: tranquilidade, segurança, convívio com a natureza, trabalho para si próprio, vizinhança, liberdade para tomar decisões, boa alimentação, planejar o futuro sem medo do desemprego.

Nas interpretações que fazem sobre o campo e a cidade, há uma relação de oposição. A cidade é considerada como o não – lugar de se viver, essa interpretação decorre de suas experiências de marginalização, de desemprego, das privações, e muitas vezes da fome, situações vividas e gravadas na memória de cada indivíduo. Ao contrário, o campo é o lugar da vida, do contato com a natureza, lugar do trabalho, da emancipação, da fartura. Assim a condição de assentado é posta em relação com a situação pretérita, quando era sem terra. O resgate das lembranças da vida na cidade é reconstituído a partir da vida concreta do presente.

Embora os dados coletados nos dêem um perfil momentâneo dos três assentamentos rurais e a impossibilidade de desconsiderar a diversidade histórica e temporal na constituição de cada um deles, alguns fatores devem ser considerados nessa tentativa de síntese, mesmo que provisória da situação econômica, social e cultural desses sujeitos.

A legislação brasileira sempre delegou ao Governo Federal o poder para realizar intervenções fundiárias. Embora, nos anos de 1980, os governos estaduais, utilizando-se de algumas brechas na legislação, passaram a intervir na questão fundiária com a desapropriação por utilidade pública. Em alguns estados da federação foram criados institutos especiais para tratar da questão agrária.

Apesar de o poder de intervenção restringir-se às duas esferas governamentais, a constituição dos assentamentos rurais tem colocado inúmeros desafios para o poder público local, com as reivindicações de infra-estrutura básica, como a construção ou melhorias de estradas, saúde e educação.

Nos três assentamentos estudados constata-se, pelos relatos dos parceiros e pela própria história de constituição dos mesmos, o descaso e o abandono a que são relegados pelas três esferas do poder público.

Traços desse abandono são visíveis na falta de assistência técnica, na dificuldade em se ter acesso aos financiamentos e nos desencontros e equívocos nas ações dos técnicos. Não há investimentos do Estado a longo prazo e nem planejamento, o que pode colocar em risco as perspectivas de reprodução desses assentados.

Essa situação não é exclusiva dos assentamentos goianos, mas extensiva a todo território brasileiro, como constataram vários estudos¹⁴ e como demonstra o extrato de texto a seguir

Criados para responder a pressões, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre às condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade. (MEDEIROS & LEITE, 1999, p. 11)

Os autores confirmam a tese de que a política de implantação de assentamentos rurais no Brasil tem como lógica evitar tensões sociais e resolver conflitos localizados; esse processo indica que a possibilidade de realização de uma reforma agrária, que avance para além da distribuição de terras, está muito longe de se configurar.

Dados publicados pela CPT sobre a violência no campo, confirmam a persistência dos conflitos ao longo dos anos de 1990, indicando que a política de

¹⁴ As dificuldades presentes nos assentamentos, como terra ruim, falta de estradas, comercialização difícil, estão presentes em todo o território nacional, e são discutidas no texto: PAULILO, Maria I. Os Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C, LEITE, S. *Reforma Agrária: o relatório da FAO em debate*. 2.ed. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994. Situação semelhante foi analisada no Estado de Mato Grosso, por FERREIRA, Eudson de C., FERNÁNDEZ, Antônio J. C., SILVA, Evande P. da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. IN: MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, S. (Orgs.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFGRS/CPDA, 1999.

assentamentos rurais implementada pelo governo federal, objetivando um controle das tensões sociais no campo, tem se mostrado insuficiente e ineficiente em sua intervenção.

QUADRO COMPARATIVO (1992-2001) – CONFLITOS DE TERRA

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nº Conflitos	361	361	379	440	653	658	751	870	564	681
Assassinatos	35	42	36	39	46	29	38	27	20	29

Fonte: Conflitos no Campo – 2001. CPT. Goiânia, Loyola, 2002.

Por outro lado, apesar das condições precárias de existência encontradas nos assentamentos rurais implantados, chama atenção o fato de que os próprios assentados afirmaram que a vida melhorou bastante depois que se tornaram parceleiros.

Mais significativa é a constatação dos assentados de que a luta deles não se encerra na conquista da terra, ela inicia com uma nova fase de reivindicação junto ao poder público das condições necessárias para o desenvolvimento sustentado dos assentamentos rurais já criados.

2. O TRABALHO DA MEMÓRIA

Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos a contar; o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos pensamentos, que é coisa de muito estofa, pensar no que se pensa, ou pensou, ou está pensando, e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento, não acabaríamos nunca mais.

*José Saramago,
Levantando do Chão.*

O presente estudo, como foi delimitado na introdução, utiliza-se do conceito de memória, fundado nas ciências humanas, principalmente no âmbito da história e da antropologia, ou mais especificamente da memória coletiva enquanto trabalho de reconstrução do passado, do vivido dos grupos, de uma reelaboração das lembranças a partir da visão de mundo emprestada da sociedade de hoje.

Segundo Le Goff (1996, p. 424), diversas concepções recentes de memória, põem a tônica nos aspectos de estruturação, nas atividades de auto-organização. Assim os fenômenos da memória, em seus aspectos biológicos e psicológicos, são *resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui.*

Dessa forma, a memória, mesmo em campos científicos nos quais é considerada mais em seus aspectos individuais, interiores, é aproximada a fenômenos mais ligados à esfera das ciências humanas e sociais, como a questão da linguagem, constituída na sociedade.

Por outro lado, psicanalistas e psicólogos insistiram, tanto para a recordação, quanto para o esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. No mesmo sentido, os esquecimentos e os silêncios da história revelam os mecanismos manipuladores da memória coletiva. Dessa forma, afirma o autor (Idem, p. 426): *Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.*

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades. A memória coletiva, além de uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder, luta pela dominação da recordação e da tradição.

Dessa forma, nos estudos a partir de grupos sociais, de famílias, histórias locais, de aldeias, grupos de trabalhadores, há um vasto complexo de conhecimentos não-oficiais, não-institucionalizados, que se contrapõem a interesses e conhecimentos cristalizados. No presente trabalho a produção de saberes e aprendizados a partir de uma práxis coletiva e desvinculada da educação estritamente escolar, pretende contribuir para essa contraposição.

Assim se expressa Le Goff (Idem, p. 477) aos profissionais científicos da memória: *Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.*

Nesse sentido importa resgatar a *memória coletiva* dos assentados rurais, como forma de preservar a história vivida mas também como uma síntese feita por eles mesmos, enquanto sujeitos sociais em ação.

É o indivíduo que recorda mas, segundo Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a *memória coletiva*.

2.1 Assentamento Tijuqueiro: “memória sindical”

O STR de Morrinhos foi a entidade mediadora, no sentido conferido por Martins (1993, p. 103), de um canal de expressão ou seja, *que dá direção e significado mais amplo a uma determinada luta*, na implementação do Assentamento Tijuqueiro. A área pertencia à União e era utilizada pelo Ministério da Agricultura para o desenvolvimento de pesquisas agrícolas.

Fazendo um pequeno retrospecto para enterdermos o caminho percorrido pelos STRs, o início do sindicalismo rural no Brasil deu-se com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural ou Lei 4.214, em 1963 (PESSOA, 1999b, p. 66). Com a abertura da possibilidade da sindicalização rural, as mais variadas entidades, inclusive patronais, passaram a disputar a criação e o controle dos sindicatos rurais. A partir de então

surgiram as federações em vários estados e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ainda em 1963.

A partir do golpe militar em 1964, foram proibidas quaisquer manifestações camponesas e os líderes sindicais foram perseguidos, presos e mortos. Entretanto a CONTAG foi mantida funcionando sob intervenção e atuando segundo os preceitos da modernização conservadora. Somente em 1967, é que a oposição retomou a entidade e os sindicatos rurais retomaram a defesa dos direitos dos trabalhadores. Depois de uma década trabalhando com finalidades apenas assistencialistas, quando o sindicato se transformou em posto de saúde, em 1979, na realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, dentre outras deliberações, foram aprovadas as ocupações de terras improdutivas ou públicas. Esse compromisso foi reafirmado no IV Congresso, em 1985.¹⁵

É a partir dessa conjuntura que o STR de Morrinhos constitui-se como *mediador* desse grupo de trabalhadores rurais, residentes na zona urbana. Nesse mesmo ano fez um levantamento no município com o objetivo de buscar áreas, nas condições definidas nos Congressos, que pudessem ser reivindicadas para a reforma agrária.

A Fazenda Tijuqueiro ou Fazenda Ministério, como era conhecida, enquadrava-se perfeitamente nesses pré-requisitos. Era uma área pública e foi considerada improdutiva por sua subutilização – apenas um terço de seu total era ocupado, com os equipamentos e construções. A partir de então o sindicato iniciou a formação de um grupo de trabalhadores que estivessem dispostos a lutar pela terra.

Nas reuniões eram discutidas formas de organização e de ação. A primeira decisão do grupo, com aproximadamente 75 famílias, foi reivindicar a área junto ao Ministério da Agricultura para a implantação de um projeto de assentamento rural. Esse pedido foi negado pelo então ministro da agricultura, Íris Resende Machado, alegando ser a terra produtiva e, portanto, não estava disponível para a reforma agrária.

O grupo resolveu então formar uma comissão, com vereadores, deputados e dirigentes da FETAEG, com o objetivo de fazer uma vistoria no imóvel, inventariando as instalações, estado de conservação e utilização. O resultado confirmou a avaliação anterior do sindicato e novo pedido foi feito ao Ministério da Agricultura.

¹⁵ Todo esse processo foi analisado por Pessoa (1999b, p. 68-77) e DUARTE (1998, p. 282-292). Entretanto, para um estudo específico sobre sindicalismo rural, indicamos a obra de Claudieni Coeletti, intitulada *A estrutura sindical no campo*, editada em 1998 pela Editora da UNICAMP.

Depois de esperarem por uma resposta durante todo o primeiro semestre de 1986, o grupo, em conjunto com o sindicato, resolveu ocupar a fazenda em 12/07/1986. Eram 18 famílias e depois de dois dias juntaram-se a elas mais duas, totalizando vinte. Montaram acampamento às margens do córrego Invernadinha.

Segundo os relatos, a polícia vinha todos os dias ao acampamento, chamada pelo funcionário da fazenda, fazendo ameaças para que eles se retirassem da área.

Após duas semanas os acampados foram intimados a irem até a delegacia de polícia de Morrinhos, e depois de muitas intimidações e ameaças de prisão, o delegado obrigou-os a assinarem uma declaração na qual concordavam em deixar a área. No entanto ao invés de desocuparem a área, formaram uma comissão de acampados, que juntamente com o sindicato e a FETAEG, foram até Goiânia pressionar o governo estadual para que intermediasse a negociação da área junto ao governo federal.

Em 31/07/1986, conforme consta no documento Termo de Declarações – 4^a Delegacia Regional de Polícia, o Ministério da Agricultura desistiu da reintegração de posse e comunicou a realização de um sistema de comodato para as vinte famílias. Nessa proposta, *O Estado concede a uma família ou a um grupo de famílias o direito de utilizar o solo por um período longo, geralmente indeterminado, mas não permanente.* (BERGAMASCO & NORDER, 1996, p.69)

A proposta foi recusada pelo grupo e pelas entidades, STR de Morrinhos e Fetaeg, que a consideraram lesiva aos trabalhadores, uma vez que poderiam ser utilizados como mão-de-obra na valorização das terras, que depois poderiam ser devolvidas aos fazendeiros.

Foi sugerida então a proposta de concessão de uso por dez anos, na qual, *cada família é incorporada a um projeto social, em que a utilização de terra pode ser coletiva ou familiar, reconhecida pelas instituições bancárias, mas não pode ser comercializada. Em caso de desistência outra família é selecionada para ocupar a área.* (Idem, p. 70)

O governador em exercício, Onofre Quinam, determinou ao IDAGO que iniciasse a organização do assentamento, o que foi concretizado em agosto daquele ano. Praticamente foram respeitadas as localizações iniciais feitas pelos acampados, nas margens dos córregos.

Como não havia área suficiente para comportar todas as parcelas, optou-se pela complementação do tamanho em outro local. Assim, os parceleiros ficaram com

dois lotes, um próximo ao curso d'água e outro em lugares de maior altitude. Um assentado assim avalia aquela decisão:

Foi um erro nosso e do IDAGO, mas na época nós não erramos, a gente avaliou isso foi por uso. Mas na época não, a gente não sabia se ia conseguir recursos, financiamentos, energia, a gente confiava naquilo que existia, naquela água que existia. Porque se a gente tivesse confiança que ia conseguir recursos, então a água tem debaixo do chão, a gente tirava. (Depoimento 01)

O primeiro plantio foi feito de forma coletiva, com mutirão para preparação e semeadura do solo, mas cada um cuidava de seu *pedaço*.

O grande problema dos sete assentamentos rurais criados pelo governo estadual, dentre os quais o Tijuqueiro, é que a terra foi distribuída, mas nenhum recurso lhes foi destinado, nem de custeio, nem para infra-estrutura. Em consequência de tamanho descompromisso, os trabalhadores não tinham condições mínimas de se organizarem para a viabilização do assentamento. Formaram uma comissão com o objetivo de coordenar o trabalho entre eles e de buscar recursos, financiamentos para que o projeto se viabilizasse. Não tendo como sobreviver, continuaram trabalhando nas fazendas próximas, como diaristas e também em seus lotes.

A infra-estrutura básica do assentamento foi conseguida ao longo dos anos e como resultado de reivindicações junto ao poder público. A eletrificação foi realizada em 1991 pelo governo do estado, que em 1992, forneceu material para a construção das casas de alvenaria pelos próprios assentados.

Apesar de todo esse abandono e descaso na implementação do assentamento, até o final de 1988, nenhum parceleiro tinha desistido de seu lote. Depois desse período é que se iniciaram as trocas de parceleiros.

A EMATER atuou como responsável pela assessoria na constituição da associação e depois na elaboração dos primeiros projetos de atividades coletivas, como mutirão para limpeza, roça comunitária e a compra de um trator para uso dos parceleiros. Foi responsável também por vários cursos sobre laticínios, doces, defumados. O problema é que esse aprendizado não gerou nenhuma utilização comercial, ficando os produtos restritos ao consumo da família, segundo os parceleiros, pela ausência de financiamentos que permitissem um maior aproveitamento de tais cursos.

A Fetaeg foi responsável pela discussão e implantação da cooperativa no assentamento. Faz parte de um projeto mais amplo denominado de Rede de Cooperativas, que a Fetaeg está implantando em vários assentamentos do estado. Segundo um de seus diretores, Divino Goulart, que é também parceiro no Tijuqueiro, o projeto consiste na criação de pequenas cooperativas, dentro das áreas produtoras, com o controle dos assentados, ou seja, propõe uma homogeneização dos produtos agrícolas e animais, e com a assessoria de um técnico, define-se qual a melhor opção em termos de melhoria de renda para a comunidade. Entretanto, os cooperados do Assentamento Tijuqueiro, esbarram em alguns problemas na condução da cooperativa.

Segundo um dos diretores da mesma, não há acompanhamento depois que ela começa a funcionar. A assessoria restringe-se ao projeto e a um técnico que acompanha o processo de instalação, depois, eles têm que resolver os problemas sozinhos. Quem está fazendo o acompanhamento veterinário dos suínos é quem vende os produtos veterinários e insumos para se produzir a ração.

Como pudemos constatar, a atuação do governo estadual e outros agentes externos no assentamento acontece em intervenções pontuais, sem continuidade e geralmente são impostas de cima para baixo, sem a participação dos assentados na elaboração dos projetos, cabendo aos mesmos somente executá-los.

Com relação ao *trabalho da memória* do grupo, especificamente a memória da luta pela terra, ele é restrito a alguns acontecimentos, de um passado distante. Portanto essas lembranças foram já bastante revividas e reconstruídas, conforme afirma Maurice Halbwachs, o passado não se conserva inteiro. Além disso, do grupo original, restam apenas três famílias.

No *trabalho da memória* dos parceiros, há necessidade de legitimar a ação empreendida por eles; todos a justificam afirmando que a fazenda além de improdutiva era uma área pública, e como tal poderia ser considerada como dos trabalhadores, dessa forma era um área que deveria ser usada para fins de reforma agrária.

Eu não fiquei com medo não porque era do governo federal; agora se fosse de fazendeiro eu não entraria e nem deixava ele. Talvez eu esteja errada, a terra é improdutiva, mas será direito ir lá e tomar ela? (Depoimento 02)

Um problema grave enfrentado por eles e pelo STR de Morrinhos na época, era com a questão da formação do grupo para a ocupação. Foi difícil formar um grupo

mais consistente, alguns deles vieram da região de Uruana, porque eram fundadores do STR de lá e já tinham um certa experiência na luta pela terra. Mas mesmo assim, na ocupação muitos desistiram por medo de confrontos com a polícia,

Na hora da entrada no dia marcado, 'tiraram' 65 famílias e entrou 20. Isso causou uma grande dificuldade que não conseguimos conquistar toda a fazenda. E com os 20, nós deparamos com a dificuldade de negociação, e aí 'encostou' nós no lugar menos agricultável, mais acidentado, foi uma grande dificuldade. (Depoimento 01)

Essa constatação feita no depoimento do assentado é mais um fato a ser destacado no tipo de assentamento empreendido pelo governo estadual. Eles foram assentados na pior área da fazenda, onde o relevo é mais acidentado dificultando as atividades agropastoris e o solo muito pedregoso e pobre, prejudicando a agricultura. Essa parte da fazenda contrasta com as demais, plenamente favoráveis ao desenvolvimento dessas atividades.

Outra questão freqüente no *trabalho da memória* é a discriminação e humilhação que sofriam em virtude da ocupação da área. Segundo os relatos, as maiores vítimas eram as crianças, ao irem para a escola, sofriam toda espécie de segregação, por parte dos demais alunos, mas principalmente pelas professoras e funcionárias da escola.

E tanto quanto a gente não deixou assim de ser mal visto, posseiro, invasor, hoje isso desapareceu, era pior o preconceito. Com a ação da gente e o bom relacionamento da gente isso mudou. (Depoimento 01)

A ocupação da área foi em 1986, no momento em que Sarney apresentava o PNRA, que previa uma ampla ação reformista, através do assentamento de mais de um milhão de famílias de trabalhadores sem terra; é o período em que se iniciam as ocupações de áreas improdutivas e públicas, que são definidas como forma de pressão pelas organizações sindicais.

O *trabalho da memória* desses trabalhadores demonstra o momento histórico pelo qual passavam e refletem as idéias em confronto,

Se essa terra é improdutiva, é grilada, porque então o governo não entra e faz primeiro o adquirento daquela terra, pra depois repassar ela pras pessoas, pra que não tenha esses conflitos do jeito que anda? (Depoimento 02)

A fala desse assentado, pode ser considerada, como propõe Bartlett, de *convencionalização*, uma mistura entre passado e presente, que é constituída socialmente, em função dos diferentes grupos sociais dos quais o indivíduo participa. A análise que faz da reforma agrária, é um processo de reconstrução, em função dos interesses do presente e ligado às atividades práticas da vida cotidiana, mas com idéias constituídas a partir do discurso dos *mediadores*.

2.2 Assentamento Che Guevara: “memória militante”

Segundo o depoimento dos assentados, a organização do grupo foi comandada desde o início pelo MST. A partir do município de Goiás, fizeram o *trabalho de base* em vários municípios, como Heitorai, Itapuranga, Uruana, Itapirapuã, recrutando pessoas que estavam dispostas a entrar na luta. Após incluir o nome na lista organizada pelo pessoal da coordenação estadual, era só participar das reuniões, nas quais eram abordados vários assuntos, como a reforma agrária, a situação econômica do país e as possibilidades de novos assentamentos serem reivindicados. Entretanto, o dia e o local da ocupação só foi revelado algumas horas antes da saída.

Tivemos um pouco de ajuda da CPT, mas a força mesmo era do MST. Tinha a coordenação estadual, que formava o grupo, tinha também a representação nacional, de outros estados, do sul, um pessoal mais entendido da luta que veio pra cá, mais experiente que já tinha muito tempo de acampamento, que deu força maior. (Depoimento 03)

Bernardo Mançano Fernandes define o MST como fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro e situa a sua gênese na ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979. Outras ações aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, contribuindo para a formação do movimento. O processo de gestação continuou até 1984, com novas ocupações e acúmulo de experiências, reuniões e encontros, quando foi fundado oficialmente de 21 a 24 de janeiro em Cascavel, no Estado do Paraná, no Primeiro Encontro Nacional. Em janeiro de 1985, de 29 a 31, os sem terra realizaram o

Primeiro Congresso, iniciando assim o processo de *territorialização* do MST. (FERNANDES, 2000, p. 50)

Outro processo considerado por Fernandes é o de *espacialização* do movimento, que é a difusão do conjunto de experiências de luta e de resistência, que acontece por meio das viagens periódicas dos militantes do MST, na realização dos encontros de formação ou na mudança definitiva para outros estados, onde transmitiam seus conhecimentos e aprendiam com novas experiências. Segundo o autor, *esse processo, que chamamos de espacialização da luta pela terra, explicita a capacidade de organização popular do Movimento para realizar o objetivo coletivo de conquistar a terra.* (Idem, p. 126)

Foi nesse contexto de ações, que as famílias sem-terra da região do Mato Grosso Goiano iniciaram o processo de formação do MST; para lá viajaram em 1985 três sem-terra paranaenses, sob a articulação da CPT e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Goiás e de Itapuranga. No entanto, segundo o autor, já estavam em andamento a ocupação da Fazenda Serra Branca organizada pelo STR de Itapirapuã, e na Fazenda Estiva em Goiás os posseiros resistiam à expropriação. Nesse período o MST iniciou seu *trabalho de base* com as entidades articuladas, a partir do qual, aconteceu a ocupação da Fazenda Mosquito em 03 de maio de 1985¹⁶.

Bernardo M. Fernandes, considera que a desapropriação da Fazenda Mosquito em agosto de 1986 é que marca o nascimento do MST no Estado de Goiás, e em janeiro de 1986, realizou seu primeiro encontro com a participação de cem trabalhadores de vinte e dois municípios, elegendo a coordenação estadual. (Idem, p. 127)

Jadir Pessoa discute essa datação. Segundo o autor (PESSOA, 1999b, p. 90):

vincular essa conquista à implantação do movimento no estado era uma forma de justificar e marcar a sua criação, facilitando a sua atuação junto a outros grupos emergentes de trabalhadores rurais em luta pela terra. (...) a ocupação da Fazenda Mosquito antecedeu a criação do MST em exatos sete meses.

Desde que foi *territorializado* em Goiás, o MST ajudou a organizar ocupações de terra, com várias áreas conquistadas. A ocupação da Fazenda Rosa, tem

¹⁶ Uma descrição minuciosa da história da constituição desse importante marco na luta pela posse da terra em Goiás, o Assentamento Mosquito, pode ser feita a partir de: DUARTE, 1998, p. 319-346; PESSOA, 1999b, p. 94-96.

um significado importante para o MST, pois, marca a rearticulação do movimento no Estado de Goiás.

Durante alguns anos o MST sofreu com um certo isolamento no Estado de Goiás. Segundo análise realizada por Duarte (1998, p. 304), o relacionamento do MST com outros *mediadores* na luta pela terra é tenso. Embora com a Igreja, com a CPT e com a CUT prevaleça a cooperação, mesmo porque a secretaria do MST em Goiás foi criada com a ajuda dessas instituições.

Segundo o autor, no discurso dos militantes do MST cabe à Igreja e à CPT apenas dar apoio material, ao movimento a coordenação política. Outra divergência seria as posições contrárias à religiosidade popular que o movimento assume. Entretanto, é com a Fetaeg que as divergências são mais incisivas.

A origem dessa cisão estaria segundo Duarte (1998, p. 306) no nascimento do MST, quando foi acusado pela Contag de formar um sindicalismo paralelo, além das divergências políticas, pois, o movimento sindical, defendia uma reforma agrária calcada no Estatuto da Terra, enquanto o MST surgia da luta dos próprios trabalhadores rurais sem terra.

Dessa forma, o MST teve dificuldades de se organizar no Estado de Goiás, pela falta de estrutura e pelo isolamento em relação às concepções de outras agências de mediação. Assim, Duarte (1998, p. 307) analisa a atuação do MST em Goiás,

Ao menosprezar a religiosidade popular e, muitas vezes, atropelar outras peculiaridades da cultura do camponês goiano, o Movimento deixa de reconhecer o “outro” e passa a impor suas próprias representações, que interpretam a prática social à sua maneira e interferem nas ações das pessoas envolvidas. Daí provocar um certo estranhamento no meio camponês.

O MST passou a ter mais credibilidade no Estado de Goiás após a “Marcha pela Reforma Agrária”, ocorrida em abril de 1996. Essa marcha partiu da cidade de Itaberaí e terminou em Goiânia, dela participaram o grupo acampado na Fazenda Santa Rosa.

Esse evento acabou por aumentar a credibilidade do MST em Goiás. A ocupação da Fazenda Santa Rosa, foi significativa para incrementar outras ocupações de áreas improdutivas.

A área da fazenda com 4090,02 hectares era improdutiva, mas acabou se tornando palco de uma situação extremamente conflituosa.

Na primeira ocupação, em março de 1996, eram 300 famílias, que ficaram acampadas próximo à entrada da fazenda e depois de 12 dias foram despejados pela polícia. O acampamento foi refeito nas margens do Rio Uru, distante uns dois quilômetros da entrada da fazenda. O jornal O Popular assim descreveu esse primeiro despejo,

O clima ficou tenso várias vezes, quase terminando em confronto armado entre posseiros e policiais, ontem na Fazenda Santa Rosa, em Itaberáí. Em cumprimento a uma ordem de despejo obtida numa ação de reintegração de posse, 150 policiais armados de metralhadoras, espingardas, revólveres e cacetetes enfrentaram a ira de 300 famílias de trabalhadores rurais que ocupam a fazenda desde o dia 22 de março. (O POPULAR, 03/04/96, p. 5 A)

Sem conseguirem nenhum acordo com o governo, decidiram ocupar a Fazenda Santa Rosa pela segunda vez, em agosto de 1996. Desta vez foram recebidos com tiros. O dono da fazenda, Marcelo Malzone, tinha colocado várias seguranças para impedir a entrada dos trabalhadores. Mas não conseguiram porque o grupo era bastante numeroso.

Os sem terra conseguiram chegar até à serra, um dos pontos de mais difícil acesso e montaram o acampamento, até serem despejados novamente.

No total foram feitas cinco ocupações e quatro despejos, num processo muito demorado e conflituoso, com muitas negociações, pedidos de vistoria, até que a fazenda fosse declarada improdutiva e desapropriada para fins de reforma agrária em abril de 1998. *Cada ocupação que nós fazia diminuía um pouco, porque as pessoas ficava cansada, outras acabava o recurso, outros ficava com medo, não resistia a pressão.* (Depoimento 04)

A Fazenda Santa Rosa foi escolhida para ocupação por que foi considerada pelo MST como improdutiva. Não era utilizada para agricultura nem para criação de gado, como é comum naquela região; apenas uma mata secundária ocupava o solo de toda a propriedade. Segundo os assentados,

Quando nós entramos aqui, o que tinha aqui era só mato, não tinha gado não tinha nada, praticamente abandonado, não tinha plantio, não tinha uma roça, não tinha nada. Aí, depois que nós entrou, os fazendeiros começaram a arrendar ela, a botar gado aqui para limpar e fazer como coisa que era do fazendeiro, mas

os fazendeiros de fora é que fazia esse alvoroço todo aqui, pra tirar nós daqui e tornar ela produtiva. (Depoimento 03)

A estratégia utilizada pelo ocupantes foi a de abater o gado que outros fazendeiros colocavam nos pastos Santa Rosa para torná-la produtiva. Segundo o jornal,

Os sem terra abateram três animais dos pecuaristas que tinham arrendado pastos na Santa Rosa. Alegando estado de necessidade (fome). A atitude, considerada uma estratégia dos ocupantes para a retirada do gado dos vários arrendatários, somada ao serviço de arreios e bacheiros dos peões dos outros arrendatários, exaltaram ainda mais os ânimos dentro da fazenda. (O POPULAR, 04/12/96, p.6)

Na *memória coletiva* dos assentados, a demora para a desapropriação aconteceu devido ao fato de o proprietário ser afilhado de Iris Resende, então Ministro da Justiça, o que o tornava mais poderoso.

Essa fazenda, nós não sabe, falaram que era do Marcelo Malzone, mas o que nós sentia mesmo que tava por trás de tudo era o Iris Resende, que era dono mesmo e quem comandava aqui era ele, quem castigava mais pra tirá nós era ele; todas entrevistas ele tava na frente, inclusive aqui dentro da sede da fazenda tinha um retratão dele, acho que quem tava por trás de tudo era ele. (Depoimento 03)

O MST tem uma forma de organização que lhe é peculiar, vai desde as reuniões para o *trabalho de base*, a formação dos grupos de famílias para a ocupação, até a maneira como ela acontece e as práticas de resistência que são acionadas durante os acampamentos. Há também o trabalho de formação daqueles membros que mais se destacam nos acampamentos e que se tornam coordenadores.

Durante a luta tem muita formação, o MST mandou muita gente pro Rio Grande do Sul, fez trabalho de formação lá, nós foi pro Espírito Santo, muita gente aqui dentro teve formação. [ao justificar o nome do assentamento] Che Guevara, que representava a libertação do povo porque ele era um lutador e queria por esse nome porque isso aqui foi coisa nossa, foi conquista. (Depoimento 03)

Pelos relatos colhidos, havia todo um planejamento para a ação e organização do acampamento. A disciplina era muito rígida, tinha as equipes de

trabalho com seus respectivos coordenadores. Quem bebia ou roubava era expulso e todo o grupo familiar precisava ficar acampado.

Era norma do acampamento que a família tinha que estar junto, e por causa das famílias, das crianças, muitas vez era bom também, porque as autoridades respeitavam as crianças, era uma ajuda, uma força a mais pra gente. Pra polícia, pra adquirir uma ajuda de alimento, as pessoas ficavam mais com dó das crianças. (Depoimento 03)

Era prática comum a ajuda mútua entre os acampamentos da região, no caso de conflito com a polícia os acampados se deslocam de um lugar ao outro, depois essa ajuda era retribuída em caso de necessidade.

Outros acampamentos dava reforço pra nós quando a polícia fechava nós, pra tirar nós, no conflito mesmo. Um dia nós deu reforço pra Floresta, que era outro acampamento. Lá eles tinham um conflito, um massacre, foi terrível. A polícia chegou lá 4 horas da manhã e já chegou batendo, nós revidamos, eles batia em nós, imagina eles com bomba, cachorro; de policial nunca vi tanto, parecia que tava brotando do chão. Quando acordei, que levantei, porque a guarda nossa falhou, era muito mais de mil policial. (Depoimento 03)

Os confrontos com a polícia eram freqüentes e demandavam que todos os acampados estivessem preparados, várias estratégias de resistência eram planejadas e colocadas em prática, garantindo a permanência deles na fazenda ocupada.

Porque, na verdade, na época de acampado você se torna um guerreiro mesmo. Porque eu ficava em cima de uma árvore a noite inteira com uma arma na mão, esperando não sei o quê. Mas tinha que tá ali, não podia dormir porque sabia que tinha mais 300 famílias dependendo de você ali. (Depoimento 03)

Nunca teve embate com a polícia mas eles tavam bem armados, parece que era uma guerra que ia ter, mas nós tinha nossas estratégias que nós conseguia, em todas nós venceu na base da estratégia. Nós fazia tudo pra não sair, nós inventava bomba caseira, nós fazia valeta no chão, fazia cerca, nós dava duro mesmo, nós tava preparado e nós fazia um alvoroço, parecia que nós tava agüentando muita coisa, mas era só estratégia mesmo. (Depoimento 04)

Além do MST, os assentados relatam a ajuda que receberam da CPT, da Diocese de Goiás e demais entidades que arrecadavam roupas e mantimentos na região, e distribuíaam aos acampados. Eles consideravam esse apoio material fundamental para

que continuassem acampados e resistindo, já que a polícia impedia que eles entrassem ou saíssem da área, impossibilitando que eles trabalhassem durante esse período.

O então governador Maguito Vilela quase não é citado nos relatos, somente é associado ao envio de cestas básicas no período de acampamento nas margens do Rio Uru, portanto quando estavam do lado de fora da fazenda; em nenhum momento foi citado como responsável pela ação da polícia militar.

Quanto ao poder municipal, é citado num depoimento, envolvendo um episódio de conflito com os acampados, e também noticiado pela imprensa,

Nós tinha queimado a patrula deles aqui, eles queria abrir estrada pra tirar nós lá de dentro, ateamos fogo na patrula. A população revoltou contra nós, mas o pessoal não sabia que aquilo lá era o meio de nós se manter na terra, porque não tinha estrada, por isso não tinha como entrar lá. O primeiro serviço da prefeitura foi botar uma patrula pra abrir estrada pra tirar nós. Sendo que nós fez campanha pro prefeito, fez tudo, nós foi lá pediu pra ele tirar a patrula, não tirou não. Ele era desse partido do Fernando Henrique o PSDB. (Depoimento 03)

Ontem o clima na fazenda foi de muita tensão. Por volta das 13 horas um grupo de cinquenta sem terra rendeu o condutor de uma patrula da prefeitura de Itaberaí que fazia a recuperação de uma estrada preparando o despejo dos invasores, e, utilizando gasolina, colocaram fogo na máquina. As chamas a destruíram por completo, informou Sebastião Matos, do MST. O motivo do ato, segundo ele, é que vários policiais tentaram impedir a entrada do grupo na fazenda. (O POPULAR, 21/01/97, p. 5)

A memória de luta dos assentados divide-se basicamente em dois períodos: no primeiro, a fase de luta pela conquista da terra, em que as sucessivas ocupações são os marcos divisórios de tempo; o segundo período, chamado de pré-assentamento, no qual eles já sentem-se donos de um pedaço de terra e as preocupações passam a ser de outra ordem.

No primeiro período as dificuldades são muitas. Nos relatos multiplicam-se as situações de precariedade dos vários acampamentos, dentro e fora da fazenda, o desgaste e a desistência das pessoas em função da demora nas negociações e na desapropriação da área e principalmente a situação conflitiva instalada durante todo o tempo. Mas a vontade de conquistar a terra era maior, assim relatam o que viveram.

Uma coisa meio medrosa né, eu nunca tinha saído, eu nunca tinha enfrentado e eles falavam que tinha pistoleiro, eu tinha

medo, mas a vontade era grande. Você pensar que vai ter um pedacinho de chão, sair da cidade. (Depoimento 05)

Passamos fome, as vezes se via criança passando fome; não tinha remédio, tinha que se virar, saía pro mato pra buscar raiz. É difícil mesmo, a chuva vinha e arrancava sua barraca jogava no chão. (Depoimento 03)

No período dos acampamentos o que marcou os assentados, e foi tema recorrente na lembrança dos depoentes, foram os conflitos vividos na área, com os empregados da fazenda e principalmente com a polícia.

Polícia subiu lá, aqueles que veste preto, era de cachorro, a cavalo, a gente quase não dormia, vigiando, era polícia pra tudo que era lado, as crianças agarravam na gente e pedia: vamo embora mãe que eles vão matar nós, fazia dó ocê vê o tanto que as crianças gritava de medo. Ai veio reforço de outros acampamentos, de assentamentos, lutamos, vigiando de tudo que é lado. (Depoimento 05)

Tinha vez que chegou aqui mais de 2000 policial, com cachorro, com helicóptero, com Rotam, todo o esquema de mexer com bandido lá em São Paulo, aqui nós tinha pra nós; caixão, vinha os caixão assim amontoado em cima do caminhão, aquilo pra nós era uma tortura psicológica. (Depoimento 03)

A ação da Polícia Militar foi realmente bastante incisiva nos acampamentos do grupo na Fazenda Santa Rosa. Os noticiários dos jornais da época, confirmam a persistência e o grau de intimidação que a polícia exercia junto ao grupo.

Helicóptero da PM sobrevoa acampamento na Santa Rosa, barracos teriam sido destruídos pelo vôo rasante. (O POPULAR, 21/02/97, p. 6)

PM prende 100 posseiros na Santa Rosa. Invasores cavam trincheiras e prometem destruir o acesso à fazenda, que vive num autêntico clima de guerra. Do lado de fora, policiais armados de fuzis montam guarda e impedem a entrada de outros sem terra e suprimentos. (O POPULAR, 22/04/97, p.1B)

PM desarma operação de guerra. A cerca de dois quilômetros da fazenda, centenas de policiais militares, inclusive a tropa de choque, aguardara boa parte da tarde sob uma imensa lona, que o oficial de justiça fosse levar a notificação de despejo para os sem terra. Outras dezenas de PMs se mantinham guardando a entrada da Santa Rosa, num acampamento armado, e outros fizeram uma barreira que interceptava todos os carros que trafegavam na rodovia que liga Itaberá a Itapuranga. Informações extra – oficiais, falavam em cerca de 3000 homens escalados para a operação, mas o número total do efetivo não foi divulgado. (O POPULAR, 23/04/97, p. 4)

Na sede da fazenda, vários ônibus, viaturas da Tropa de Choque e de transporte dos animais da Polícia Montada ficaram estacionados, enquanto um grande contingente de PMs aguardava ordens superiores durante todo o dia. Os sobrevôos de helicópteros da PM atraíram a atenção dos moradores de Itaberá. (O POPULAR, 03/06/97, p. 5)

Como podemos constatar pelas notícias do jornal, a ação policial foi realmente ostensiva, e naquele momento surpreendia até o superintendente regional do INCRA, Aldo Asevedo, conforme entrevista concedida ao jornal O POPULAR de 22/08/97.

A memória coletiva deste grupo de assentados rurais é marcada pelos confrontos, enfrentamentos, principalmente com a polícia. Nos relatos individuais as lembranças são desses fatos, que viveram intensamente durante todo o período de ocupação da Fazenda Santa Rosa.

Mas o significado que atribuem no *trabalho da memória*, na reconstrução desse passado, no vivido deste grupo, é a indignação, um sentimento de revolta. Não aceitam que sendo trabalhadores, pessoas honestas, que lutavam por justiça, pelo direito a uma terra de trabalho, terem sido tratados daquela maneira.

O que eu achei mais difícil foi chegar aqui nesse acampamento, passar pelo o que a gente passou, a gente nunca tinha passado, durante todo esse meu tempo que eu vivi eu nunca tinha sido identificado por uma polícia e aqui nós passamos um monte de momento difícil. Esse confronto com a polícia, foi a coisa mais difícil que a gente passou, que eu já passei na minha vida. (Depoimento 04)

Nós ficamos dois dias e uma noite presos, era 40 pessoas numa salinha, pra sentar tinha que revezar. Chamavam a gente de arruaceiro, acusava de formação de quadrilha, é tanta coisa que eles inventa, a gente não entende de lei, é tanta bandidagem que a gente se torna lá, que eles arrumam pra gente lá, que eu não sei nem o que é, mas foi um punhado de coisa. Ai tinha um advogado do MST e outros simpatizantes da luta que ajudou e tirou nós. (Depoimento 03)

As lembranças dos assentados desse período de acampamentos e de confrontos com a polícia, demonstra o processo conflitivo e expõe a violência a que foram submetidos esses trabalhadores. Contemplando essa linha de análise, a ocupação da Fazenda Santa Rosa, não se restringe a luta pela terra. Ela representa muito mais que isso. Como afirma Martins (1993, p.89), *é luta que desorganiza as bases políticas das oligarquias*, é mais complicada porque acaba por reordenar as relações de propriedade,

mas principalmente as relações de dominação. Desse ponto de vista é menos complicado conquistar uma terra pública, como no Assentamento Tijuqueiro, ou uma terra hipotecada, como no Assentamento Engenho Velho.

Num segundo período na memória dos assentados, após a imissão de posse na área, começa o período de pré-assentamento. As preocupações voltam-se para a organização do assentamento, para a divisão da área. *O MST tinha uns projetos bons aqui pro assentamento, coletivo, semi-coletivo, apesar de que o MST não impôs nada pra gente fazer, mas o pessoal.* (Depoimento 03)

Entretanto, o jornal noticiou que logo após a desapropriação da área, ocorrida em 20/03/98 e publicada no Diário Oficial da União em 03/04/98, o grupo dividiu-se em decorrência de discordâncias sobre a atuação do MST.

Com a manchete de capa MST sofre racha na Santa Rosa, a matéria do jornal relata:

As terras ainda não foram demarcadas e parceladas, nem os recursos foram liberados para a produção, mas 25% dos posseiros não seguem mais a linha de organização do MST ao “pé da letra”.

Apesar da dissidência de 20 das 101 famílias que estão na Santa Rosa, a direção da Associação dos Acampados classificou o racha como “uma divergência natural do processo”. Os líderes negam que o fato tenha origem no repasse de contribuições para o MST, como ocorreu no acampamento Canudos há vários meses, culminando com o movimento dissidente.

A explicação para o distanciamento do grupo, afirma o secretário – geral da Associação, Hélio G. Rodrigues, “está no veto que o MST fez à participação de seis famílias na Associação”. As demais, segundo explica, têm parentesco ou amizade com os excluídos e decidiram não fazer parte da entidade por vontade própria. Um pequeno número de lavradores também teria ficado de fora por preferir trabalhar a terra individualmente, enquanto a Associação pretende estruturar inicialmente o Che Guevara com base no trabalho cooperativo. O secretário disse que se as famílias mudarem de posição, elas serão aceitas. (O POPULAR, 02/10/98, p. 6 B)

Essa discussão sobre produção coletiva ou individual é comum aos grupos assentados, principalmente porque a organização da produção requer recursos financeiros e técnicos que as famílias assentadas não possuem quando chegam à terra conquistada. Uma maneira de contornar essas dificuldades é organizarem-se em formas coletivas, propostas pelos diversos mediadores e também pelos órgãos governamentais.

Segundo Bergamasco & Norder (1996, p.57), *entre o modelo mais individual-familiar e o totalmente coletivizado existem graduações e inúmeras combinações específicas.*

O Projeto de Assentamento Che Guevara possui uma área de parcelamento individual, como é comum nos assentamentos rurais do Estado de Goiás e uma outra área onde o parcelamento se deu de forma semi-coletiva, ou seja, metade da área a que cada parceleiro tinha direito foi mantida como lote individual, onde o titular mora com sua família e faz a criação de gado. A metade restante de sua parcela foi anexada a outras formando área coletiva, que foi destinada à agricultura.

Durante a realização da pesquisa essas áreas destinadas à produção agrícola coletiva estavam desativadas. Eles alegavam que não tinham assistência técnica para assessorá-los em uma produção mais voltada para o mercado. Alguns, têm feito lavoura individual em seu *pedaço*, outros pensam em utilizá-lo como pastagem.

Os assentados admitem que os *mediadores* acabam por influenciar a forma de organização da produção, o que, no caso em questão, determinou também a configuração do parcelamento.

O MST queria que nós entrasse no coletivo pra poder liberar mais pessoas pra continuar essa luta e muita gente não queria mais, tava cansado, não queria mais saber de nada. O processo aqui foi complicado, desgastante, eu acho que faz parte do sistema pra desmotivar.

O MST queria um tipo de assentamento, e não sei se é a nossa cultura da região centro-oeste, cerrado aqui, não deu pra fazer o assentamento que eles queria e infelizmente, o MST, logo depois que fez o assentamento foi praticamente banido daqui do assentamento. (Depoimento 03)

O depoimento desse assentado deixa clara a sua explicação para o fato de o MST não ter mais nenhuma participação no Assentamento Che Guevara. Depois da conquista da terra, surgiram divergências quanto a forma de organização do assentamento, que representam projetos diferentes.

A concepção do MST defende uma organização mais coletiva do assentamento e da produção, considerando que, é a melhor forma dos assentados se reproduzirem enquanto tal, na geração de renda e no desenvolvimento do assentamento. Na maioria das vezes, a concepção dos sujeitos em luta pela terra, se opõe a do MST, eles sonham com a sua parcela individual, onde supostamente o exercício da liberdade tão sonhada possa ser concretizada.

No assentamento Che Guevara, essas divergências de projeto e disputas políticas, acabaram por enfraquecer a atuação do MST, levando ao afastamento do assentamento.

Quando entrou aqui, passou a cerca não quer mais saber da vida do outro, então, um dos fatores que leva a isso, acho que até a própria saída do MST daqui de dentro; o MST que fazia a organização e muita gente já tava cansado de seis anos de MST na cabeça, tinha que fazer isso, ter disciplina, saúde, o pessoal ficou desgastado com aquilo, aí falaram: não, agora nós vamos caminhar com as nossas próprias pernas, foi como se enfiar tudo dentro de um buraco só. (Depoimento 03)

O MST desde o começo eles lutaram junto a gente agora tem um ano e pouco que eles deixaram a gente, mas acho que eles vão voltar, tamo marcando reunião com eles. Alguns companheiros andou maltratando eles, não entende que a gente precisa de ajuda dessas pessoas pra conseguir alguma coisa aqui pra dentro. (Depoimento 04)

Ao término da pesquisa de campo era possível perceber que os parceiros estavam tentando se reorganizar, com o apoio da CPT-Regional na implantação da feira do pequeno produtor rural em Itaberaí, e na reaproximação entre o assentamento e o MST.

2.3 Assentamento Engenho Velho: “memória religiosa”

Segundo os relatos colhidos junto aos parceiros do Assentamento Engenho Velho, a formação inicial do grupo foi feita de maneira espontânea, sem a organização de agentes externos. Inicialmente eram três trabalhadores rurais que decidiram formar um grupo maior para ocupar uma fazenda.

Residiam no povoado chamado de Buenolândia, no município de Goiás, e trabalhavam nas fazendas da região como diaristas, às vezes como meeiros.

Com a intensificação das ocupações de fazenda e a implementação de vários assentamentos rurais na região do município de Goiás, o trabalho foi diminuindo, como conta um dos parceiros,

Eu trabalhava nas fazendas e o povo foi ocupando a área nossa de trabalho e criando assentamento, Mosquito, Rancho Grande, São João do Bugre, Lavrinha, então nós ficou sem lugar pra trabalhar, porque os assentados não tinham condição de pagar nós; eles trabalhavam de trocar dia e nós precisa de salário pra sobreviver, ai foi onde nós tomamos a decisão de formar um grupo. (Depoimento 06)

Segundo dados do INCRA¹⁷, dos 134 Projetos de Assentamento implantados no Estado de Goiás até o ano de 2000, vinte e um estão localizados no município de Goiás.

Outro fator a ser considerado é o tipo de ocupação realizada pelo grupo.

Nós começou sozinho com a cara e com a coragem, sem instrução nenhuma, teve algum assentado, que já era assentado velho, que deu alguma instrução pra nós como é que fazia, pra vigiar, pra tirar guarda, pra não deixar entrar, pra saber o espião que vinha, foi que orientou nós pra fazer isso, aprendemos com outros assentados, do Mosquito e do Rancho Grande. (Depoimento 06)

Segundo Fernandes (2000, p. 288), as ocupações podem acontecer pelas seguintes experiências: espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas.

A experiência do grupo em questão pode ser considerada como isolada e espontânea, que se caracteriza por:

acontecerem majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. (Fernandes, 2000, p. 289)

Outros trabalhadores rurais foram convidados e um pequeno grupo de aproximadamente 18 famílias passou a discutir como e onde viabilizar a ocupação.

A área escolhida foi a Fazenda Recanto Sonhado, localizada muito próximo do povoado de Buenolândia, pelos seguintes motivos: por ser a fazenda uma das únicas que não haviam sido ocupadas e por causa de sua proximidade, um fator importante para os trabalhadores que viviam naquele povoado há décadas.

¹⁷ Segundo documento: Relação dos Projetos de Assentamentos da SR-04/GO – Superintendência Regional do INCRA SR-04 – Ministério do Desenvolvimento Agrário/2000.

o pessoal que ocupou era mais o pessoal da Buenolândia, morava naquele povoado, então todo mundo queria um pedacinho, mas queria que fosse ali próximo, porque já era aclimatado no lugar. (Depoimento 08)

A afeição que as pessoas têm com o *seu lugar* não é exclusiva de nenhum povo ou cultura segundo o geógrafo Yi-Fu Tuan. O lugar existe em escalas diferentes, pode ser a pátria ou uma região, uma cidade ou um povoado, é onde se acumulam suas experiências, laços afetivos e culturais. *O lugar constitui identidade. o lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente.* (TUAN, 1983, p.171)

Assim, decidiram ocupar a Fazenda Recanto Sonhado em 28 de fevereiro de 1996. Depois de alguns dias veio o despejo da justiça e o grupo saiu da fazenda e montou acampamento nas margens do Rio Vermelho, próximo ao povoado e ficou esperando o resultado das negociações junto ao INCRA para a desapropriação da fazenda.

A fazenda não tava abandonada, era uma fazenda boa, de cultura, todo o pessoal já conhecia, sabia que era uma fazenda que tudo que plantava dava, por isso que queria e o homem disse que tava disposto a vender ela, queria vender; então o povo achou que se entrasse nela dava certo, mas ai houve um problema, parece que ele tinha comprado parte de herdeiro e nunca tinha legalizado, e ai quando foi na hora não deu certo por conta disso. (Depoimento 08)

Após nove meses de acampamento, o INCRA descartou a fazenda Recanto Sonhado em decorrência de problemas na documentação. A propriedade era maior do que constava na escritura. Decidiram procurar outra área para ocupar, mas agora com o apoio da Diocese de Goiás e da CPT-Regional, entidades que começaram a apoiar o grupo durante o período de acampamento no Rio Vermelho, com doações de comida, roupas, orientações gerais e na realização de cultos ecumênicos no acampamento que ajudavam a manter o pessoal unido.

A indicação da Fazenda São Pedro foi feita por agentes de pastoral da CPT em Goiás. Conforme relatos de um advogado da Diocese, o proprietário Vicente Mário Machado estava endividado junto ao banco, tinha dívidas trabalhistas e a fazenda estava hipotecada. De qualquer forma ela seria destinada para uma função social. Uma comissão foi conhecer a área e decidiram ocupá-la rapidamente, em dezembro de 1996.

A Diocese de Goiás arrumou os dois caminhões e saíram após a meia-noite e chegaram às três da madrugada na fazenda. O fazendeiro estava lá na hora da ocupação, mas não esboçou nenhuma resistência, não houve nenhum conflito. O acampamento foi montado próximo a entrada da fazenda.

Depois de treze dias foram despejados pela justiça. Saíram e montaram acampamento na beira da estrada vicinal, onde ficaram de dezembro de 1996 até maio de 1997, quando saiu o decreto de desapropriação da área e com intermediação da Diocese voltaram para dentro da fazenda e lá montaram novo acampamento, com barracas de lona e cobertas com folha de bacuri, e ficaram aguardando a imissão de posse que foi decretada somente a 11 de novembro de 1997. Eram 28 famílias acampadas e duas de empregados da fazenda, que já moravam na área. Foi feito o Plano de Viabilidade Técnica (PVT) com a localização dos trinta lotes e em seguida o sorteio dos mesmos. A partir de então, os assentados dividiram-se e cada um foi para sua parcela e refez sua barraca.

Antes mesmo que o INCRA realizasse o parcelamento oficial do terreno, os parceiros já estavam instalados em suas parcelas individuais e com a construção das casas já em andamento, com a liberação do crédito habitação. A demora do parcelamento segundo o INCRA, foi por causa da licitação para contratação da empresa de engenharia; a que perdeu entrou na justiça e demorou um ano para o processo ser julgado. Um assentado explicou como fizeram a divisão:

A gente procurava medir a divisa no mapa, ia com uma corda e media a distância, de acordo com que saiu o crédito habitação, cada um começou a construir sua casa, sem demarcação; e dentro dessas trinta casas saiu uma mais prejudicada, ficou beirando o eixão, mas foi a única. Foi medido mais ou menos no olho, tava tudo no mapa, mas na terra era mais difícil, sabia na teoria, na prática a gente não sabia. (Depoimento 06)

Nessa região, a compreensão dos conflitos de terra não pode ser feita desvinculada da atuação do setor religioso. Ele é determinante na intervenção dos conflitos e no apoio material e espiritual que concede aos grupos acampados e em luta pela conquista da terra.

Na Diocese de Goiás, essa atuação se iniciou em 1968 com a chegada de Dom Tomás Balduino. Vindo do Pará e com experiência na criação do Movimento de Educação de Base (MEB) naquela região, inaugurou novas práticas, em conformidade com o que viria a ser denominado posteriormente, a partir de 1972, de *Igreja do*

Evangelho, autodefinida como uma igreja que se coloca ao lado dos trabalhadores rurais, atuando na sua conscientização.¹⁸ É um bispo bastante na luta contra as injustiças sociais e os assentados têm um grande reconhecimento pelo seu trabalho. *Eles ajudavam a gente a cobrar, o bispo era muito bom, o Dom Tomás, inclusive até ir pra Brasília junto com a gente ele ia, sentava na mesa como um trabalhador também.* (Depoimento 06)

A CPT foi criada em 1975, inicialmente com um caráter voluntário sem grandes estruturas, a partir de trabalhos de base realizados por equipes locais ou diocesanas, que definem as ações locais a partir das deliberações nacionais, formada pelo conjunto das equipes regionais.

As equipes da CPT, formadas por advogados, sociólogos e educadores sociais, que acompanham de perto os conflitos. O trabalho é marcado por uma simbiose de rituais religiosos com uma simbologia camponesa, ligada à terra. A CPT tornou-se assim um canal de expressão dos camponeses e também de encaminhamento para a organização e politização dos mesmos, principalmente nos sindicatos rurais.

Em 1980, foi realizada em Itaipava-SP a Assembléia Ordinária da CNBB, na qual foi aprovado o documento *Igreja e Problemas da Terra*, em que os bispos se posicionavam contrários às políticas governamentais e à concentração da terra, reafirmando a defesa da propriedade familiar, das áreas indígenas. Esse posicionamento político da CNBB fortaleceu as reivindicações dos camponeses em luta pela terra.

A Igreja Católica tornou-se o principal agente mediador dos conflitos no campo no período dos governos militares, tanto pela violência como se expressavam os mecanismos de repressão, como pela ausência forçada de outras agências de mediação.

A partir da década de 1980, quando a sociedade brasileira se encaminhava para o processo de redemocratização e os trabalhadores retomavam suas organizações representativas, a CPT redirecionou sua ação, deixando de atuar diretamente na solução de conflitos, para assessorar a organização dos trabalhadores, nos sindicatos, partidos políticos e posteriormente no MST.

¹⁸ Dois trabalhos podem ser consultados para um estudo específico sobre a Igreja do Evangelho: Pessoa (1999a), já citado e o de Ivanilde Gonçalves Moura, *A Igreja do Evangelho: a construção de um sonho – a Diocese de Goiás nos anos setenta*. São Paulo, PUC, 1989 (Dissertação de Mestrado).

A atuação da CPT na luta pela terra em Goiás, é feita no sentido de prestar assessoria jurídica, nas várias etapas, desde a ocupação até a organização assentamento. Acompanha as negociações junto aos organismos governamentais.

No Assentamento Engenho Velho, por exemplo, a CPT diocesana, da Diocese de Goiás, tem prestado assessoria jurídica.

Segundo entrevista realizada em 25/03/02 com o Luís Ório, agente da CPT – Regional, com sede em Goiânia, desde o ano de 1992 que a CPT somente realiza assessoria aos movimentos sociais em luta pela conquista da terra. Segundo ele não há um direcionamento dos movimentos, a CPT encaminha os demandantes de terra a se organizarem juntamente à FETAEG ou ao MST.

A outra frente de atuação da CPT, segundo Luis Ório, é o trabalho de formação realizado pelos agentes pastorais. A formação possui três eixos básicos: terra, água e direitos, que são permeados por questões transversais, como por exemplo, de gênero, sociais, direitos humanos etc.

No eixo terra, a CPT apóia a luta dos sem terra, a reforma agrária, a redefinição da política agrícola, o desenvolvimento sustentável. Para tanto, os agentes da CPT, segundo Ório, atuam na formação de lideranças e na assessoria jurídica, sempre de forma coletiva e se possível até com mais de um grupo simultaneamente.

Na temática da água, em todo programa de formação realizado pelos agentes pastorais, há preocupação com a preservação e recuperação das nascentes, lagos, rios. Além disso, a CPT está articulada com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, oriundo da construção de usinas hidrelétricas, tendo como objetivo ajudar na organização dos grupos, reivindicando o reassentamento ou a indenização justa.

No terceiro eixo, o trabalho de formação preocupa-se com a questão da preparação das pessoas para a conquista de seus direitos fundamentais, segundo Ório: humanos, trabalhistas e previdenciários.

Assim, segundo Luís Ório, a CPT “não tem a função de dar o rumo aos movimentos sociais, mas de sugerir mudanças, carregar as bandeiras levantadas pelos trabalhadores”.

Apesar de seus agentes a definirem como uma entidade apenas de apoio à luta pela terra, a CPT possui um projeto de intervenção, com objetivos bem delineados, como está explicitado na citação abaixo,

A CPT – GO, como pastoral de fronteira que atua junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas comunidades, associações, assentamentos, acampamentos e STRs, é movida por uma utopia. Buscamos a construção de uma sociedade igualitária e justa onde a terra e a renda deixam de ser concentrada para ser partilhada. Somos movidos pelo projeto de Deus e de Jesus Cristo que em nosso tempo deve contrapor ao capitalismo excludente e perverso. (ALMEIDA, apud DUARTE, p. 276)

No *trabalho da memória* dos parceiros do assentamento do Engenho Velho, as lembranças concentram-se mais no período em que estavam acampados, principalmente quando estavam às margens do Rio Vermelho e na beirada da estrada. As preocupações eram mais voltadas para as instalações ruins e a falta de infra estrutura básica, como a água e a exposição contínua a que estavam sujeitos às pessoas que transitavam pelo acampamento.

E outra experiência grande de vida, foi quando a gente ficou lá na margem do asfalto, aí lá é que dava carência, porque as pessoas passavam no asfalto e xingavam a gente: ‘turma de preguiçosos’, ‘vai trabalhar seus vagabundos’, esses foram os insultos menores que a gente ouvia. Passava gente de toda a espécie, com todas as cabeças e saía de tudo. (Depoimento 07)

Apesar disso, não existiram confrontos, como relata um dos assentados.

No início veio a polícia, uns seis policiais, disse que tinha denúncia de que nós tava cercado a estrada; mas era uma estrada que não passava ninguém, não tivemos conflito, nem com os vizinhos, nem com o fazendeiro. Enquanto tava lá embarracado, os vizinhos iam lá buscar pra trabalhar, outros dava leite pras crianças. É tudo pequeno produtor, só tem a fazenda Cedro que é grande, os outros é pequeno produtor. (Depoimento 06)

Com referência ao período de pré-assentamento, as lembranças referem-se às preocupações com a divisão da terra e à demora do INCRA em realizar o parcelamento. O desejo de cada um de tomar posse de sua parcela acabou levando-os a realizarem por conta própria uma divisão da área.

A grande preocupação do grupo era que cada um estivesse em seu lote individual para que iniciassem a organização e a produção do mesmo.

2.4 O trabalho de mediação

O *trabalho da memória* dos assentados rurais nos remete a um passado que se desdobra até o presente, reconstruindo a história de cada grupo, que só a ele pertence, e que lhe confere a diversidade em relação a outros grupos, em campo na mesma luta pelo acesso à terra.

Os relatos analisados dizem respeito a um momento da vida de cada grupo e confere identidade aos sujeitos que constituem essa *memória coletiva*.

Estas narrações nos remetem a um passado no qual estão contidos todos os acontecimentos que marcaram a vida dos grupos: as reuniões, o momento das ocupações, os confrontos, os acampamentos, as dificuldades, como fatos bem marcados na memória individual de cada sujeito que lembra.

A partir dos depoimentos colhidos, pode-se constatar que as lembranças se apoiam nos lugares que correspondem ao itinerário percorrido pelo grupo e funcionam também como marcadores do tempo vivido; assim no espaço e no tempo situam suas ações.

Segundo Le Goff (1996, p.440-1), ao poeta grego Simônides (cerca de 556-468) seria devida a: *distinção entre os lugares da memória, onde se pode por associação dispor os objetos da memória...e as imagens, formas, traços característicos, símbolos que permitem a recordação mnemônica*.

Assim, memória de cada grupo se inscreve na paisagem, os lugares-de-memória, a margem do rio, a estrada, a serra, cada ponto corresponde a um momento da história do grupo, no qual são materializadas as recordações, recriadas as ações empreendidas e estão inscritos os traços do trabalho de mediação.

Com o trabalho realizado no três assentamentos rurais foi possível constatar que, dada a diversidade de *agências de mediação*, para os casos em questão, a história do grupo e o processo de constituição dos assentamentos foram muito diferentes.

Essa mediação, conforme já foi referido com Martins, ocorre como apoio e canal de expressão, não somente no sentido de negociador, mas dando direção e significado mais amplo a uma luta, e localizando-a politicamente. O problema, segundo o autor, é que os grupos de mediação, ao darem um significado político a essa luta, acabam por transformá-la de luta pela terra numa luta pela reforma agrária, que são

projetos diferentes, a luta pela terra alcança mais profundamente a estrutura social, a reforma agrária busca acordo com as outras classes.(MARTINS, 1993, p. 104)

Segundo o autor, a luta local é circunscrita, então, à presença dos grupos de mediação, que têm um papel fundamental para dimensionar politicamente cada ocorrência. Nesse sentido, a CPT e as organizações sindicais são as entidades que se propõem a ser apoio e mediação na condução da luta pela terra.

Em texto recente e polêmico, Martins (2000, p. 20-1) considera que os dois fundamentais protagonistas das reivindicações sociais aqui consideradas na história contemporânea do Brasil, foram o MST e sua mais importante aliada, a CPT.

O MST, desde a sua constituição no inícios dos anos 1980, teve uma significativa ampliação, para além de movimento social, tornando-se também uma organização social. Nesse sentido Bernardo M. Fernandes (2000, p. 247) afirma:

As diferentes frentes de atuação formam uma organização – composta por acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, que possuem veículos, máquinas e implementos, envolvendo trabalhadores de várias categorias – que abrange as diversas dimensões da vida dos sem-terra.

Assim, o MST, como organização social, atua como mediador no sentido conferido por Martins, de canal de expressão e de apoio aos sem terra.

No processo de constituição do MST, foram sendo criadas distintas formas de luta, cujos elementos, segundo Fernandes (Idem, p. 282), são: *a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base.*

Cada mediador tem uma forma de atuação, que é variável ao longo do tempo; a CPT define a sua ação como de apoio e assessoria à luta dos trabalhadores sem terra, mas sem interferência direta no conflitos, autodefinida como ação em conjunto com os movimentos sociais e com os sindicatos.

A entidade se propõe a dar voz aos trabalhadores, na medida em que procura municia-los para reivindicar seus direitos. Mas é importante também a ajuda material, em forma de alimentos e roupas, principalmente no período de acampamento.

Tanto a Fetaeg, como a CPT, como a Diocese, foi muito importante a ajuda deles. Sem eles não conseguia, faltava experiência pra nós, a gente nunca tinha acompanhado uma

luta, eu acho que nós fomos vitoriosos de enfrentar, de vencer.
(Depoimento 06)

Para a região do município de Goiás, a atuação da CPT não pode ser desvinculada da Diocese. Ambas realizam um trabalho conjunto na defesa dos trabalhadores em luta pela terra. A CPT e a Diocese fornecem também assessoria jurídica, os advogados acompanham processos e dão suporte legal aos embates que surgem nas ocupações, despejos, negociações, que necessitam de intermediação. Interfere também quando da prisão de líderes ou trabalhadores.

Outra frente de atuação das duas entidades religiosas é quanto ao conforto espiritual, descrito pelos assentados como fundamental para despertar o sentimento de união e solidariedade do grupo, para que possam continuar na luta sem esmorecer.

Apesar de não estar contemplado nos discursos de seus agentes, a CPT, enquanto entidade de cunho nacional, tem um projeto definido para as populações que vivem e trabalham no campo. O fato de ser a cultura camponesa permeada por uma forte religiosidade, aproxima-os dos projetos da CPT, estruturados num espírito cristão de solidariedade, cooperação.

A atuação do setor sindical, quando referida aos STRs, tem sido um importante mediador nas lutas dos trabalhador rurais, tanto nos conflitos por terra, quanto nas questões trabalhistas. Quanto às instâncias superiores, Fetaeg e Contag, surgiram lideranças importantes contra o peleguismo e o sindicalismo burocrata, que dão um sentido político e uma direção às lutas no campo.

O *trabalho da memória* dos assentados, como já foi referido anteriormente, divide-se em dois tempos distintos, que podem ser traduzidos como o período de ocupação e luta pela conquista da terra e o período posterior, quando após a desapropriação da área, se reconhecem como donos.

Nos relatos apresentados, nesse primeiro período da luta pela conquista da terra, os assentados atribuem um papel fundamental ao trabalho dos *mediadores*, desde as primeiras reuniões nas quais é realizada a formação, a preparação para a ocupação e para os enfrentamentos, a superação dos medos, das humilhações e das dificuldades. De maneiras diferentes, os *mediadores* lhes oferecem condições para resistir na luta pela conquista da terra. Nessa etapa do processo, parece haver uma coincidência de objetivos que os torna unidos, como demonstra, dentre muitos, o relato a seguir:

Uma coisa que me deixou marcada é a época de acampamento, pessoal era mais unido, podia ser crente, podia ser coordenador, o Rivalino era crente nessa época já, e ele celebrava junto com nós católico, mesma coisa que não fosse crente; tudo junto. (Depoimento 08)

Para o segundo período, no trabalho de memória dos assentados, percebe-se um deslocamento nas análises que fazem dos *mediadores*; eles admitem que precisam de ajuda, mas ao mesmo tempo recusam a imposição de um modelo pronto.

Nas situações de organização dos assentamentos e da produção, Maria da Conceição D’Incao e Gérard Roy (1995) consideram que os projetos desenvolvidos pelos agentes institucionais, coincidem com as concepções de sociedade que orientam a intervenção desses agentes externos em detrimento dos projetos individuais que esses sujeitos são portadores. Em seus estudos sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo, constataram que,

Grosso modo, para os agentes das CEBs, tratava-se da construção de sua ‘comunidade’ e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Para os agentes do MST ou militantes políticos de esquerda, tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. E, finalmente, para os técnicos estatais o objetivo era associá-los ou cooperá-los de modo a predeterminar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com a regras de mercado.(1995, p. 27)

Embora haja uma diferenciação de projetos entre os mediadores, as propostas de organização dos assentamentos e da produção, de certa forma apontavam para a imposição de um modelo coletivo de produção, mesmo que por motivos diferentes. Entretanto, os autores consideram que os trabalhadores que lutam pela conquista da terra, têm seus projetos próprios, que incluem a aspiração à liberdade, em seu tempo e em seu trabalho. (Idem, p. 28)

Esse aspecto foi constatado nos dados coletados nos três assentamentos rurais pesquisados. O principal motivo apontado para a participação na luta pela conquista da terra foi de possuírem um pedaço de terra, onde pudessem recriar o modo de vida de seus pais e avós. Dessa forma, estariam livres do patrão, poderiam dispor de seu trabalho e de seu tempo da forma que escolhesse. Ou seja, é uma luta pela posse e uso da terra, de reconquista do seu meio de trabalho e do seu meio de vida.

Segundo Octavio Ianni (1988, p. 102), essa é a reivindicação principal do campesinato.

Nem sempre o camponês está pensando a 'reforma agrária', que aparece nos programas, discursos e lutas dos partidos políticos, na maioria dos casos de base urbana. Pensa a posse e o uso da terra na qual vive ou vivia. Estranha quando o denominam 'camponês'. Reconhece que é trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro etc.

Esses sujeitos são portadores de um projeto, que pode ser traduzido por suas histórias de vida pessoal e familiar, e que os *mediadores* não consideram no momento de definir a organização do assentamento e da produção.

As agências de mediação possuem projetos definidos a serem implantados, principalmente na imposição de formas coletivas, ou próximas a isso, na organização da produção.

Hoje tá meio parado, a gente tá tentando buscar, fazendo assembléia, discutindo, chamando pra discutir o que nós vamos fazer aqui dentro, cooperativa, o que vamos fazer com essa estrutura aqui. Eu fui na Fetaeg e achei as portas fechadas, por causa do afastamento e pôr causa da cooperativa. A gente tem que discutir, eles diz que não quer se envolver sem ser cooperativa, tem que ser por esse caminho. (Depoimento 07)

O depoimento acima confirma a imposição de projetos definidos a revelia dos trabalhadores.

Apesar de terem passado pela experiência de organização e de enfrentamento da luta, terem constituídos novos saberes e aprendizados, elaboram projetos de auto-reprodução familiar, baseados em experiências passadas, nos aprendizados realizados com seus pais e antepassados, desde a infância, conforme atestam seus depoimentos.

Nos assentamentos pesquisados, foi possível perceber uma situação paradoxal sobre essa questão. Ao mesmo tempo que rejeitam esses modelos de produção coletiva, que são a antítese de seus projetos de vida, eles admitem que a assessoria dos mediadores é fundamental para que consigam se reproduzir em suas parcelas. No enfrentamento das novas regras de mercado, do sistema financeiro, e na reivindicação do acesso à políticas públicas de educação, saúde, habitação etc.

Segundo D’Incao e Roy (1995, p.30), *o problema da autonomia desses novos produtores passava também pela questão da produção, pelo alargamento dos limites de seu saber agrícola – saber camponês residual e insuficiente para o enfrentamento dos seus novos desafios.*

A questão que se coloca é o necessário diálogo entre o saber do técnico e o saber dos camponeses. De forma a produzir aprendizados significativos, construídos a partir de seus projetos e sua realidade e que os torne realmente capazes de pensar a sua autonomia, no pensar e no agir, sem prescindir do coletivo.

Portanto, torna-se tarefas dos mediadores da luta pela terra e da organização dos assentamentos rurais, a construção de projetos a partir de bases mais democráticas.

3.MEMÓRIA COLETIVA E EDUCAÇÃO

Apesar da luta e dos problemas, a pessoa que pensa no futuro, pra mim é o caminho, pra quem nunca teve nada na vida é o caminho. Mas ele tem que saber lutar e viver, se ele esmorecer não vai a lugar nenhum. Tem que

*enfrentar as barreiras, porque as barreiras são muitas,
tem muita barreira pra passar.*

(Parceleiro do assentamento Che Guevara)

Pensar a educação das populações que vivem no campo, implica desvelar a problemática embutida nos conflitos agrários, que colocaram em cena vários atores durante um longo processo histórico. Dessa forma, a discussão da educação dessas populações implica considerar várias faces de um mesmo processo.

A primeira questão refere-se a que tipo de educação é necessária para instrumentalizar essas populações na defesa de seus interesses e no atendimento de suas necessidades específicas.

Segundo Cândido Grzybowski, a educação das populações que vivem e trabalham no campo deve considerar o saber necessário para a compreensão de sua realidade e desenvolvimento da capacidade de intervenção na mesma, visando transformá-la a partir de sua visão de mundo e de acordo com seus interesses. Assim,

Na perspectiva das classes dominantes, a educação dos diferentes segmentos sociais de trabalhadores deve ser uma educação capaz de habilitá-los tecnicamente, sobretudo adequá-los social e ideologicamente para o trabalho.

Na perspectiva das classes subalternas, em especial dos trabalhadores, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação do *saber social*. Trata-se de buscar na educação conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e elevem a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKY, 1986, p. 51-2)

Segundo o autor, uma alternativa frente ao que as políticas públicas têm implementado como proposta educacional *é conceber diferentemente a própria educação* (Idem, p.49)

Portanto, a concepção de educação aqui utilizada não se restringe à escola. Considera-se a educação como um processo amplo, formativo, que acontece em todas as esferas da vida individual e social dos seres humanos. Assim, Grzybowski, considera que:

A educação, enquanto processo determinado de aprendizado, é exatamente o espaço contraditório em que as classes procuram se apropriar de um saber adequado aos seus interesses de classe. Nesta perspectiva, a educação se dá tanto na escola como no trabalho e na vida. (GRZYBOWSKI, 1986, p.50)

Dessa forma, além da escola, a educação acontece na família, no trabalho, nas manifestações culturais, nas instituições, nas organizações e nos movimentos sociais, ou seja, em todos os grupos sociais dos quais os indivíduos participam.

Portanto, no caso aqui estudado, essa participação gera saberes e aprendizados, constituídos no próprio processo de luta dos assentados rurais, que foram inscritos na *memória coletiva* dos três grupos e que são resgatados e acionados, em outras etapas de vida e de luta desses sujeitos sociais.

Assim, nesse estudo empreendido em três assentamentos rurais goianos, há que se considerar a aquisição de um *saber social*, constituído no processo de vida e de luta, e que pretendeu-se ter sido resgatado pelo *trabalho da memória* desses sujeitos.

Torna-se necessário ressaltar que nesse resgate, foi recorrente nos depoimentos, uma memória escolar, vinculada ao trabalho, mas muito significativa na vida de cada um deles.

Ao resgatar-se essa memória escolar foi indispensável a sua correlação com a história da educação escolar no campo, considerada por vários autores como uma transposição de propostas e planejamentos pensados para realidades urbanas, e que foram implantadas no meio rural.

Por outro lado, pensar a educação escolar desses sujeitos, que entrelaçam em suas vidas trajetórias rurais-urbanas-rurais, a experiência vivida da luta pela conquista da terra e ainda a necessidade de produzir novos saberes e aprendizados para se reproduzirem na terra, supõe pensar uma escola que contemple suas especificidades e necessidades.

A educação é compreendida como uma prática histórica e social. Assim considera-se que a memória coletiva dos grupos estudados, constitui-se em situações de aprendizagem, nas quais se aprende e se ensina, constrói-se um *saber social*.

Portanto, é esse processo de produção de saberes e de aprendizados necessários para que se mantenham na terra e que contribuam para que se reproduzam enquanto camponeses, é o que se pretende apreender neste capítulo.

3.1 Ensinar e aprender: saber social

A luta pelo acesso à terra , desde a formação do grupo até à organização dos assentamentos rurais produziu um aprendizado e gerou saberes para os atores sociais que participaram desse enfrentamento; nesse sentido construíram um *saber social*.

A concepção de *saber social* é definida pôr Cândido Grzybowski (1986, p.50) como:

O conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses. Trata-se do saber parcial que serve para identificar e unificar uma classe social, lhe dar elementos para se inserir numa estrutura de relações sociais de produção e para avaliar a qualidade de tais relações, e, enfim, trata-se de um saber que serve de instrumento de organização e luta.

Nesse sentido, a luta é educativa, esse aspecto tem sido considerado em vários estudos empreendidos sobre o meio rural, como o de Walderês Nunes Loureiro (1988), ao estudar a organização dos camponeses pelo Partido Comunista Brasileiro na década de 1940, no sudeste goiano, onde os arrendatários reivindicavam a baixa das taxas cobradas pelo arrendamento das terras. A autora considera que a educação é primeiramente formação de consciência, aquisição do conhecimento real que se faz em sociedade.

Numa luta social há aquisição de conhecimentos: as classes em luta adquirem um saber que não tinham antes, isto é aprendizagem, é educação. as lutas sociais são, pois, eminentemente educativas.(LOUREIRO, 1988, p. 19)

Na mesma perspectiva, José Adelson da Cruz (2000), ao estudar a luta pela terra entre posseiros tocantinenses e empresários rurais, tendo como principal *mediador* a CPT, constatou que,

O conhecimento se processa na própria experiência de vida, sem lugares específicos para a transmissão do saber, isto é, vive-se o ensinar e aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não prescindindo dela. (CRUZ, 2000, p.129)

O estudo de Roseli S. Caldart (2000) sobre a Pedagogia do MST, afirma que o próprio movimento social considera que a luta social é a principal matriz pedagógica

de formação dos sem terra. Segundo a autora, *tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas*. (CALDART, 2000, p.209)

Segundo Grzybowski, (1986, p.57) esse processo educativo pode ser considerado como uma relação dialética, porque se concretiza no e pelo próprio processo de luta.

Dessa forma, considera-se que os três grupos de assentados rurais aqui estudados, constituíram um *saber social*, ao participarem como sujeitos da luta pela conquista da terra. Os depoimentos confirmam essa tese, embora haja diferenças de saberes e aprendizados entre os três grupos, que podem ser atribuídas aos diferentes processos que os constituíram e à diversidade de *mediadores* atuantes, o que caracterizou formas heterogêneas de ação e resistência dos sem terra e organização dos assentamentos.

Os assentados em seus relatos reconhecem que houve um aprendizado, nas diferentes fases da luta, embora seja ao período de acampamento que atribuam a sua formação.

De acampamento a única coisa de bom foi o aprendizado que eu tive em conviver com o ser humano, saber os limites do ser humano e saber que você tá lutando por justiça, na verdade reforma agrária é justiça. Você ter um lugarzinho pra você morar, você sonhar, pelo menos ter futuro. (Depoimento 03)

Essa experiência foi muito boa, pra gente saber que nós somos capazes de fazer as coisas e muitas vezes fica pensando que não dá conta de fazer nada e nós somos capazes de fazer certas coisas que até a gente mesmo duvida. Lá no Rio Vermelho [acampamento] foi a base mesmo de tudo, quando ia as marchas pra Brasília, todo mundo juntava os troquinhos, um dinheiro daqui, dali. Se iam dez pessoas os outros que ficavam juntavam pra dar pra quem ia, pra alimentar um fazia um bolo, outro fazia farofa pra aquelas pessoas levarem. Foi a base, a educação mesmo que a gente teve. Porque pra fazer parte de um grupo é como passar pela escola, tem que ter educação. porque não adianta nada eu entrar num grupo se eu não sei conviver com os outros, eu não sei viver no coletivo. Então a gente passa por isso, essas épocas de acampamento é uma das melhores etapas que tem pra gente testar a educação, a paciência de cada pessoa. Eu acho que o primeiro acampamento é a base pra tudo, é como você alfabetizar, se alfabetiza bem, vai bem pro resto da vida, se foi mal alfabetizado, sabe que vai ter contratempo no caminho. (Depoimento 07)

Na própria luta, cada grupo de demandantes de terra, aprendeu a se organizar coletivamente, com o objetivo de concretizar a conquista de um pedaço de terra.

Nessa trajetória de luta, a construção do *saber social* está associada também à atuação das *agências de mediação*, por meio da organização e apoio material, jurídico, educacional e político.

Maria da Glória Gohn (1999a) ao avaliar o caráter educativo dos movimentos sociais, considera a existência de várias dimensões nesse processo.

A primeira dimensão é definida pela autora como a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento das questões inerentes à problemática da sua luta, levando conseqüentemente à organização do grupo. No entanto, a autora afirma que,

Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo. (GOHN, 1999a, p.17)

A consciência se constrói a partir de informações jurídicas, de como funcionam os vários organismos com os quais é necessário negociar, reivindicar, pressionar, demandando a elaboração de táticas de enfrentamento perante o Estado e demais interlocutores em conflito pelo acesso à terra. Esse processo de conscientização pode ser anterior à luta específica da conquista da terra, pela participação em igrejas, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

O *trabalho da memória* dos três grupos de assentados rurais aqui estudados, possibilitou a recuperação desse aprendizado, constituído ao longo da vida dessas pessoas.

Ai surgiu essa luta dos sem terra, mas eu era simpatizante deles desde muito tempo, politicamente sempre tive meu partido, geralmente quem sofre muito e tem consciência sempre é de esquerda. Antes eu já lutava em alguns movimentos. Eu mesmo um dia fiz um movimento lá em Itaberaí, ocupei um terreno da CELG e conseguimos casa pro pessoal. Assim os problemas sociais eu já soube bem antes, pela própria questão de vida que eu vivi. Um pouco a igreja, se você tem ouvido e começa a ouvir as coisas e se tiver sentimento, o padre falando coisas. Na escola algum professor que é mais radical, se começa pegar um pouco daquilo e se você já vem de uma história de sofrimento, de vida difícil, você quer colocar aquilo

em prática, mesmo que aquilo seja quase impossível, mas de repente é um grãozinho a mais naquele mar. (Depoimento 03)

Eu entrei no trabalho da igreja na Diocese de Goiás, que é onde eu aprendi muito e não esqueço de sempre dizer isso. A Diocese de Goiás me mostrou mais claro o caminho da reforma agrária, uma coisa que eu já tinha na cabeça e aí eu entrei no movimento sindical, eu exerci em Uruana, fiz parte da fundação do sindicato e exerci ali nove anos de mandato de dirigente sindical. Entrei também na direção do PT, depois passei para o PC do B aonde permaneço até hoje. E daí em Uruana, ou seja, o médio norte, eu fui muito perseguido, inclusive mira de revólver para me matar, tive sorte que escapei. Daí mudei para Morrinhos porque eu tinha vontade de viver a realidade da reforma agrária na prática. (Depoimento 01)

Alguns depoimentos confirmam, que na história de vida dessas pessoas a constituição de um *saber social* que os instrumentalizou para o enfrentamento da luta pela conquista da terra é anterior a ela. A participação em sindicatos, igrejas, partidos políticos e mesmo na escola, possibilitou a conscientização desses sujeitos e a construção de uma visão de mundo diferente daquela proposta pelas classes dominantes da sociedade brasileira.

Por outro lado, a participação na luta pela conquista da terra é o que conscientiza, que explicita a problemática da questão agrária, e torna o sem terra um sujeito na reivindicação de direitos sociais, dos quais foi excluído sistematicamente ao longo de vários séculos. Os relatos confirmam essa constatação,

A minha vida eu comecei a viver foi a partir de que eu entrei na luta pra cá, eu era um cara assim besta, que não se importava com nada. As vezes eu ia pro futebol, pra casa, não participava de nada, aí do momento que eu entrei na luta pra cá eu comecei a participar de tudo, de encontros, missas, de tudo. Então a gente muda, a vida é outra, qualquer evento que você participa hoje é um conhecimento que você tá pegando, nem que as vezes você não fala nada, só ouve, tá aprendendo. (Depoimento 07)

A conscientização e a construção de uma nova visão de mundo possibilitam a constituição de novos saberes, transformam sua leitura de mundo, como a importância da participação dos mesmos em suas entidades representativas e, no caso das mulheres, no enfrentamento da questão de gênero. Infelizmente não há espaço para esta discussão no presente trabalho, mas constitui-se numa problemática que se coloca também no campo dos direitos. Esta questão é significativa, pois está presente até na prática das entidades representativas, como demonstra o depoimento a seguir:

Hoje eu não sou associada na Associação por problema de saúde, mas isso é uma coisa que foi luta minha. Eu participava junto com a Dagmar da CPT com o trabalho das mulher, a Lourdes que era uma advogada que a CPT arrumou, então ela saía pros assentamentos e eu acompanhei ela, fui escolhida pelo sindicato, eles falaram que a mulher tem que ser sócia na Associação, tem que ter o direito de voz e voto e participar para saber o que está acontecendo. Porque as vezes o marido chega em casa não tem cabeça pra contar tudo. Então eu lutei, Luizmar [advogado Diocese de Goiás] não queria, foi alto comigo, dizia que a mulher não tinha direito. Eu acho que valeu a pena eu ter lutado, de mostrar pra elas que a mulher tem o mesmo direito que o homem tem, de lutar junto, de conseguir junto. (Depoimento 08)

A participação das mulheres nas associações dos assentamentos rurais, com direito a voz e voto, não se constitui em prática comum. Geralmente esses direitos são restritos aos homens, que são também, na imensa maioria, titulares das parcelas, como se discutiu no primeiro capítulo deste trabalho.

Constituem-se exceções as participações ativas das mulheres. No Assentamento Engenho Velho essa participação foi conquistada pelas mulheres, a partir da conscientização de todos, da importância desse envolvimento para o fortalecimento da associação.

No Assentamento Tijuqueiro, a participação das mulheres na associação, com direito a voz e voto, e na cooperativa do mesmo, foi um longo processo de discussão, que culminou com a participação feminina em igualdade de condições e de forma independente de seus maridos e parceiros.

Uma segunda dimensão entre movimentos sociais e educação, que Gohn (1999a) aponta, é o acúmulo de experiência decorrente da prática cotidiana na luta.

Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. (Thompson, 1979, apud GOHN, 1999a, p.18-9)

Dessa forma, ao se defrontarem com novos problemas que vão sendo colocados pela realidade cotidiana, os assentados relembram as ações que colocaram em prática, em etapas anteriores na luta pela conquista da terra e as utilizam para novos enfrentamentos.

Ao analisarem, através do *trabalho da memória*, a situação cotidiana dos assentamentos rurais, os depoentes apontam caminhos na busca de soluções de seus maiores problemas, na própria luta que vivenciaram e transformaram em saberes.

Nos depoimentos colhidos, os assentados apontam como causa principal das adversidades que enfrentam no assentamento, no momento da realização desta pesquisa empírica, a falta de união do grupo.

Relembrem suas vitórias e conquistas nas etapas anteriores da luta pela conquista da terra, a partir de valores como união, cooperação, solidariedade, as ajudas que receberam de entidades e pessoas. Valores aprendidos no processo de interação entre os grupos e o *trabalho de mediação* que os diferentes *mediadores* desenvolveram.

Nos relatos, esses valores, foram extremamente significativos na fase de conquista da terra e, gradativamente, vão sendo desativados na fase seguinte, quando cada um assume sua parcela individual e se torna imperativo fazer com que a terra produza o sustento familiar.

Todos os depoimentos abordam essa questão e, na reconstituição do passado que fazem através do *trabalho da memória*, delimitam a perda desses valores no tempo e no espaço, ou seja, quando tornaram-se donos da terra, e foram cada um para seus lotes individuais.

Eu acho que depois que vai cada um para sua parcela diminui bastante o coletivo, porque a pessoa tem um planejamento individual. Quando ele cai na parcela dele, ele já se sente dono aí vai abandonando a escola dele. (Depoimento 04)

Assim, analisam o momento em que vivem, a partir do aprendizado constituído na própria luta, demonstrando que o *saber social* é acionado na análise que fazem de sua situação e de seus problemas no momento presente.

A lembrança de que a conquista das terras e a organização dos assentamentos foram possibilitadas pela união do grupo e que o poder de reivindicação e pressão só era possível coletivamente, faz com que realizem um resgate dessas ações como mecanismos de resolução de problemas que afetam o assentamento.

Aqui precisa melhorar muitas coisas, principalmente a cooperação. A pessoa tem que cooperar mais, se unir, porque se nós unisse aqui, igual nós uniu pra ganhar a fazenda, nós tava bem melhor. Nós tem muita coisa pra fazer aqui e nós só consegue através da união. Se nós se unir nós consegue muitas

coisas, nós já temos, eu tenho muita experiência. Se fica no individualismo não consegue nada não. (Depoimento 04)

Eu acho que nós não pode ficar acomodado, plantando arroz e colhendo, dando pra você comer tá bem. A gente tem que partir pra luta de novo, a luta nunca acaba, porque nós ocupamos em 1996 e em 1997 eu comecei a participar de reunião da CPT, da FETAEG, tinha a Dagmar que trabalhava com as mulher, então eu fiz parte desse trabalho. Todas as pessoas que ia lá falava que a luta nunca acaba, a luta continua sempre. (Depoimento 08)

Eles reconhecem que após o parcelamento da área, cada família tem afazeres dos quais depende a sua reprodução no lote. Esse trabalho familiar – limpeza da área, construção de casas, preparo do solo, plantio, enfim, a formação da parcela e a produção da vida – demanda muito tempo de trabalho, o que contribui para diminuir a participação em suas organizações e no próprio coletivo do assentamento.

Nos depoimentos, os assentados atribuem esse processo ao individualismo que reina nos assentamentos após a divisão das parcelas, uma evidência de um discurso que podemos considerar como de *convencionalização*, pois, esse fator é apontado também pelos *mediadores*. Assim, analisam,

Nosso poder de pressão, de organização não tem mais, acabou. Nós somos mais de cem famílias e vinte associados, você vai negociar com o prefeito ou com o governo é a Associação que negocia. Então é vinte pessoas negociando pra mais de cem famílias. Vários São os fatores pra isso aí, um é o individualismo.

O assentamento não funciona porque a nossa cultura é individualista demais e não tem planejamento. Eu acho assim, a cultura nossa é vencida através da necessidade, se de repente você ver que alguém tá indo bem no coletivo, a cultura vai ser vencida porque sabe que vai ter que sair do individualismo nosso pra produzir também, vencida pela necessidade. A outra é o planejamento e aí tem que ter um técnico. (Depoimento 03)

Eu sinto, desde que eu tô aqui, que a pessoa coletiva ela tem mais força pra fazer qualquer coisa do que individual. O cara individual não tem força pra nada. (Depoimento 04)

A cabeça da pessoa muda muito, ela acomoda, fala que tá assentado ele senta e não quer mais saber de nada, quer saber dele. Isso atrapalha, eu acho que o trabalho coletivo desenvolve mais a participação. (Depoimento 07)

Muitos companheiros, sei lá, não sei se fica engrandecido, achando que não precisa mais dos outros companheiros, muitos são desse jeito, mas tem outros que não. Eu acho que mudou

um pouco e acho que precisava trabalhar junto de novo, porque é a união que faz a força. (Depoimento 05)

Ainda são atribuídas à situação de desunião dos assentados, as deficiências de infra-estrutura e a precariedade em que vivem, descritos no primeiro capítulo deste trabalho. Consideram como fator decisivo para a continuidade da luta, representada por novas demandas no assentamento, a retomada da organização coletiva do grupo. Aprenderam na luta que viveram, que o poder de pressão e de barganha é diretamente proporcional à capacidade de organização e resistência dos grupos.

Dessa forma, os assentados consideram que o grande número de parceiros que desistem e vendem suas parcelas é decorrente da própria desorganização dos grupos assentados, que os impossibilita de reivindicar aos organismos governamentais o cumprimento de suas responsabilidades e atribuições na implementação dos assentamentos rurais.

Na constituição das causas desse incômodo fenômeno, os assentados localizam três fatores. O primeiro é a incapacidade de pressionarem o INCRA, como faziam na época em que reivindicavam a terra, para uma melhoria das condições de organização dos assentamentos em suas diversas fases de consolidação. O enfrentamento aos organismos do Estado também foi aprendido no decurso da luta pela conquista da terra, construíram um saber, uma forma de agir que não possuíam antes. A resolução dos problemas do presente passam por experiências vivenciadas no passado. A constatação que fez um dos assentados, evidencia essa questão.

O INCRA funciona se você ficar lá na porta dele pressionando, enchendo o saco, ocupar ele. Nós já não tem essa força mais de organização. (Depoimento 03)

Dessa forma, os programas de financiamento destinados aos *beneficiários dos programas de reforma agrária*, apesar de existirem, são fragmentados e escassos, chegam nos períodos errados, quando a chuva e a época de plantio são pretéritas. Esses desencontros são atribuídos também à desunião do grupo, que enfraqueceu a capacidade de reivindicação frente aos organismos governamentais, acarretando dificuldades aos assentados na produção de suas parcelas.

Mas é fácil jogar pedra, um pouco é que o pessoal não tá dando conta de produzir, nós não tem assistência técnica, como

colocar o produto no comércio...se brincar a pessoa passa fome aqui na terra, porque não tem instrução, não tem assistência. (Depoimento 03)

A assessoria pra nós ela tá pouca. A pouco tempo a gente discutia sobre os projetos da prefeitura, a questão da assistência técnica, os assentamentos eles precisa de uma assistência técnica para a continuidade, assistência da agricultura e da veterinária também. (Depoimento 01)

O segundo fator que interfere na reprodução dos assentados é a falta de assistência técnica adequada. Segundo os relatos alguns cursos são ministrados nos assentamentos pela EMATER, mas os mesmos carecem de continuidade e acompanhamento e de falta de recursos que viabilizem a produção.

Aqui já teve alguns cursos. Agora mesmo eu participei de um frango melhorado, mas não tinha como montar porque precisava de financiamento e não tinha porque precisava comprovar que tinha renda pra poder pagar, não tem escritura da terra. Participei também do curso de derivados do leite, gado leiteiro, suinocultura. Pra mexer com o gado, assim no caso de uma doença, até hoje não deixei morrer nenhuma cabeça, o curso serviu. Dos outros cursos que fez não aproveitou nada. (Depoimento 05)

No Assentamento Che Guevara foram viabilizados muitos cursos da EMATER, já no Engenho Velho os assentados informaram que nenhum curso foi proposto. No Assentamento Tijuqueiro, os cursos aconteceram na fase de implantação do assentamento, mas não contribuíram para mudanças significativas na produção, uma vez que o efetivo aproveitamento depende de projetos e de financiamentos que os concretizem.

Na implantação da cooperativa do Assentamento Tijuqueiro, com o projeto da FETAEG, os assentados reclamaram da falta de assistência e de sintonia entre a liberação dos financiamentos pelo governo federal e a viabilização do projeto.

Eu mesmo não tive quase nada de curso, mas você vai numa reunião, vai noutra, você vê os caras falando, acho que o mais difícil é a construção. Não tivemos um técnico pra falar onde ia os tijolos. Nós tinha que ir em Piracanjuba, tinha que ir em Goiânia, elabora um projeto e joga na sua mão e não explica nem como é que é. (Depoimento 09)

O terceiro fator que os depoentes apontaram como causa do grande número de venda das parcelas, é o assentamento de pessoas que nunca tiveram vínculo com a terra, e portanto, não sabem como fazer sua parcela produzir. Consideram que essas

substituições de parceiros acabam por prejudicar o todo o assentamento, pois, quem chega depois não vivenciou o processo de conquista da terra, não participou da luta, não faz parte do grupo original. Isso atrapalha a organização coletiva do assentamento. Segundo os depoimentos, os compradores de lotes, possuem uma outra concepção de terra e de trabalho coletivo.

É a falta de união porquê muito companheiros acaba vendendo. Uns não gostam de trabalhar mesmo. Eu acho que no assentamento eles deviam fazer uma pesquisa pra ver quem gosta de trabalhar e quem não gosta. Quem é da terra, porquê tem muitos aí que não é. Eu vi companheiro nosso aí que o dinheirinho que veio pra comprar as coisas, pra comprar gado, dentro de pouco tempo não tinha nada. Então não é pessoa da terra. Esse dias mesmo eu fui em Goiás e encontrei um lá, perguntei se não tinha arrependido de ter vendido, ele falou: - aquilo lá não é pra mim não. (Depoimento 05)

O INCRA tem interesse no que tá acontecendo, vem aqui e fala que não pode vender mas, na mesma hora ele fala pra organizar que vai regularizar esse lote que já comprou, mas não compra mais aquela coisa. Cê não imagina, tem gente que tem parcela aqui pra passar final de semana. (Depoimento 03)

Eu pessoalmente sou contra a venda de lote, nunca fui a favor, desde a primeira venda que teve aqui eu sou contra. Pela luta eu lutei aqui, botei minha vida em risco, minha família, isso aqui pra mim custou o preço de sangue. Então eu nunca pensei em vender e nem penso. Se tiver briga, que quero lutar pra ficar aqui. Nós produz, nós planta, nós tem nossa casinha, nossa roça, galinha, porco, tamo lutando pra sobreviver aqui. (depoimento 04)

O que acontece é o seguinte, é o mesmo que uma escola. Você coloca uma criança no pré inicial, ela passa pelo inicial até a quarta. Entra outro no pré e aí caminha tudo junto, o que está lá na quarta tem que esperar os outros chegar. A conscientização, muitas vezes o cara aceita, como tem aceitado, mas ele entrou inconscientemente do que é uma reforma agrária, toda vida ele pensou individual, quando ele embarca e até que ele vai se conscientizando, deu aí uma parada no desenvolvimento do assentamento. (Depoimento 01)

O sindicato diz que não tem condição de obrigar a pessoa a ficar na posse. Pode escolher a pessoa, mas só que tem um porém. Um trabalhador que quer vir pra roça não tem condições de comprar uma posse aqui, porque um pobre de onde vai tirar cinqüenta mil reais? Então é um problema. (Depoimento 02)

A venda de parcelas é um fato comum aos três assentamentos pesquisados e a literatura confirma essa ocorrência em todo o território nacional. Isso interfere na organização dos assentados e ainda funciona como uma propaganda negativa para a luta pela terra, na conquista de novas áreas e para os defensores de uma reforma agrária ampla.

Vários estudos têm demonstrado que a venda de lotes é um problema que atinge a maioria dos assentamentos rurais. Pessoa (1997a, p.156) constata esse fator em sua pesquisa, com índices de desistência que variaram de 9,5 a 40%.

Nos assentamentos aqui estudados, o maior índice de venda de parcelas foi encontrado no Assentamento Tijuqueiro, cerca de 85%. No Engenho Velho, apenas 10% dos lotes trocaram de parceleiros.

Embora a maioria dos *mediadores* e assentados, atribuam tal ocorrência à não adaptação ao modo de vida e ao trabalho no campo, alguns depoimentos apontaram a presença de especuladores de terra nos grupos. Esse fator foi mais presente nos depoimentos do assentamento Che Guevara que possui um índice de 20% de parcelas vendidas.

Até dois anos atrás, na época de pré-assentado, eu tinha a honra de falar que eu era assentado. Hoje eu tenho vergonha de falar que sou assentado no assentamento. Por ver esses desvios que tem aqui. Pessoas que pegaram a parcela e tão vendendo, o INCRA aceitando. O cara pega o dinheiro, tinha que fazer os projetos, tudo direitinho, comprar o gado, fazer a casa. Recebeu o dinheiro e não comprou o gado, não arrumou nada na parcela e ainda se acha no direito de vender a parcela. E o INCRA vem cá e faz uma avaliação se pode ou não, o cara que comprou. Quer dizer o INCRA não podia aceitar, tinha que ter tirado esse cara daqui e quem comprou tinha que tirar também, pega alguém lá da barraca, que tá passando fome, necessidade, pra ficar. As vezes as pessoas fala que é melhor a pessoa vender do que não fazer nada, mas quem compra, mesmo que for do campo, mas isso deixa de ser reforma agrária. Fazendo isso tá desestimulando outras pessoas, algumas entidades a apoiar, porque vira um meio de comércio. (Depoimento 03)

A venda de parcelas foi um fato recorrente nos relatos dos três grupos de assentados, e suas narrativas expressam a indignação deles frente à uma transação comercial que acaba inserindo pessoas que não participaram da luta pela conquista da terra ou que nem mesmo tem uma biografia de trabalhador rural. Sob a ótica desses camponeses, esse fato representa a desvalorização da luta, do sofrimento, da união,

necessários para a conquista da terra. É uma derrota perante a sociedade, pois, precisam provar que são trabalhadores, que têm direito à terra de trabalho e não invasores e especuladores de terra.

Sob uma outra perspectiva, alguns estudos apresentam a venda de lotes como uma estratégia de produção e reprodução camponesa¹⁹. Nesta concepção, a venda representa uma opção para se fazer frente à falta de recursos, mas não significa um abandono definitivo da terra. Voltam para o meio urbano, compram casas, carros, até conseguirem retornar ao campo em melhores condições.

No Assentamento Tijuqueiro uma parceleira relatou um caso de venda de lote que pode ser caracterizada dessa forma.

Preguiça de trabalhar, progredir a parcela, então quer vender pra pegar o dinheiro, vão para a cidade trabalhar na mesma rotina que trabalhava antes: doméstica, pedreiro, braçal. Só o compadre Joãozinho [ex-parceleiro] da comadre Odila que não. Ele vendeu aqui e comprou uma chácara. Por sinal um grande homem, ele entrou na escola aqui não sabia nada. E ele forçou e conseguiu aprender, tirou carteira de motorista, comprou uma caminhonete, vendeu aqui comprou a chácara dele, hoje ele faz a feira em Morrinhos. É o único que eu sei, o resto tá tudo na cidade. (Depoimento 02)

O mal estar causado pela venda de lotes nos assentamentos, que atinge todos os atores envolvidos na luta pela conquista da terra, demonstra que ela abrange valores, símbolos e universo cultural presente na lógica camponesa.

Retomando a noção discutida na introdução do trabalho, definida por Alfred Schutz (apud VELHO, 1994, p.101), temos que projeto é *uma conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Segundo Velho, só faz projetos quem é sujeito.

Assim, memória e projeto se articulam e são amarras fundamentais que dão sentido à vida e às ações dos sujeitos sociais em questão.

A reconstituição do passado pelo *trabalho da memória* dos assentados rurais permite que façam uma avaliação de situações e ações passadas, possibilitando que sejam retomadas em outras bases, em seus projetos para o futuro.

¹⁹ Para um maior aprofundamento dessa perspectiva ver: VIANNA, Aurélio. Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná. In: ESTERCI, Neide (Org.). *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: Cedi, 1990, p. 13-36. E ainda, VIEIRA, Maria A. da C. A venda de terras do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia, In: ESTERCI, Neide (Org.). *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: Cedi, 1990, p. 37-55.

Dessa forma, a elaboração de projetos, principalmente os voltados para a melhoria da renda, partem dos saberes e aprendizados constituídos na luta pela conquista da terra. Os produtos tradicionais da produção camponesa não são mais suficientes para a reprodução familiar. Todos consideram que a baixa renda auferida com a produção das parcelas tem sido um obstáculo para a continuidade da pequena produção familiar.

Pensam em cultivar produtos mais valorizados no mercado através de um trabalho conjunto, com a formação de cooperativas que os tornem mais fortes nas relações comerciais. Buscam entidades, assim como o fizeram na luta pela conquista da terra, que os apoiem, que elaborem projetos de produção viáveis, tentando aumentar a renda das parcelas, permitindo a continuidade desses sujeitos no campo.

Esses saberes foram aprendidos na própria prática, na atuação dos *mediadores*, no confronto com os organismos do governo, com os proprietários de terras e demais forças atuantes no conflito agrário.

A maioria dos assentados aprendeu que o caminho possível é aquele que possibilite a resistência na terra conquistada, de forma coletiva, como demonstram os relatos colhidos.

O futuro a gente pensa é montar qualquer coisa que vai dar renda pra nós. Inclusive eu já tenho plantado umas covas de banana, já plantei dois hectares de eucalipto, vou plantando alguma coisa pro futuro daqui pra frente. Porque só esse arroz, esse milho que nós plantamos a gente não tiver um futuro pela frente, uma coisa que vai dar continuidade, aí não tem como. A gente quer ver se faz uns projetos, alguma coisa pra ter uma renda suficiente pra gente viver aqui. (Depoimento 04)

Eu tenho um projeto na memória, que hoje eu até esqueço por causa da dispersação da família. Tenho onze filhos, é o êxodo rural, por falta de condições financeiramente. Mas, o meu pedaço de chão aqui, eu não tenho medo de errar, eu tenho consciência disso, aqui dá para tirar leite de cinquenta vacas, de vinte litros cada uma, em sistema de piquete, em menos da metade a propriedade, a outra metade ser aplicada em forragem, cana, silagem, milho, soja e horticultura. E os 'restritos' dos bovinos serem aproveitados para a criação de peixes e aves, isso com transação no mercado. Teria condições de alguém tá no mercado lá em Caldas Novas, outro no volante de um carro, transportando e a parte aqui produzindo. Sendo bem executado o projeto é possível os onze filhos, desde que o governo dá recursos, volta os olhos. (Depoimento 01)

Assim produzem saberes e aprendizados, elaboram projetos. Ao seu conhecimento anterior, aprendido com o pai, com os familiares, junta-se o saber constituído na luta pelo retorno à terra.

3.2 Memória da escola

Ao tratar da *memória individual*, Halbwachs considera que ela não está totalmente fechada e isolada. Na evocação de seu próprio passado, uma pessoa se reporta a pontos de referência situados fora dela e que são fixados pela sociedade.

Dessa forma, o funcionamento desta *memória individual* não é possível sem as palavras e as idéias que o indivíduo emprestou de seu meio. Lembramos somente do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros.

Para Halbwachs, é preciso distinguir a memória autobiográfica da memória histórica, embora a primeira se apoie na segunda, ela é pessoal. Mas é também apoiada nas pessoas e grupos que participaram do vivido de cada pessoa e que são os pontos de referência na reconstrução do passado individual.

Dessa forma a memória individual de cada depoente não pode ser desvinculada dos vários grupos sociais dos quais participou ao longo de sua vida: a família, o primeiro grupo no qual realiza-se a sua socialização, dentro de hábitos, costumes, crenças, do próprio grupo familiar e depois, a igreja, a escola, o partido político, enfim, as demais instituições com que o indivíduo vai interagindo.

Nos depoimentos colhidos nos três assentamentos rurais estudados foi possível perceber nas histórias de vida dos parceiros coincidências em relação a fatos e períodos de suas vidas, que, apesar de constituírem uma memória individual, não podem ser compreendidas desvinculadas da memória social.

Uma primeira coincidência refere-se as memórias da infância. Em todos os relatos esse período foi lembrado como um tempo de privações, dificuldades e sofrimento, a família foi o grupo balizador dessas lembranças, geralmente o pai, a mãe e os irmãos. Alguns poucos se reportaram aos avós.

Eu nasci na zona rural, perto de um patrimônio e aí eu estudei. Meu pai não sabia ler nada, mas tinha inteligência de querer que os filhos não ficassem sem estudar e com esforço de meus pais eu estudei até o terceiro ano primário nesse patrimônio, aonde eu trabalhei junto com meu pai de diarista, de parceria. (Depoimento 01)

Meu pai era analfabeto, minha mãe lê. Eu comecei a estudar porque eu via que tinha necessidade de estudar, não porquê meu pai falou pra estudar. Ele fez a minha matrícula e me jogou na escola lá. Eu no dia a dia estudei por necessidade, porque eu vi que a vida que nós vivia era muito difícil mesmo. Meus irmãos começaram a estudar e logo foram desistindo, o único que continuou estudar foi eu. (Depoimento 03)

Essas lembranças foram vinculadas aos seus grupos familiares e nelas podem-se localizar os momentos de socialização – *situações de aprendizagem*, segundo Brandão (1995), típicos da cultura camponesa.

Segundo o autor,

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. (BRANDÃO, 1995, p.14)

O conceito de Carlos Brandão é bastante verificável no *trabalho da memória* dos assentados aqui considerados, conforme depoimentos assinalados a seguir.

Que eu lembro que a noite a gente juntava na roda, porque naquela época a gente não tinha nem televisão ainda. Na roda que a família se reunia, as vezes meu pai até comentava sobre a reforma agrária, mas naquela época era uma coisa muito restrita. Ele falava, mas assim com muito receio, muito baixinho, pra evitar que alguém ouvisse, isso deveria ser 1973/4, as coisas de lá pra cá mudaram muito. Ele comentava que tinha, mas uma coisa que não podia falar, não era ligado a sindicato nem nada. Meu pai gostava muito de catira, e meu pai era catireiro, folião, desses bentos de Mossâmedes, da Folia de Reis. Eu me lembro muito bem das noitadas de catira, de folia, na casa de minha avó. A chegada da folia, aquela coisa linda, maravilhosa, aqueles arcos cheios de flores, os balaios cheios de bolo. É a cultura da gente e isso eu não esqueço jamais. Meus avós são mineiros. Outra coisa também era o mutirão das fiandeiras, isso eu me lembro, as cantigas, eu sei que era muito divertido, muito alegre. A reunião da família era muito diferente de hoje, quando se fala numa festa assim ia todo

mundo, andava até longe de carroça, a minha infância e a minha juventude foi vivida assim, essa coisa da cultura e da terra a gente nunca esquece. Daí estudava também, quando meu pai ia fazer uma folia ou catira ele sempre me convidava, ele me levava pra gente estar sempre ligado naquilo ali. Os outros dois irmãos meus, todos os dois dançam catira, cantam folia também. E a gente nunca perdeu isso aí, comento sempre com ele que eu quero que ele passe pro meu menino, ele reza terço muito bem, é um terço diferente, minha menina mais velha já tá quase aprendendo, agora quero que ele passa a catira pro menino. (Depoimento 07)

Hoje eu vejo que eu tô acompanhando o costume dos velhos, o trabalho que nós fazia. Nós sempre trabalhou com os pais fazendo farinha, esses trens era junto, trabalhava na roça era junto. Então aqui eu vou no mesmo ritmo, nós trabalha junto, eu e meus filhos. O tempo que eu trabalhei fora, eu trabalhei sozinho, mas igual ao que eu tô aqui, eu tô voltando ao que era antigamente junto com meus pais. (Depoimento 06)

Outra coincidência nos relatos é a lembrança da escola. A instituição teve uma presença marcante no *trabalho da memória* de cada narrador.

Com doze anos eu entrei na escola, na Fazenda Caxambu, uns cinco quilômetros a gente ia a pé todo dia. Eu gostava muito de estudar, fiquei dois anos de escola, saí estava no terceiro ano, aprendi a ler e escrever. (Depoimento 05)

Na fazenda nós moramos, me lembro, tinha oito anos nessa época, a gente ia estudar numa escola longe, escola do município, escolinha pequena, mas eu acho que a gente traz nessa experiência de vida, que eu sempre me lembro dessa primeira escolinha da fazenda, muito longe, que a gente passava no meio de vacas, as vezes corria passava debaixo de uma cerca, eu e mais dois irmãos, passava muito medo também nessa estrada. Mas a gente tinha uma finalidade que era estudar, e a gente estudava. O professor era muito rígido com tabuada, então a gente tinha que dar conta da tabuada na ponta da língua. Eu me lembro assim com um pouco de saudade e minha mãe em casa não deixava pra trás não. (Depoimento 07)

A predominância desses grupos sociais nas lembranças dos assentados, confirmam a concepção de Halbwachs, discutida na introdução desse estudo, sobre a constituição da memória individual e coletiva.

No livro *A memória coletiva*, o interesse do autor centra-se nos grupos e nas significações. Dessa forma, Halbwachs considera que a memória individual, não tem sentido se não for colocada em relação a um grupo do qual o indivíduo faz parte, pois supõe um acontecimento vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo.

Dessa forma, a memória não é estudada em si mesma e nem circunscrita ao indivíduo, a ênfase é no caráter interpessoal das instituições sociais.

Nessa mesma linha de interpretação, Bosi (1987, p.17) afirma que a memória individual depende do relacionamento de quem lembra com os seus grupos de convívio e referência, como a família, a escola, a igreja etc.

Os depoimentos colhidos demonstram que a escola, mesmo quando freqüentada apenas por alguns anos, nos quais aprenderam a ler, a escrever e a contar, foi uma instituição da qual todos se lembraram, ou seja, ela tem um significado na vida deles. Relembra a escola da fazenda, distante muitos quilômetros de suas moradas, do longo caminho a ser percorrido diariamente, o que dificultava em muito o acesso à escola. Outro fator limitante da escolarização da população rural era a impossibilidade de a família prescindir da mão-de-obra das crianças. Em decorrência desse fatores, a criança iniciava tardiamente seus estudos e os abandonava prematuramente.

Uma terceira coincidência foi que os assentados vinculam suas lembranças de vida ao trabalho. Assim, todos os fatos que lembraram e relataram têm como balizador o trabalho que realizavam na época de ocorrência do fato narrado.

Os lugares e os tempos do *trabalho da memória*, como a infância, a família, a fazenda, a escola, a ida para a cidade, são postos em relação com o trabalho.

Então papai ficou na cidade, começou a construir uma casinha de adobe, nós ganhou um terreno e começou a fazer artesanato, balaio, cestos, aí eu aprendi com ele. Desde os dez anos, que eu ficava lá na roça, quando eu vinha cá ajudava ele a fazer, então praticamente comecei a trabalhar com ele. E aí eu comecei a estudar velho, com quase dez anos.

Eu continuei estudando, terminei o primário, fiz o ginásio e comecei o segundo grau, aí tinha que estudar a noite. A noite tinha muitos problemas, o que acontecia era o seguinte, tinha professor que passava dez pesquisas, leitura, fazer uma redação por dia e pra nós que trabalha era praticamente [impossível]. O professor na verdade, não via que eu tava despercebido na escola, não sabia que estava cansado. Ele queria que estudava, ele pensava que tava com preguiça, mas na verdade eu tava era cansado, tava esgotado, aí foi ficando difícil. (Depoimento 03)

Com relação à escola e trabalho, vários estudos sobre educação no meio rural demonstraram o estreito vínculo entre as duas questões. Martins (1981, p.251), ao analisar a valorização da escola e do trabalho em diferentes grupos rurais, constatou:

No meio rural, a concomitância da escolarização com o trabalho produtivo – característica mais freqüente na história de vida de cada um dos entrevistados – não é apenas um aspecto distintivo da inserção da escola na vida de sua população. É imposição, igualmente, das condições de existência e das representações que as integram coerentemente num modo de vida.

Nos assentamentos rurais estudados foi possível constatar que a mesma estratégia é utilizada. As crianças alternam a escolarização com o trabalho na parcela, realizando tarefas determinadas e que são indispensáveis na rotina das famílias.

Eu tenho quatro filhos, que ajudam, faz o serviço, todo mundo ajuda. A hora que eles não estão na escola, eles tão ajudando. (Depoimento 04)

No Assentamento Engenho Velho, além de ajudarem em suas parcelas, alguns jovens trabalham em fazendas vizinhas como diaristas, contribuindo para a renda familiar, nos períodos em que não estão na escola. A maioria dos jovens estuda na Escola Família Agrícola (EFA) na cidade de Goiás.

Meus meninos vem da escola, igual chegou ontem [sexta feira], quando é segunda-feira eles catam a foice e vai trabalhar pros outros pra ganhar, pra poder voltar pra escola. Roçar, capinar, tudo o que aparece, porque se nós for esperar da renda daqui de dentro não dá. (Depoimento 06)

Um estudo significativo da implantação e do desenvolvimentos da EFA de Goiás, foi realizado por João Batista P. de Queiroz (1997). O autor considera que, a implantação desta escola, se deu a partir da luta pela reforma agrária, numa perspectiva de fortalecimento e viabilização da agricultura familiar e vinculada ao movimento social rural. Essas seriam a marca específica desse tipo de escola, que é desvinculada dos poderes públicos.

Queiroz afirma que, as EFAs têm como objetivo principal, proporcionar aos jovens do meio rural uma educação vinculada à sua realidade, e que possa desencadear um processo de reflexão e ação que leve à transformação da mesma. Incentivam o espírito comunitário, envolvendo as famílias dos educandos e enfatizando que o maior aprendizado acontece na própria vida.

Para o atendimento desses objetivos as EFAs utilizam a Pedagogia da Alternância, segundo a qual os alunos permanecem um período na escola e outro em casa, sendo que em ambos ocorrem o processo educativo.

No período que estão em casa, os estudantes aplicam na prática, o que aprenderam na escola, através das pesquisas, reflexões e estudos. Esse tipo de escolarização para os filhos de agricultores familiares é significativo porque não os afasta do meio em que vivem e os coloca como sujeitos na busca de soluções para os problemas cotidianos enfrentados nas parcelas.

Para os assentamentos aqui estudados, o Che Guevara representa o caso mais grave na questão da escolarização de crianças assentadas, pois não existe nem a escola inicial no assentamento. Desde a alfabetização, as crianças são retiradas do assentamento e transportadas para a escola mais próxima, num povoado vizinho, como relatou um dos depoentes.

Nossas crianças vai estudar na cidade, aí no povoado Olho d'água, São Benedito, tem uns dez quilômetros. Tem o coletivo aí, o ônibus que leva e traz três vezes por dia, de manhã, de tarde e a noite. Quando já é segundo grau vai lá em Itaberaí. (Depoimento 04)

Nos outros dois assentamentos, o Tijuqueiro e o Engenho Velho, as crianças freqüentam a escola localizada no próprio assentamento, até a quarta série do Ensino Fundamental. Após essa etapa, são transportadas para a sede dos municípios e freqüentam escolas urbanas, distantes de sua realidade e nas quais são muitas vezes discriminados e humilhados, por alunos, professores e funcionários.

No caso dos assentados rurais, essa discriminação é ainda maior, pois além de serem denominados *roceiros*, *caipiras*, *ignorantes*, ainda são chamados de *invasores de terras*, denotando um juízo de valor que beira a ilegalidade.

Retomando a questão do transporte de crianças do meio rural para estudarem em escolas urbanas, essa foi a solução encontrada pelos administradores municipais, durante toda a década de 1990, objetivando a redução de recursos destinados à escolarização dessa população. Argumentam que a manutenção das chamadas *escolas isoladas* é muito dispendiosa, devido terem localização de difícil acesso e por atenderem a um número reduzido de alunos.

Dessa forma, consideram que o transporte dessas crianças para as escolas urbanas, além de ser menos dispendioso, eleva a qualidade do ensino oferecido, pois, as escolas urbanas têm uma melhor infra-estrutura, professores formados, acompanhamento pedagógico etc.

O que não é contemplado nesse transporte é o fator segurança, pois, jornais e televisão têm destacado em seus noticiários a precarização desse serviço, feito em veículos inadequados, sem manutenção e em estradas quase inexistentes. Não é difícil concluir-se que essas crianças estão expostas a perigos constantes e diários.

Além da insegurança no transporte, outro fator negativo é o tempo dispendido pelas crianças em longos trajetos, que pode representar em muitos casos, somado o tempo gasto entre a ida e volta, um período de descanso, de estudo ou ajuda em casa. Ou seja, é subtraído um tempo precioso de socialização dessas crianças junto de suas famílias.

Esses fatos, que foram constatados empiricamente no transcurso de minha pesquisa nos três assentamentos rurais, têm sido uma constante em quase todos os municípios brasileiros.

Uma alternativa ao transporte dessas crianças para escolas urbanas, seria o agrupamento das escolas isoladas em uma escola maior, mais centralizada, mas localizada no meio rural. Representaria um modelo intermediário entre o isolamento das escolas rurais e as escolas das cidades, vinculadas a outra realidade.

Experiências nesse sentido, foram realizadas em outros estados brasileiros, como Paraná e São Paulo²⁰. Nestes estados, as crianças do meio rural são transportadas até determinadas escolas que têm a função de agrupar num mesmo local as crianças que estudavam em *escolas isoladas*, localizadas nas fazendas ou nos núcleos rurais.

No Estado de Goiás, alguns municípios iniciaram a implantação desse novo modelo de escola rural, principalmente depois da municipalização definitiva dessa modalidade, com a LDB de 1996.

Um estudo realizado por Flores (2000) sobre a proposta da prefeitura do município de Catalão, no Estado de Goiás, apresenta o histórico e a perspectiva da

²⁰Ver os seguintes trabalhos: RAMOS, Lilian M.P. de Carvalho. “*Escolas Rurais Consolidadas*” paranaenses: mito e realidade. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 1987. Ainda da mesma autora: *Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (77): mai, 1991, p. 19-23. Para o caso do Estado de São Paulo, ver: VASCONCELLOS, Eduardo A. de. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural?, In: *Cadernos de Pesquisa*, n° 86, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ago. 1993, p. 65-73.

Escola Nucleada Rural, como foi denominada. A autora considera que essas escolas representam muito mais do que a garantia de permanência da escola no meio rural; significam proporcionar uma escola voltada para o seu local de vivência e convivência, levando os alunos a refletir seus problemas a partir de sua realidade.

Essas propostas de agrupamento de escolas isoladas, podem se constituir de fato em uma escola que contemple as necessidades e especificidades da população a qual se destina. Para isso deve ser uma escola pública, diferenciada e vinculada organicamente à luta pela conquista dos direitos básicos e na reprodução dos camponeses, enquanto classe social.

Outro ponto a ser destacado como o descaso oficial com as escolas rurais, refere-se às condições de trabalho das professoras nas escolas rurais. Geralmente elas são responsáveis pelo funcionamento administrativo, pedagógico e pela realização de todas as tarefas implícitas no cotidiano escolar.

Essa realidade pode ser constatada nas escolas visitadas durante a realização da pesquisa de campo e também aparece no depoimento da professora Sueli, da Escola Municipal Rural São Pedro, instalada no Assentamento Engenho Velho, mas que funciona desde a época de acampamento, no início da luta desse grupo pela conquista da terra.

A parte mais difícil que eu acho da escola é ser professora, merendeira, faxineira da escola. Fora ser diretora e coordenadora, psicóloga, mãe, delegada, advogada, é a parte que acho mais difícil trabalhar na escola municipal da zona rural.

A realidade da escola rural, constatada na pesquisa empírica para a realização deste trabalho e ainda na participação do Projeto Tijuqueiro, junto a rede municipal de educação de Morrinhos, caracteriza-se pela falta de vínculo com o contexto em que a escola está inserida, pela inadequação de currículos, programas e calendários com os ciclos naturais de plantio e colheita, pela inexistência de um projeto de formação de professores para atuarem nesse tipo específico de escola e ainda pela deficiência na infra-estrutura física e pedagógica.

Não há portanto uma preocupação de que a escola seja adequada à realidade das populações a que se destina. Pode-se afirmar que a educação escolar proporcionada pelo Estado, tem sido uma das causas dos altos índices de analfabetismo, repetência e

exclusão escolar, encontrados no meio rural, os quais superam significativamente os resultados negativos obtidos em áreas urbanas.

Resultados esses que são dissimulados nas estatísticas oficiais, pois são apresentados como médias nacionais para toda a população brasileira, sem distinção entre urbano e rural.

3.3 Políticas Públicas educacionais para o campo

Vários estudos, como os de Eni M. Maia (1982), Vanilda Paiva (1987), Maria J. C. Calazans (1993), Queiroz (1997), têm demonstrado o descaso oficial para com a escola no campo e como as políticas públicas implementadas na área rural estavam vinculadas a interesses diversos e a projetos que contrariavam as necessidades das pessoas que vivem e/ou trabalham no meio rural.

O descaso oficial para com a escola rural foi constante desde sua implantação. Portanto, pode-se perguntar, como fez Eni Maia em 1982, o que mudou na educação rural ao longo de oitenta anos?

Historicamente, pode-se verificar através dos projetos e programas implantados pelos governos para o meio rural, o que alguns autores consideram apenas como descaso oficial, estavam acordados aos projetos de desenvolvimento em curso no país, pois, não podem ser compreendidos fora da conjuntura política e econômica de todo o século XX, marcado pela inserção do Brasil na economia capitalista mundial.

Para a compreensão desses aspectos, o estudo empreendido por Calazans (1993) sobre os projetos e programas desenvolvidos pelo Estado na área rural, desde o Segundo Império até fins dos anos de 1980, é fundamental. A autora constatou a multiplicidade de propostas que foram implementadas. No entanto, afirma que, subjacentes a estas propostas estava a noção de “atraso” do campo em relação à cidade, que precisava ser superado em favor do desenvolvimento da industrialização brasileira.

Ao estudar a História da educação no Brasil, Otaíza Romanelli considera que, durante todo período colonial e imperial, a educação escolar foi considerada um

privilégio da classe dominante e restrita aos centros urbanos. Os filhos dos fazendeiros estudavam na cidade ou iam para a Europa concluir seus estudos.

Segundo a autora, apesar do predomínio numérico da população residente no meio rural, as técnicas de cultivo não exigiam nenhuma preparação, assim para essa população a escola não tinha qualquer interesse. (ROMANELLI, 1998, p.45)

Dessa forma, nesse período não houve nenhuma iniciativa concreta no sentido de promover a escolarização das populações rurais. A instalação de escolas de Ensino Médio voltadas para as classes médias e populares, por várias congregações religiosas, ficou restrita ao meio urbano.

Mesmo com o advento da República em 1889, que considerava a escolarização de todas as camadas sociais como fator imprescindível para a modernização do Brasil, a escola destinada às populações rurais foi deixada de lado, em virtude da visão urbana-industrial que norteava as políticas desse período.

Sobre este período republicano inicial, Jorge Nagle (1976) afirma que a instrução de toda a população brasileira e a democratização da sociedade eram as premissas do novo regime de governo. O autor denominou esse período de “entusiasmo pela educação”, porque a escola era pensada para a totalidade da população, em detrimento do privilégio reservado às classes dominantes, e por refletir as reivindicações de movimentos sociais por maior participação política.

As primeiras décadas do século XX são pródigas de movimentos sociais, de origem socialista, anarquista etc, que pleiteavam mudanças nos mais diversos setores, impulsionando a organização dos trabalhadores urbanos.

Entretanto, segundo Calazans (1993, p.15), embora no século XIX se possa destacar eventos dispersos, foi somente a partir de 1930 que ocorreram programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo.

Entretanto, segundo a autora, o desenvolvimento do ensino regular através da história reflete as necessidades surgidas da *evolução das estruturas socioagrárias no país*. Somente com o advento da cafeicultura e o fim da escravidão é que o setor agrícola passou a necessitar de mão-de-obra especializada. Desse modo, o ensino da escola elementar, como a escola técnica de segundo grau, começou a impor-se como necessário, destaca a autora:

As revoluções agroindustriais e suas conseqüências no contexto brasileiro, principalmente a industrialização,

provocaram alterações que obrigaram os detentores do poder no campo a concordar com algumas mudanças, como por exemplo a presença da escola em seus domínios. Assim, a **escola surge no meio rural brasileiro tardia e descontínua.** (CALAZANS, 1993, p.16)

Por outro lado, com o intenso movimento migratório de populações rurais em direção aos centros urbanos mais industrializados nos anos 1910/20, a escola rural se tornou motivo de preocupação das classes dirigentes do país, unindo grupos de interesses opostos, como o agrário e o industrial. A escola foi considerada um instrumento eficiente para promover o retorno dessa população ao campo. (MAIA, 1982, p.5)

Pensava-se num determinado tipo de escola que contemplasse as orientações do *ruralismo pedagógico*. Segundo essa concepção, a escola deveria estar integrada às condições locais, cujo objetivo maior era promover a *fixação* do homem ao campo e em oposição à escola literária que o desenraizava.

A corrente escolanovista reforçava essa posição *da escola colada à realidade* e assim, colocava-se ao lado das forças conservadoras, pois, a oligarquia rural defendia seus interesses com o mesmo quadro discursivo.

Por outro lado, o grupo industrial ameaçado pelo *inchaço* das cidades e a impossibilidade de absorver a totalidade dessa mão-de-obra, engrossava o discurso dos ruralistas.

Esse período iniciado em 1930, foi denominado por Jorge Nagle (1976) de “otimismo pedagógico”, ou seja, uma das características do escolanovismo é a preocupação com os métodos e conteúdos escolares. Assim, analisou o autor que, os pressupostos do “entusiasmo pela educação” foram substituídos pela centralidade em métodos e técnicas pedagógicas, que por si só resolveriam as mazelas da educação no Brasil.

Nagle contrapõe os dois momentos, ao afirmar que na fase do “entusiasmo pela educação” a escola era pensada como propulsora da participação política das classes populares nos destinos da nação, processo reservado até então às oligarquias dominantes da época.

Na fase denominada por Nagle de “otimismo pedagógico” há uma maior centralidade nos mecanismos internos de funcionamento da escola, e uma retração nos anseios de uma maior participação política das classes populares.

Esse processo iniciou-se em 1924, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) que reuniu os pioneiros da educação nova e o lançamento do Manifesto dos Pioneiros em 1932, marcaram a ascendência da corrente escolanovista no ideário pedagógico brasileiro.

Em suma, retomando a problemática do descaso permanente com a escola rural, percebe-se que mesmo no período denominado “entusiasmo pela educação” nas primeiras décadas da República, em que se pensava a educação de toda população brasileira como necessária à modernização brasileira, a escolarização das pessoas que viviam no meio rural não foi contemplada, dado o comprometimento com uma visão urbano-industrial.

Com a ascensão da corrente escolanovista, foram reforçadas as premissas do ruralismo pedagógico, de uma escola colada à realidade e voltada para a fixação do homem no meio rural, ou seja, contemplava a finalidade de conter a migração dos rurícolas para os centros urbanos.

Assim em 1937, criou-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expandir o ensino e preservar a arte e o folclore rurais. Mantendo-se o sentido de contenção que orientava as iniciativas no ensino rural. Além disso, colocou a escola como um canal de difusão ideológica. (MAIA, 1982, p.6)

Calazans (1993, p.27) afirma que, provavelmente os ideais do *ruralismo pedagógico* estavam embutidos nos conteúdos dos programas propostos por diferentes agências para desenvolver o meio rural brasileiro, mesmo que nem todas tivessem a escola como meta principal de seus programas educacionais.

A partir da década de 1940 surgiram programas de destaque para o meio rural, tanto sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura como do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1945 foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR)²¹, que tinha por objetivo a implantação de projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades no campo, mediante a

²¹ Acordo firmado entre os governos do Brasil (Ministério da Agricultura) e dos Estados Unidos da América (Inter-American Education Fundation Incorporation)

criação de Centros de Treinamento para professores especializados que ficariam encarregados de repassar informações técnicas, a realização de Semanas Ruralistas, com debates, seminários e encontros e também a implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais. (LEITE, 1999, p.32)

Em 1947, o governo iniciou um movimento educativo, denominado “Campanha de Educação de Adultos”. Procurava-se criar um ambiente propício às ações educativas de maior profundidade.

No entanto, o discurso educacional ocultou os reais interesses do governo, vinculados à lógica desenvolvimentista do período, tinha como objetivo principal a superação do atraso da agricultura, que era apontado como obstáculo ao desenvolvimento e industrialização do país.

Em 1952 foi implantada a Campanha de Educação Rural (CNER), e em 1955 o Serviço Social Rural (SSR).

Segundo Leite (1999), a CNER, inspirada nas proposições da UNESCO, tinha como objetivos principais: investigar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; preparar “técnicos” para atender às necessidades da educação de base; promover a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural, concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural pela introdução de técnicas avançadas de organização e de trabalho, contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo, oferecer, enfim, orientação técnica e auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas aos objetivos e finalidades do seu plano.

O SSR, mantinha um sistema de conselhos regionais sediados nas capitais dos estados de todo o território brasileiro, além de repetir alguns programas já desenvolvidos pela CNER, priorizava o cooperativismo, o associativismo, a economia doméstica, artesanato, entre outros.

Em 1948 a American International Association for economic and social development (AIA) patrocinou o surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais, que tinha como objetivo promover a extensão rural e o crédito rural supervisionado, segundo modelos já testados nos Estados Unidos desde fins do século XVIII.

A ACAR seria o embrião da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), criada em 1956, e que tinha a função de coordenar programas de extensão e captar recursos técnicos e financeiros. Essas entidades posteriormente tornariam-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)²².

A ABCAR tinha como patrocinadores: organizações de “cooperação técnica”, ligadas diretamente ao governo dos EUA (IIAA, ICA, Usom, Aliança para o Progresso etc); corporações, associações e fundações privadas, ditas “filantrópicas”, ligadas ao grande capital monopolista americano (AIA, Fundações: Ford, Rockefeller e Kellogg etc); e organismos internacionais, que dão legitimidade aos dois grupos acima e são instrumentos de expansão da economia de mercado (IICA, OEA, BID, FAO, Bird). (CALAZANS, 1993, p.24)

Segundo a autora, a análise da presença norte-americana no Brasil nesse período, assim como toda a política educacional brasileira para o campo são elos de uma cadeia, acionados critérios bem definidos. São “pacotes” que chegam prontos e acabados, moldados por uma realidade diversa. Na prática, constatou-se a inadaptabilidade, pois, os programas não frutificaram, as populações locais retomaram práticas tradicionais ‘indesejáveis’, que se pretendia erradicar.

O pressuposto de um homem rural vazio culturalmente esbarra, em cada momento específico, ante as provas tangíveis de uma resistência cultural a valores considerados impertinentes pelas ‘populações-alvo’ e, também, com essa memória, matéria-prima de uma história não-oficial, que mantém a identidade periférica de grupos, constantemente manipulados para empreendimentos cujos objetivos lhes escapam inteiramente. (CALAZANS, 1993, p. 28)

Pretendia-se com tais programas, a integração, tema que era recorrente no discurso oficial brasileiro. A inspiração norte-americana, que orientava o SSR, a CNER e ABCAR, buscava, no âmbito da *guerra fria*, a disseminação de princípios e valores comuns capazes de estreitar os laços de cooperação no Ocidente.

Calazans constata que fatores como unidade nacional, integração ocidental, constituição de um mercado consumidor, adestramento de produtores, para um mercado definido, tendiam a políticas educacionais homogeneizadoras (1993, p.29)

²² Para um aprofundamento sobre a implantação da extensão rural ver: FONSECA, Maria T. L. da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

Com a crise do modelo desenvolvimentista e o golpe militar de 1964, modificaram-se as estruturas políticas e econômicas brasileiras. Entrava em cena o *milagre econômico* e uma política enraizada no endividamento externo.

A partir de 1964, com os governos militares, os projetos e programas para o meio rural, envolvendo a problemática educacional, proliferaram-se, mas sob a ideologia da extensão rural, da primazia do ensino técnico.

Embora a atuação de vários organismos criados pelos governos militares tenha sido diferente do período anterior – dadas as condições estruturais e conjunturais de cada época –, a tônica do trabalho que desenvolveram foi pautada no desenvolvimento da comunidade e na educação popular e de adultos, sob a forma de Projetos Rurais Integrados²³.

Romanelli (1998, p.196) analisa que, quando os militares assumiram o governo, não estava implícita a concepção de educação como fator de desenvolvimento. Num primeiro momento, constatou-se um aumento da demanda por escola, o que provocou um agravamento da crise do sistema educacional. Segundo a autora,

acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International Development (AID)* – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é então, o período dos chamados *Acordos MEC-USAID*.

Num segundo momento, já sob a influência da assistência fornecida pela USAID, o governo militar percebeu a necessidade de se adotarem medidas para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico que se implantava no Brasil.

A partir desta constatação, foram realizadas as reformas no sistema de ensino brasileiro. Em 1968, com a Lei 5.540 estruturou-se o ensino superior, e em 1971, com a lei 5.692, realizou-se a reforma do ensino de 1º e 2º graus.

A lei 5.692, apesar de ampliar o ensino fundamental até a oitava série, criou o ensino profissionalizante obrigatório no 2º grau, atendendo ao objetivo claro de formar mão-de-obra qualificada para o processo produtivo em curso.

²³ Os projetos integrados envolvem vários setores e diversos profissionais com o objetivo de desenvolvimento econômico regional.

Com relação à educação rural, a lei 5.692 contribuiu para a sua municipalização, mas não diminuiu os índices negativos de analfabetismo, repetência e evasão. Foi ineficiente sob todos os aspectos, considerando-se que o 2º grau praticamente inexistia no campo.

No entanto, a concepção que sustenta essas reformas, considera que a educação deve responder ao avanço da modernização e da complexidade crescente do trabalho agrícola. Dessa forma, a educação profissionalizante se dirigiu sobretudo para o *setor moderno* da agricultura. A extensão rural implementava as técnicas modernas ao campo. Maria T. Lousa da Fonseca, concluiu que

A lógica do capital exigiu da extensão rural que fosse um instrumento da reprodução da contradição capital x trabalho no campo, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor, que necessariamente levaria à expropriação do saber e do trabalho de uma maioria, para que ficasse garantido o domínio e o lucro de uma minoria. Este foi o sentido do movimento histórico – concreto – que se revelou na e pela prática extensionista. (FONSECA, 1985, p.183)

Calazans, na mesma linha de análise, afirma que a educação profissionalizante tinha como objetivo preparar o trabalhador para as novas tarefas que a divisão social do trabalho lhe impõem: preparavam-no para o cultivo de um produto determinado ou adestravam-no para a execução de uma determinada fase do processo produtivo. Com isso o especializava, retirando-lhe o antigo saber. (1993, p.37)

Leite (1999, p. 48) afirma que o analfabetismo na década de 1970, manifestou-se como uma *dolorosa e incurável chaga dentro da sociedade nacional*. Em consequência, os PSECD (Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos), para os períodos de 1975/79 e 1980/85, possibilitaram o suporte ideológico para projetos especiais do MEC, como o PRONASEC, o EDURURAL e o MOBREAL.

O II Plano Setorial de Educação (1975-79) do MEC, objetivando uma melhora sócio-econômica das populações rurais propunha a expansão da escolarização, pelo menos nas quatro séries iniciais. O documento fez algumas considerações sobre a realidade da escola rural, que dificultava a melhoria de seu desempenho: mesmo calendário utilizado na zona urbana; professores com formação urbana, quando a têm; materiais de ensino-aprendizagem escassos.

Para a superação dessas dificuldades, o II PSECD, recomendava que: a escola devia partir da realidade rural, na qual o trabalho constitui um valor e o trabalho infantil, além de ser uma necessidade, é um valor social.

Pode-se concluir que, as concepções que nortearam os programas no meio rural nas décadas de 1960 e 70, consideravam a educação como fator de desenvolvimento. Assim, deveria atender às necessidades delineadas pelas estruturas econômicas. Objetivava-se preparar os indivíduos e os grupos para participarem de um processo de *mudança cultural* identificado como um processo de desenvolvimento sócio-econômico.

Em 1980, no III PSECD do MEC, surgiu o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC), que atribuiu à educação um importante papel na política social, entendido como um dos elementos significativos na luta contra a pobreza.

Na realidade essas ações e programas de educação rural, segundo Elba Barreto, têm

(...) mais o objetivo de diminuir tensões sociais geradas pela pobreza no campo do que propriamente de enfrentar e resolver de modo satisfatório a questão do analfabetismo e do baixo nível de escolarização da região [nordeste], ou de serem instrumentos de um modelo alternativo de desenvolvimento, tal como propugnam as teses que fundamentam os textos básicos que delineiam a atual política de ensino no país. (BARRETO, apud LEITE, 1999, p. 52)

Leite (1999, p.52) considera ainda que a análise de Barreto não se restringe à realidade nordestina porque, de modo geral, o processo educacional na zona rural é praticamente o mesmo em todo território nacional, embora as nuances regionais devam ser consideradas.

De maneira geral pode-se afirmar que, as políticas públicas voltadas para a educação das populações rurais, desconsideram suas reais necessidades, e não se vinculam organicamente às suas lutas concretas por melhores condições de vida e trabalho. Foram impostas à revelia dessas populações e têm como objetivos o controle das mesmas e a manutenção da estrutura social.

O questionamento é quanto aos princípios ideológicos: a concepção do rural como sinônimo de atraso, de entrave ao desenvolvimento e a imposição sobre o mesmo

de um conjunto de valores, atitudes, comportamentos, negando a esses sujeitos outras formas de pensar e elaborar projetos, que não sejam as do capital.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9394/96, em dezembro de 1996, representou um certo avanço para o ensino rural, pois reconheceu a sua especificidade e o desvinculou da escola urbana. Em seu **artigo 28**, trata da educação para a população do campo, nos seguintes termos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Como se pode verificar, pretende-se com a LDB, promover uma educação rural que atenda às especificidades e necessidades da população que vive e trabalha no campo. Autoriza-se a escola a se organizar de forma autônoma, mas, para tanto, é necessário que haja uma compreensão das secretarias municipais de educação, da importância dessa adequação.

Por questões burocráticas de organização da rede, o período letivo é o mesmo para todas as escolas, obedecendo um calendário único, independente da localização. Ou seja, a própria secretaria municipal acaba impedindo os avanços que a LDB garantiu.

Além disso, é possível constatar empiricamente que os problemas históricos da escola rural, continuam a existir: professores leigos ou com formação urbana; desvalorização dos aspectos culturais rurais, professoras assumindo várias funções ao mesmo tempo, aluno-trabalhador, longas distâncias a serem percorridas, infra-estrutura precária, inexistência de materiais pedagógicos, currículo inadequado, geralmente baseado em valores urbanos.

Com relação ao currículo, a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é emblemática na discussão dos problemas que afetam a escola rural em nível nacional. Pois, a adoção dos mesmos, reflete a tônica das reformas neoliberais implementadas pelo MEC, em atendimento às exigências dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial. Comprova a tendência

homogeneizante das políticas educacionais implementadas pelo MEC, em nível nacional e novamente desconsidera as especificidades da educação de populações do campo.

Os PCNs são implantados, segundo o MEC, com o objetivo de melhorar a “qualidade do ensino”. Na realidade, o que o discurso do MEC não revela, é o mecanismo de controle sobre o conteúdo ensinado nas escolas brasileiras, além de reservar aos professores apenas a tarefa de executar o que foi pensado pelos especialistas. Controle este, que se verifica na avaliação nacional, denominada SAEB, na educação básica e o ENEM, especificamente para o ensino médio.

Em estudo sobre a concepção, o planejamento e a implantação dos PCNs no Brasil, Corinta Geraldi (1996, p.118-9), assim define os objetivos dos mesmos:

Recorrendo às diferentes fontes, parece ficar evidente o objetivo dos PCNs: não só tem que ter um conteúdo nacional como também tem que ser do jeito que o SAEB quer avaliar, por isso um conteúdo precisa parâmetro nacional. Realizando uma análise, mesmo que superficial, do discurso dessa entrevista [Iara Prado, secretária do MEC] e do próprio texto dos PCNs, poderemos verificar que, nesse contexto, “parâmetros” configuram uma relação (selecionada e arbitrária) de conteúdos escolares considerados como válidos e necessários bem como sua operacionalização na programação escolar que será considerada válida...cujo cumprimento e efetivo aprendizado dos alunos será controlado pela avaliação nacional.

Dessa forma, a partir desses mecanismos, pretende-se controlar o tipo de formação humana implícita nas reformas educacionais em curso, acopladas às novas necessidades do capital.

As discussões acerca da educação rural, precisam contemplar essas questões e avançar numa perspectiva que respeite a cultura camponesa, enquanto portadora de saberes próprios e diferenciados daqueles baseados numa concepção de aluno universal e a serviço dos interesses de uma classe social, à qual esses sujeitos não pertencem.

Além dos fatores limitantes, específicos da escola rural, há problemas mais amplos que envolvem todo o sistema de ensino brasileiro, e que acabam por interferir e mesmo impedir que uma escola rural orgânica, seja efetivamente pensada. Pois, estudos feitos na década de 1990, constataram que as políticas públicas implementadas nas áreas rurais, como nas décadas anteriores, continuaram ineficientes, pois, os índices de analfabetismo no meio rural, continuam em patamares bastante elevados.

Queiroz (1997) considera que essa inadequação do ensino oferecido pelo Estado, contribuiu para os altos índices de repetência e analfabetismo encontrados no meio rural. Quando da realização de sua pesquisa, em 1996, o autor constatou que no Estado de Goiás, enquanto o índice de analfabetismo em áreas urbanas era de 19%, no meio rural subia para 34,5%.

Pode-se concluir com este autor que, *os vários programas educativos na área rural no Brasil estavam, ou estão, articulados com a produção, reprodução e expansão do capital.* (QUEIROZ, 1997)

3.4 A educação do campo: novos caminhos

As políticas públicas voltadas para a área educacional, como foi discutido no item anterior, desconsideram os problemas básicos da agricultura camponesa. Ao invés de buscarem o fortalecimento e a continuidade da reprodução dessa população, enquanto categoria social, tinham ou têm um caráter contencionista, face ao intenso processo de migração campo-cidade e ainda o objetivo de integrá-las à economia de mercado.

Dessa forma sempre lhes foi negada uma educação e uma escolarização que atendesse aos seus interesses e necessidades específicas.

Ao longo de todo o processo histórico de exclusão política, social e econômica dos camponeses, discutido no primeiro capítulo deste trabalho, as ocupações de terra e a reivindicação de implementação de assentamentos rurais, processos intensificados durante as décadas de 1980-90, constituem-se em fatos sociais que afirmam a organização política na reivindicação de direitos básicos que lhes foram suprimidos, dentre eles a educação num sentido mais amplo que a escola.

As décadas acumuladas de descaso oficial em relação à escolarização da população rural refletem-se nas estatísticas negativas que pairam sobre os assentados rurais.

Em 1996, o DataFolha realizou uma pesquisa por amostragem, com 578 sem-terra em acampamentos dos estados do Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os dados resultantes dessa pesquisa corroboram a negação de sua

escolarização: 22% dos entrevistados eram analfabetos, nunca tinham estudado; 68% tinham o primeiro grau incompleto; 5% concluíram o primeiro grau; 2% tinham o segundo grau incompleto; apenas 1% chegou a concluir o segundo grau, para o ensino superior o índice foi de 0%²⁴.

Os dados coletados nos três assentamentos rurais aqui pesquisados, indicam, que o elevado índice de analfabetismo persiste entre os assentados. Pois, com relação à escolarização dos adultos, os números para os três assentamentos são muito próximos. Em média, os que se definiram como analfabetos representaram um índice de 20%. A grande maioria, cerca de 50% dos assentados que responderam ao questionário, freqüentaram até a quarta série do antigo primário, e os 30% restantes se distribuem entre o antigo ginásio e pouquíssimos chegaram até o segundo grau.

Esses dados refletem a situação da escolarização das camadas subalternas, que, mesmo tendo vivido uma fase de suas vidas em áreas urbanas, esta não significou maior número de anos freqüentando a escola.

Ao se tornarem assentados rurais, a condição de analfabeto acaba por dificultar a reprodução de sua nova situação, pois aprenderam desde a fase de acampamento que, as conquistas são decorrentes de ações e envolvem necessariamente, negociações, acordos, contratos, financiamentos, mecanismos típicos de uma cultura letrada que necessita de um saber específico.

A conscientização de sua condição, das dificuldades que representa, numa nova conjuntura produtiva, em que novos saberes são necessários, leva-os a valorizarem cada vez mais, um saber escolar para seus filhos.

Dados coletados nos três assentamentos rurais aqui estudados, e analisados no primeiro capítulo deste trabalho, confirmam a busca da escolarização como condição necessária para a melhoria das condições de vida dentro dos assentamentos. É significativo que todas as crianças em idade escolar estejam na escola, ainda que numa escola urbana. Outro dado ilustrativo dessa conjuntura, é que a grande maioria dos assentados almejam que os filhos estudem até o nível superior.

Pelos dados do “I Censo da Reforma Agrária do Brasil”²⁵, realizado entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, a pedido do INCRA, e planejado e realizado pelos Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e pela UnB, em nível

²⁴Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial, Sem-Terra, 2.

nacional, 29,52% dos assentados rurais são analfabetos e 9,89% são classificados como tendo uma alfabetização incompleta; somando-se esses índices pode-se considerar que 39,41% dos assentados rurais são analfabetos.

Para o Estado de Goiás os resultados obtidos foram: 19,63% de analfabetos e 12,65% com alfabetização incompleta, resultando num índice de 32,28% de analfabetos.

Em julho de 1997, foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) promovido pelo MST e em parceria com diversas entidades, como a UnB, Unicef, Unesco e CNBB.

Durante o I ENERA, as universidades presentes identificaram vários projetos de educação envolvendo populações rurais, em diferentes frentes de atuação: educação de jovens e adultos, ensino fundamental, formação e capacitação técnica de trabalhadores rurais etc. Além disso, os movimentos sociais indicaram uma grande demanda por educação no meio rural.

Ao final do encontro a representante do Unicef, propôs a realização de um trabalho mais amplo sobre a educação a partir do mundo rural, de sua cultura específica, ou seja, a maneira de entender e se relacionar com o tempo, espaço, meio ambiente e quanto ao seu modo de vida.

Pouco tempo depois, em agosto de 1997, as entidades envolvidas reuniram-se e aceitaram o desafio. O projeto recém-criado passou a ser denominado de *Conferência por uma Educação Básica do Campo*. sob a responsabilidade de uma coordenação nacional formada por representantes do Unicef, MST e CNBB.

Desde o início, estabeleceu-se um consenso sobre o específico da educação básica do campo, ou seja, que levem em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo. Considerou ainda, a vinculação da proposta a um projeto de desenvolvimento do campo.

A conferência aconteceu no final de julho de 1998, em Luziânia, Estado de Goiás, seu objetivo principal era discutir as práticas alternativas de outras possibilidades no campo, que não aquelas projetadas pelo atual modelo econômico e que incorporasse os níveis de Educação Infantil e de Ensino Médio.

²⁵Dados e análises publicados em: SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N.C., ROSA, Sueli L.C. (Orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, Ed UnB, 1998.

A realização do I ENERA possibilitou ainda uma outra linha de ação contra o analfabetismo no meio rural. Os participantes concluíram que os altos índices de analfabetismo, além de uma grande demanda por educação nos assentamentos rurais, eram agravados pela ausência de políticas públicas específicas para o enfrentamento do problema.

Em outubro de 1997, representantes de seis universidades, reuniram-se para discutir a participação do Ensino Superior no processo educacional nos assentamentos. Examinadas as linhas de ação decidiu-se priorizar a questão do analfabetismo de jovens e adultos, em decorrência dos altos índices encontrados.

A partir de então, foi elaborado um documento, apresentado no Fórum de Reitores, aprovado pelas universidades presentes no evento. Foi firmada a parceria entre o então MEPF, o INCRA e o CRUB.

Em abril de 1998, foi assinada a Portaria nº 10/98, que criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Segundo o documento Manual de Operações de 13/03/1998, o PRONERA se fazia necessário face à constatação revelada pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil, que mostrou a baixa escolaridade dos assentados e o alto índice de analfabetismo entre eles, tendo como média nacional um patamar de 43%. O documento considerou que os índices de analfabetismo eram inaceitáveis frente a um mercado agrícola tecnificado e globalizado, e que podiam mesmo inviabilizar o projeto de reforma agrária do governo federal.

Em decorrência desse quadro o ministro da política fundiária teria conclamado as universidades e os movimentos sociais rurais a assumirem, em parceria com o governo federal, o desafio de erradicar o analfabetismo nos assentamentos de todo país.

Ainda segundo esse documento elaborado pelo INCRA e pelo Gabinete de Estado Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), o PRONERA é considerado *a expressão de uma parceria estratégica entre o governo, as universidades e os movimentos sociais rurais*. É uma política pública específica do governo federal, cujo objetivo é *estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de educação nos assentamentos de reforma agrária*. A Educação de Jovens e Adultos foi escolhida como a primordial para iniciar-se o processo.

A idéia básica era de que os professores e alunos das universidades brasileiras se responsabilizassem pela capacitação de monitores(as) que iriam realizar a alfabetização dos assentados, sendo que os monitores deveriam ser do próprio assentamento para evitar a interrupção do trabalho. A formação dos monitores previa momentos presenciais e à distância.

De acordo com documento da UnB (Anexo 3), tendo como fonte o MEPF, o INCRA e o PRONERA, em 12/07/99, trinta projetos de educação de jovens e adultos, tinham sido encaminhados por diversas universidades brasileiras para aprovação e assinatura de convênio com o PRONERA. As metas previstas, segundo o documento, eram o atendimento de 36.640 alunos assentados em todo o território nacional.

Para o Estado de Goiás, o PRONERA, foi pensado a partir de uma parceria entre a UFG, Unb e entidades representativas dos assentados rurais, a FETAEG, a CPT e o MST.

De acordo com o documento UFG nº 17/99, foi firmado um convênio em 15/09/99, entre o INCRA, a UFG e a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), objetivando a educação e capacitação de dois mil jovens e adultos assentados no âmbito do PRONERA, segundo o Projeto *Educação e Capacitação de Jovens e Adultos em Assentamentos*.

Apresentado pela Universidade Federal de Goiás, este projeto, integrava uma ação mais ampla de intervenção na realidade do Estado de Goiás, em parceria com a Universidade de Brasília/Decanato de Extensão.

Como estratégia de intervenção, foram organizados três pólos de planejamento e distribuição dos serviços de capacitação e escolarização de monitores e alfabetização de jovens e adultos, operacionalizados nos Campi da Universidade Federal de Goiás-UFG em Goiânia e Jataí e no campus da Universidade de Brasília-UNB, atendendo o Distrito Federal (entorno), sendo este último, contemplado pelo Projeto intitulado *Terra, Educação e Cidadania*, apresentado pelo Decanato de Extensão da UnB.

A previsão de duração do projeto era de doze meses, a contar do início da capacitação dos alfabetizadores. A área de atuação inicial era restrita ao centro e sudoeste do Estado de Goiás e entorno do Distrito Federal. Pretendia-se atender 2.000 jovens e adultos assentados através dos núcleos de Goiânia e Jataí.

Segundo o convênio firmado e o projeto, seriam atendidos prioritariamente quarenta e oito assentamentos: Rio Paraíso, no município de Jataí; Água Bonita, Ponte de Pedra, Pontal do Buriti, em Rio Verde; São Jerônimo, em Caçu; Lagoa do Bonfim, em Perolândia; Vaianópolis e Hidrocilda, em Santa Helena; Azes do Araguaia, Café Abelha, Lebre, Três Marias, Flamboyant, N. Sra. Aparecida, Recanto Sonhado, em Doverlândia; Bom Sucesso, Acaba a Vida, Mosquito, Rancho Grande, São João do Bugre, São Felipe, Lavrinha, São Carlos Paraíso, Mata do Baú, Buriti Queimado, União dos Buritis, Novo Horizonte, Magali, Holanda, Vila Boa, Engenho Velho, Varjão, no município de Goiás; Boa Vista, Retiro, Retiro Velho, Tamboril, em Itapirapuã; Che Guevara, em Itaberaí; Lagoa Grande, Margarida Alves, Brumado 1, Lago Grande, São Bento, em Heitorá; Serra do Facão e N. Sra. de Fátima, em Fazenda Nova; Oriente, em Nova Glória; Vale São Patrício, em Itapaci; Nova Aurora, em Santa Isabel.

Segundo o referido projeto, seus objetivos gerais eram: *Fortalecer a educação nos assentamentos rurais de Goiás, através da participação no PRONERA, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável no Estado de Goiás e no Brasil.*

Com relação aos objetivos específicos o projeto previa: *desenvolver ação que contribua para organização de um Programa de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos rurais do Estado de Goiás, em parceria com os Movimentos Sociais e com as Secretarias de Educação dos municípios envolvidos; capacitar alfabetizadores dos assentamentos rurais para dar início ao processo de escolarização dos assentados; desenvolver periodicamente encontros de formação continuada e avaliação do trabalho aos alfabetizadores dos assentamentos; desenvolver programa de escolarização para os alfabetizadores, na modalidade supletiva, certificando-os em nível de Ensino Fundamental; constituir grupo de reflexão sobre a realidade de atendimento educacional nas áreas de assentamento, com a participação de todos envolvidos; possibilitar aos alunos da UFG aprendizado na atuação com os assentamentos rurais, estabelecendo a relação teoria/prática que contribuirá para avanço das pesquisas na área de educação rural.*

Segundo informações disponibilizadas pelo MDA²⁶, em seu *site* oficial, após três anos de atividades, foram implantados setenta projetos de educação de jovens

²⁶ Informações coletadas em Agosto/2002, no site: www.mda.gov.br.

e adultos e doze projetos de escolarização e formação técnico-profissional em nível nacional.

Entretanto, no Estado de Goiás, o PRONERA não foi iniciado. Em documento intitulado Ofício nº 374/98-PRONERA, enviado em 08/12/98 à reitora da UFG, Professora Milca Severino Pereira, o coordenador nacional do PRONERA, Professor João Cláudio Todorov, informava que, *a execução dos projetos já aprovados dependia da liberação de recursos do Governo Federal e em função dos cortes ocorridos em vários setores, incluindo o MEPF, aguardava-se a inclusão no Orçamento Geral da União de recursos para as atividades do PRONERA em 1999.*

Entretanto, segundo depoimentos de participantes do PRONERA, como a professora Luciana Coelho²⁷, da Faculdade de Educação e o agente da CPT, Sr. Luís Ório, depois de várias reuniões de planejamento, os recursos destinados ao PRONERA, relativos ao ano de 1999, foram disponibilizados somente nos últimos dias do mês de dezembro, quando não havia possibilidade de utilizá-los naquele mesmo ano que se encerrava e nem poderia ser provisionado para utilização no ano seguinte. Assim os recursos liberados não puderam ser utilizados. E o PRONERA não foi viabilizado nos anos seguintes, apesar de o projeto estar devidamente aprovado. Até o momento em que foi realizada a pesquisa nos arquivos da PROEC (Pro – Reitoria de Extensão e Cultura – UFG), o PRONERA no Estado de Goiás estava sem continuidade.

Sob a perspectiva dos movimentos sociais rurais, o debate sobre a educação rural deve contemplar novas bases, com propostas de escolarização que considerem os saberes e aprendizados dessas populações, adquiridos ao longo de suas trajetórias de vida e no próprio processo de luta, e que ao mesmo tempo contribuam com conhecimentos necessários que potencializem as ações dos assentados rurais e demais categorias sociais do campo, na defesa de seus interesses.

No entanto, estudos recentes²⁸ têm demonstrado que as políticas educacionais implementadas no Brasil e em outros países subdesenvolvidos, a partir da

²⁷ A professora Luciana Coelho, da Faculdade de Educação da UFG, campus Goiânia, foi a coordenada do PRONERA durante o período citado.

²⁸ Para um aprofundamento dessa problemática ver: CORAGGIO, José L. *Desenvolvimento humano e educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ao 5 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998. FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real* 3.ed. São Paulo, Cortez, 1999. LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista outubro*, n.3, Rio de Janeiro, 2000.

década de 1990, estão atreladas aos princípios neoliberais, que postulam a educação como um investimento.

Segundo esta ótica, resgata-se a Teoria do Capital Humano, na qual a educação é vista como um fator de desenvolvimento e deve portanto, atender às necessidades, funcionalidades e demandas do mercado, para tanto a escola deve formar uma mão-de-obra flexível, cooperativa e polivalente.

Os Organismos Internacionais são os grandes implementadores dessa homogeneização de propostas educacionais para os países pobres, impostas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Vera Maria Peroni (1999), a hegemonia neoliberal presente na maioria dos países, tem uma proposta de sociedade e de educação que é veiculada pelos OIs. A Conferência Mundial de Educação para Todos, teve como principal orientador a CEPAL, e influenciou profundamente a política educacional brasileira dos anos de 1990. Definiu a educação básica como prioritária, incluindo crianças, jovens e adultos, como a fórmula mais eficaz de redução da pobreza. Dessa forma a política educacional em curso no Brasil, na qual o Banco Mundial assumiu papel central, vincula educação e produtividade, e reflete as medidas impostas pelos OIs.

Assim, é necessário se pensar em uma proposta de educação que contemple as reais necessidades desses sujeitos sociais. Como foi demonstrado no item anterior, além dos interesses de classe em jogo na questão educacional das populações rurais, há um certo descaso oficial para com a educação escolar inicial, dessas pessoas. Isso pode ser constatado pela falta de vínculo com o contexto em que ela se insere e pela inadequação de currículos, programas e calendário às necessidades específicas das populações rurais.

A luta dos movimentos sociais do campo tem sido relevante na busca de uma sociedade efetivamente democrática, cenário em que ganha destaque a escola, pública de qualidade e a serviço dos interesses de seus destinatários.

A escola tem sido reivindicada pelas camadas populares como um espaço importante para a educação de seus filhos, não apenas no acesso, mas principalmente na busca da qualidade desta escola. No meio rural, considera-se a escola um espaço significativo para aquisição de um saber que pode representar uma menor submissão aos processos de exploração.

Os assentados rurais compreenderam a importância do saber escolarizado para uma melhor compreensão da sociedade e conseqüentemente uma maior interferência na realidade. Porém a escola oferecida às populações rurais não atende às suas expectativas.

Na luta pela conquista da terra, os assentados adquiriram clareza de seus direitos, aprenderam a questionar o poder público, e compreenderam que a escola pode e deve proporcionar novas alternativas para a melhoria de suas condições de vida, desde que se contraponha ao modelo de escola vigente no campo.

Do jeito que nós trabalhava na roça e do jeito que nós trabalha hoje é bem diferente, é mecanizado, tem que fazer análise do solo, isso tem que tá sempre atualizando. A vaca que pariu, que enxertou, tem que anotar tudo direitinho.

Tem até uma área reservada de setenta e poucos hectares pra fazer uma escola técnica pra nossos filhos aprender com a realidade nossa, do campo, pra fixar nosso filho no campo, pra poder trabalhar junto comigo. Eu sei que essa área aqui é pequena, mas se trabalhar na técnica, tem serviço pra mim e pros meus filhos. (Depoimento 03)

A constituição do *saber social* adquirido no próprio processo de luta pela conquista da terra, leva à construção de uma nova visão de mundo. Os assentados rurais nessas situações de aprender e ensinar, adquirem a consciência de seus direitos, principalmente a uma escola de qualidade e construída socialmente. Ela é considerada parte importante das estratégias de desenvolvimento rural.

A escola rural, se contextualizada, pode se tornar um elemento importante para o fortalecimento dessas populações na defesa de seus direitos, mas precisa estar combinada com outras transformações econômicas, como na política agrícola.

A escola do campo deve considerar os interesses, a política, a economia, a cultura, as formas de trabalho, de organização, valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva da realidade dos camponeses.

A escola do campo deve contemplar uma educação pela *memória coletiva*, no sentido de que cada grupo e cada pessoa, perceba-se como parte de um processo que se enraíza no passado e se projeta no futuro. E assim, poder se reconhecer como sujeito.

O depoimento da Professora Sueli da escola do Assentamento Engenho Velho, expressa sua prática pedagógica, enraizada na memória da luta, envolvendo todo o grupo, transmitindo saberes adquiridos para as próximas gerações de assentados rurais

Nunca esqueci, todo ano a gente tá falando dessa nossa luta, tô trabalhando com eles tudo isso porque falo sempre pra eles: gente essa luta é a nossa luta, é a nossa experiência, nós não podemos esquecer disso nunca na vida. Daqui alguns anos vocês vão ser pais, vão ser avós, a reforma agrária que vocês vão estar vendo nos livros é o que o governo quer, deixar escrever. Essa nossa aqui, do jeitinho que é nunca vai aparecer nos livros. Então é muito interessante que nós falemos sempre dessa luta nossa pra não perder, se esqueceu alguma coisa pergunta pro pai. O que eu quero que levem pra vida é o que nós aprendemos, deixando a escola de lado, nós aprendemos demais com essa luta nossa.

Com os meninos eu trabalho assim: um dia de história, quem tem foto traz, aí a gente faz a história do acampamento a partir das fotos, a gente escreve, aproveito pra leitura, toda parte de gramática, pra matemática, todas as matérias, ciências aproveitamos muito a época do plantio, tudo a gente joga na nossa realidade, geografia a gente estuda o lote, os limites, o terreno, a própria terra como é diferente de um lugar pro outro, mais argiloso, mais arenoso, tudo isso a gente estuda dentro dos conteúdos propostos pela própria LDB. Tenho as cinco séries na mesma sala, texto pôr exemplo, eu costumo trabalhar coletivo, cada criança dá um palpite, só que depois é dividido por etapas, o que a primeira série tá estudando, a segunda, tem todo um jogo de cintura pra até o mesmo conteúdo tá dividindo tudo isso aí. Eu trago pra casa e vou fazer meus planos de aula e eu jogo pra cada série. (Professora Sueli. Assentamento Engenho Velho)

Jacques Therrien (1993, p. 47), ao analisar as práticas de professoras rurais das áreas de assentamento, no Estado do Ceará, observou

Evidencia-se o saber social elaborado para além do espaço escolar, ou seja, em processo educativo diferenciado daquele propiciado pelos instrumentos básicos do saber sistematizado. Esse saber articulado aos interesses dos trabalhadores é o resgate das suas experiências de luta e produção, expressão de sua consciência forjada na história de vida e transformada em vida na sua práxis cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém escapa da educação, em casa na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Carlos Rodrigues Brandão

A partir do *trabalho da memória* e da constituição da *Memória Coletiva* de cada um dos grupos estudados, foi possível verificar que a luta pela conquista da terra deixou marcas profundas em suas vidas, transformando suas concepções de mundo, a partir da constituição do *saber social*, no vivido de cada grupo e nas atuações das agências de mediação, com os seus respectivos projetos.

Tais projetos nem sempre coincidem com aqueles que foram acalentados pelos assentados, ao longo de suas trajetórias individuais, o que acaba criando situações conflituosas, de confronto de visões de mundo. Os mediadores insistem em formas coletivas de trabalho; os camponeses, a sua vida está estruturada em ter o seu *chão* para trabalhar e viver com sua família. Está instaurado o conflito.

Foi possível constatar em cada assentamento a diferenciação nas formas de concepção de organização da produção, no estágio de implantação das obras de infraestrutura, bem como a capacidade de reivindicação e de pressão junto aos organismos do governo.

A partir da década de 1980, a luta pela terra assume novos contornos com a estratégia de ocupação de áreas a serem desapropriadas e convertidas em assentamentos rurais. Essa longa trajetória de luta, que produz saberes e aprendizados, não se esgota na conquista da terra; esse *saber social* foi utilizado nos novos desafios com que os

assentados se deparam nas fases de organização do assentamento e no processo produtivo.

A produção de um *saber social*, constituído num processo dialético na e pela luta da terra, a partir do trabalho das agências de mediação e no confronto com os proprietários de terras, organismos do governo e demais forças implicadas na questão agrária, potencializa as ações desses sujeitos na defesa de seus interesses.

Saberes e aprendizados foram constituídos e são acionados nos novos enfrentamentos, porque a luta desses sujeitos é mais ampla do que a conquista da terra. É luta que transforma a sociedade, que busca a inclusão social, política, econômica e cultural dos milhões de brasileiros sistematicamente excluídos ao longo do processo histórico.

Acesso à terra significa emancipação social e política, é o lugar da segurança, da fartura, da produção e da reprodução camponesa. É lugar de projetos, de pensar o futuro.

A concepção de Memória Coletiva de Halbwachs foi fundamental para a compreensão do *trabalho da memória*, realizado pelos assentados rurais, pois, ao mesmo tempo em que se resgatavam as trajetórias individuais e coletivas, o passado desses sujeitos foi sendo reconstruído, a partir de suas concepções presentes.

Assim a *memória coletiva* dos grupos estudados, constitui-se em situações de aprendizagem, nas quais se aprende e se ensina, e deve se transformar num saber a ser transmitido às novas gerações.

A questão que se pretendeu responder, foi, como a educação num sentido amplo e o ensino escolar podem contribuir para a produção e reprodução desses trabalhadores enquanto sujeitos de sua nova condição.

Ao longo deste trabalho constatou-se que sempre foram negadas uma educação e uma escola que atendessem às especificidades e aos interesses das populações que vivem e trabalham no campo.

As políticas públicas educacionais implementadas no meio rural, ao longo de todo o século XX, estiveram vinculadas às necessidades produtivas do capital e da classe dominante.

Dessa forma, impõe-se como necessário, que a educação pública respeite e valorize as diferentes identidades e saberes que compõem a cultura brasileira e que ela tenha um compromisso político com as populações rurais, nas suas diversas categorias.

A essa perspectiva parece estar voltada a proposta de educação do MST, quando propõe fazer da escola um espaço de inclusão social, buscando viabilizar uma escola diferente no campo. A escola que o Estado destinou às populações do campo, é alienada da sua realidade, parte de valores e práticas urbanas. O que se pretende é que a educação contribua para que as populações rurais tenham condições dignas de vida, que lhes possibilite viverem no campo. Para isso, o MST considera que é necessário ter uma escola integrada à luta pela terra e ao trabalho rural, com professoras(es) do próprio meio rural e comprometidas com a transformação social.

A escola deve ajudar a consolidar e avançar este modelo de desenvolvimento rural que está nascendo através dos assentamentos e que visa dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo. (Boletim da Educação – MST, 1992).

Uma escola pública e de qualidade social, que possibilite a construção de um projeto que visualize um outro futuro, uma outra maneira de viver no campo. Que possibilite uma vinculação do saber formal com o *saber social*, tornando-os um saber escolar comprometido com essa classe social.

Por outro lado, o retorno à terra significa o aprendizado de novas formas de relacionamento com a natureza, numa tendência preservacionista, na busca de novas práticas produtivas, materializam uma dinâmica de “recriação do rural”, sem prescindir de seus saberes e sua cultura e ainda de novas formas de se viver no campo, com energia elétrica, casas, transporte, saneamento etc.

Os dados analisados e os depoimentos colhidos, autorizam a conclusão de que a constituição da *Memória Coletiva* de cada grupo, resgata esse *saber social* e o reconstrói em novas bases, pode ser transmitido e estendido a outras esferas da vida social e no enfrentamento da situação de precariedade em que vivem os assentados, pela falta de uma política agrícola e agrária, comprometida com esses novos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2.ed. São Paulo-Campinas: Ed. Hucitec/Ed. Unicamp, 1998.

ALENCAR, Maria A. G. de. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)*. Goiânia: Ed. UCG, 1993.

ARROYO, Miguel G., FERNANDES, Bernardo M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BERGAMASCO, Sônia. M. e NORDER, Luís. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Barsanufio G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1987.

BRAGA, Elizabeth dos S. *A constituição Social da Memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. 33.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Memória Sertão*. São Paulo: Editorial Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

_____. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. ed. rev. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRANDÃO, Carlos R., RAMALHO, José R. *Campesinato Goiano*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

CALAZANS, Maria J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural. In: THERRIEN, J. e DAMASCENO, M. N. (Orgs.). *Educação e Escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli S. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e reforma de base. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. Tomo III, vol. III. São Paulo: Difel, 1983. p.121-224.

CAMPOS, Francisco I. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1987.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 8.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CAUME, David J. *A tessitura do “assentamento de reforma agrária”*: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG/Ed. da UCG, 1996.

CRUZ, José A. da. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no médio Araguaia-Tocantins*. Goiânia, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

D’INCAO, Maria C. e ROY, Gérard. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987.

DUARTE, Elio G. *Do mutirão à ocupação de terra: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Eudson de C. A educação que interessa à “classe trabalhadora rural”. In: TORRES, Artemis (Org.). *Mato Grosso em Movimentos: ensaios de educação popular*. Cuiabá, Ed UFMT, 1994.

FLORES, Maria M. *Escola nucleada rural: histórico e perspectivas Catalão-GO (1988-2000)*. Uberlândia, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

GERALDI, Corinta M. G. A cartilha caminho suave não morreu: MEC lança sua edição revista e adaptada aos moldes neoliberais. *Revista da AEC*, nº 100, set. 1996. P. 101-128.

GODOI, Emília P. de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais e educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999b.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

GRZYBOWSKY, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. In: *Revista Contexto e Educação*. n.4, Univ. Ijuí, 1986.

_____. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

_____. *Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOLLING, Edgar J., NÉRY, Irmão, MOLINA, Mônica C. *Por uma educação básica no campo*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LEITE, Sérgio C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LINHARES, Maria Y. e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, Walderês N. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

MAIA, Eni M. Educação rural no Brasil. O que mudou em 60 anos? *Revista ANDE*, ano 1, n.3, 1982, p. 5-11.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: WERTHEIN, J, BORDENAVE, J.D. (orgs.). *Educação Rural no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 249-270.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

____. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

____. *O cativo da Terra*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, José de S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio. (Orgs.) *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MINAYO, Maria C. de S. *Pesquisa Social*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1976.

NORONHA, Olinda M. *De camponesa a “Madame”*: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A agricultura Camponesa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PALACÍN, Luiz, MORAES, Maria A. S. *História de Goiás*. 3.ed. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1981.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Camponato Brasileiro*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

PERONI, Vera M.V. *A redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil dos anos 90*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP.

PESSOA, Jadir de M. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: Ed. da UFG, 1.997 a.

____. Ajuntando os cacos: a conquista da terra como reconstituição do simbólico. *Fragmentos de Cultura* (Goiânia), Rev. do Ifiteg, v.7, n.23, 1997b, p.25-40.

____. Artigo 28 sem rodeios: a educação rural na nova LDB. *Fragmentos de Cultura* (Goiânia), rev. do Ifiteg, v.7, n.28, 1997c.

____. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999a.

____. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1.999b.

____. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. *Revista Brasileira de Educação* – ANPED, São Paulo, n.10, jan./abr. 1999c, p. 79-89.

PINHEIRO, Ana M. *Assentamentos de reforma agrária em Goiás: processos de organização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

QUEIROZ, João B. F. de. *O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás*. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROMEIRO, Adhemar, GUANZIROLI, Carlos, LEITE, Sérgio. (Orgs.). *Reforma Agrária: o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, Ibase, FAO, 1994.

SANTOS, Raimundo. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C., SANTOS, Raimundo, COSTA, Luiz F.de C. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.35-58.

SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C. e ROSA, S.L.C. (Orgs.) *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista, *Estudos Cebrap*, nº 26, São Paulo, pp. 41-80, 1980.

TERRIEN, Jacques, DAMASCENO, Maria N. (coords.) *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DOCUMENTOS CITADOS

GABINETE DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA e INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Manual de operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Brasília, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS. SR 04, Relação dos projetos de assentamentos criados no Estado de Goiás. Goiânia, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM - TERRA – MST . Boletim da Educação, 1992.

PRONERA. Coordenação Nacional. Ofício nº 374/98 de 08/12/98. Brasília, 1998.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Decanato de extensão. Relação de Projetos de educação de jovens e adultos encaminhados a assinatura de convênio com o PRONERA. Brasília, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – Convênio UFG n.º 17/99, celebrado com a Fundação de Apoio à pesquisa e o INCRA para implantação do PRONERA. Goiânia, 1999.

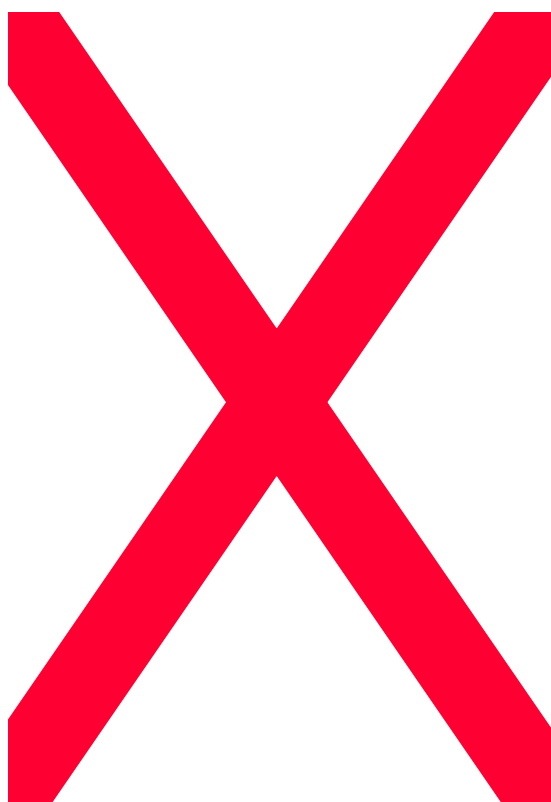
A N E X O S

Anexo 01 - Mapa, localizando os três municípios

Anexo 02 - Exemplo do questionário aplicado

Anexo 03 - UnB/Decanato de extensão

Anexo 04 - Depoimento 03



ANEXO IV

Assentamento Che Guevara
Depoimento 03
Data: 05.05.2002

Margarete: eu gostaria que você contasse a história de sua vida e do assentamento

Eu nasci na região de Itaberaí, no povoado chamado em 1968, naquelas fazendas por perto onde eu fui criado, até os 8 anos, aí meu pai mudou pra outras fazendas mais perto de Itaberaí, fazenda dos Cordeiro, que eu tenho parente demais, nós somos de família de gente que veio de Minas, de Martins Campos, então os Cordeiros é basicamente uma região onde o pessoal de minha família comprou uma área de terra, então é tipo um povoado, então a família de meu pai foi pra lá, os Cordeiro, ali nós fomos criados até os 10, 12 anos, basicamente, na roça, depois nós fomos pra cidade, meu pai adoeceu, uma doença séria, pôr causa do tratamento viemos pra cidade, nesse intervalo minha mãe adoeceu também, foi muito difícil, nós morava debaixo de um rancho de palha, então nossa infância foi assim uma infância muito sofrida, uma hora nós ficava com meu pai, outra ficava com parente. Nós era muito discriminado, cheia de restrições, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Então praticamente nós fomos criados dentro do mato, na beira dos corgos, em contato com a natureza mesmo, então tudo o que acontece, todo tipo de planta que tem na beira de um corgo a gente conhece porque foi criado lá. Os cordeiros trabalhava de agregado, aí como nós foi pra cidade, nós trabalhava na cidade, minha mãe também, só que ela teve fogo selvagem, hoje uma doença facilmente tratada no HDT, só que antigamente não, a pessoa ficava fedendo ali, então o pessoal isolou minha mãe. Meu pai tinha problema cardíaco, e foi um sofrimento terrível pra ele, mas mesmo assim ele foi tentando criar nós. Aí meu pai começou a fazer colchão de capim na época, aí tirou nós da mão dos parentes. Meu pai tratava em Itaberaí e minha mãe no HDT, em Goiânia. Então, papai ficou na cidade, começou a construir uma casinha de adobe, nós ganhou um terreno e começou a fazer artesanato, balaio, cestos, aí eu aprendi com ele também, desde os 10 anos, que eu ficava lá na roça, quando eu vinha pra cá eu ajudava ele a fazer, então praticamente comecei a trabalhar com ele, e pegamos junto, e aí comecei a estudar velho, com quase 10 anos. Isso é incentivo dos meus pais, sendo analfabetos, meu pai era analfabeto de tudo, minha mãe lê, aí eu peguei, comecei a estudar porque eu via que tinha necessidade de estudar, não porque meu pai falou pra estudar, ele fez minha matrícula e me jogou na escola lá, eu no dia a dia estudei pôr necessidade, porque eu vi que a vida que nós vivia era muito difícil mesmo.

Meus irmãos começaram a estudar e logo foram desistindo, o único que continuou estudar foi eu. Ai o serviço de artesanato tava ruim, trabalhava assim na entresafra, mês de junho até setembro nós fazia cesto de bambu e colchão de capim, na época da chuva nós ia trabalhar de bóia-fria, trabalhava na fazenda, sempre voltada com meu tio, lá nos Cordeiro, ganhava pôr dia de trabalho. Eu continuei estudando, terminei o primário, fiz o ginásial e comecei o segundo grau, ai tinha que estudar a noite, e a noite tinha muitos problemas, o que acontecia era o seguinte, tinha professor que passava 10 pesquisas, leitura, fazer uma redação pôr dia e pra nós que trabalhava era praticamente, o professor na verdade as vezes não via que eu tava despercebido na escola, não sabia que estava cansado nem nada, ele queria que estudava, ele pensava que tava com preguiça, mas na verdade eu tava era cansado, tava esgotado, ai foi ficando difícil. Até a oitava série meu pai, com todos os problemas, as coisas ficavam difícil ele segurava as pontas. Eu estudei o ginásial mais tranqüilo, ai o pai morreu, ai minha mãe muito radical não aceitava que eu estudasse, eu fazia enfermagem de manhã, computação a tarde e magistério a noite, eu gostava demais de estudar, minha vida era estudar, meu sonho era estudar. Não deu certo, papai morreu eu tava com 19 anos, as coisas não dava certo, ai fiz um supletivo no projeto minerva, dez matérias, fiz o segundo grau em 3 dias, passei em tudo, fiquei devendo química, até hoje devo ainda. Ai não encontrava trabalho, o curso de enfermagem não dei conta de terminar, o curso de computação que eu fiz era aquele Basic e Cobol já não tava prestando mais, era atrasado, pessoal veio pra cá com esse curso de computação, já veio atrasado pro interior. Antes meu pai tinha me mandado pra Goiânia pra fazer o Científico lá, mas meu pai adoeceu demais, ai tive que voltar, eu estudava lá no Canaã, tinha professores bons, morava na casa de uma tia minha lá no Cidade Jardim. Fui pra lá e não conseguia emprego, não tava dando certo, meu pai muito doente, tive que voltar, foi até bom nesse intervalo que eu voltei, ele não resistiu mais e morreu. Praticamente, meu mundo parou e eu não consegui mais nada. Ai namorei com a Auxiliadora, tava com 23 anos, ela engravidou, a família muito radical não queria saber nem porque e nem quando, tinha que casar. Ai eu também já fui criado naquele sistema com meu pai também, gente da roça engravidou tinha que casar, ai abandonei tudo e casei com ela. Uma dificuldade, não tinha uma cama pra dormir, casei tinha que casar, quando eles ficaram sabendo tava grávida de 4 mês, mês de agosto, casei no mês de agosto mesmo, meio que pressionado porque a mãe dela é viúva daquela família sistemática, não é que eu não gosto dela não, eu gosto só que não tava no momento, não tava conseguindo conciliar nem minha vida direito. Eu não sabia ainda o que era uma despesa de casa, casei não tinha nem uma cama, ai meti o pau e fui fazendo cesto, trabalhando, trabalhando, trabalhava dia e noite, na entresafra ainda trabalhava de bóia-fria, morava junto com minha mãe, essa casa que tá até hoje lá em Itaberaí, fiz um barracão pra minha mãe. Ai surgiu essa luta, dos sem terra, mas eu era simpatizante deles desde muito tempo, politicamente sempre tive meu partido, geralmente quem sofre muito e tem consciência sempre é a esquerda. Antes eu já lutava em alguns movimentos, eu mesmo um dia fiz um movimento lá em Itaberaí, ocupei um terreno da CELG e a conseguimos casa pro pessoal lá. A prefeitura resolveu abrir um loteamento lá e deu terreno lá pro pessoal. Assim, os problemas sociais eu já soube bem antes, pela própria questão de vida que eu vivi. Um pouco a igreja, se você tem ouvido e começa a ouvir as coisas e se tiver sentimento, o padre falando coisas, nas escola algum professor que é mais radical, se começa pegar um pouco daquilo e se você já vem de uma história de sofrimento, de vida difícil, você quer colocar aquilo em prática, mesmo que aquilo seja quase impossível, mas de repente é um grãozinho a mais naquele mar. Perto de casa tinha uma igrejainha, uma capelinha, que eu freqüentava em Itaberaí, e as coisas tava difícil, passou 4 mês a Auxiliadora ganhou neném, e lutando, lutando, fiz uma casa, comprei uma caminhonete velha pra pegar os bambu, mas mesmo assim tava difícil demais. As coisas caminhou porque eu tava vendendo muito balaio, muito cesto, mas eu sabia que não agüentava aquele ritmo muito tempo, porque o pessoal já tinha inventado um cesto que não era de bambu mais, era de plástico, e era bem mais resistente e mais barato, mais prático. E o pessoal não tava mais comprando balaio, já não tinha mais colheita de milho, que na região é tudo de colheitadeira, mas tinha o pessoal tratava de gado e usava o balaio. E de repente o pessoal começou a ver que a umidade da ração apodrecia o balaio de bambu e começou a usar o de plástico. Ai eu já não tava vendo situação pra mim. Pra concorrer a um emprego público era difícil os outros tavam estudando e eu desatualizado, uma pessoa que estuda na escola particular, que tá atualizado, que lê um livro todo dia é uma coisa. Eu não via outra alternativa pra mim, a não ser, porque eu sei que eu sou do campo, eu trabalhava e estudava, mas eu sabia que meu destino ia ser na roça, no campo. Eu sou da roça, eu nasci na roça, fui criado na roça, mesmo morando na cidade pra estudar, as vezes tinha até um serviço melhor pra mim na cidade, mas eu preferia ir pra roça. A minha vida é a roça, se tirar eu daqui, as vezes eu vou na casa da minha mãe e fico imaginando, se eu já fui um dia da cidade. Hoje nos tamo com 6 anos que está nessa luta, não sei mais o que é cidade. As vezes é preciso ir na cidade, como o concurso de agente de saúde, eu tive que pousar na casa de minha mãe, foi terrível. Eu passei no concurso, os outros

concorrentes eram mais fracos um pouco, e é uma ajuda a mais e eu mexo com a comunidade, vai facilitar um pouco. Vou Ter que fazer um estágio lá, apesar de que eu estudei um pouco, que eu fiz curso de enfermagem, só fiz o teoricamente, não fiz estágio nos hospitais porque não deu pra fazer, o estágio era em Goiás Velho, eu fiz o curso em Itaberaí, e eu não tinha dinheiro pra pagar as passagens e minha mãe já tava de saco cheio de ver eu estudar e não tinha emprego, não tinha nada. Ai eu queria entrar nessa luta, a Auxiliadora já tava grávida do segundo menino, ai eles ocuparam aqui. Essa fazenda aqui, você sabe que ela era improdutivo, já estava formando um grupo pra ocupar essa fazenda, já tinha umas famílias organizadas, tive um susto de que tinha entrado gente nessa fazenda, o pessoal do MST, eu nem sabia o que era MST. Ai eu fiquei doído, queria ir e a Auxiliadora grávida. Ai ela ganhou neném, com 3 meses, eu falei pronto eu vou entrar ela concordou. Minha família quase bateu em mim e disse que eu já tava indo bem, que eu já tinha carro. Mas eu sabia que as coisas pra mim já tava miando, já não tava dando mais o cesto não tinha futuro e pra Ter um emprego eu tinha que voltar a estudar e como? Eu radicalizei, passei pôr cima da família da Auxiliadora, falei não vocês já fez eu casar e passei pôr cima de todo mundo e meu irmão queria bater em mim, mas hoje é assentado também. As vezes até comigo mesmo, eu briguei muito antes, aquela coisa, deitava na cama e rolava e pensava, gente eu vou tomar terra do outro, porque sempre fazenda é daquela pessoa, eu to fazendo errado, mas já entrei no terreno da CELG uma vez, apesar de que era uma empresa. Agora é de uma pessoa, mas eu vou. E Auxiliadora concordou, peguei meus trenzinhos tudo e pus na caminhonete. Ai não tinha vaga, eu conversei até que consegui uma vaga aqui no acampamento, ai vim pra cá, foi no mês de agosto de 1996, tavam na beira do rio, já tinha entrado e tinha saído, ai nós veio pra luta. A hora que eu cheguei, que deparei com aquele tanto de barraca, não sabia o que era um acampamento não, nunca tinha visto aquilo. Tinha visto na televisão, mas na televisão é tudo bonito, arrumadinho. Aquele tanto de barraca, meninada chorando, cachorro, o povo olhando em mim eu olhando o povo, se já viu aquela história que o bicho ataca se a gente tem medo, eu tava com medo do povo e o povo tinha medo de mim. Todo mundo que entra no acampamento é suspeito, eles falavam que era polícia. Eu conversei primeiro com o Luís Ório que trabalha na CPT, ele pegou falou que encaminhava pra mim, conversei com alguns coordenadores que iam pra Itaberaí, ai surgiu uma vaga; tinha três, duas foi preenchida e essa minha. Eu queria vim mas na hora foi um susto grande demais, ai fui montar minha barraca de plástico, a mulher chorava, ai eu chorava também com aquela situação pensava que era uma ilusão. Fica tentando vencer o inconsciente, é jogar no escuro, se não sabe se vai sair a terra mesmo ou se é uma ilusão. Ai você começa a pensar, eu vou ficar ao menos 15 dias aqui. E comecei, fiquei 15 dias e ai falei não vou ficar 30 dias, e ai fui lutando, lutando ai depois fui tomando gosto pela luta e o pessoal logo começou a me dar cargo no acampamento, trabalhava na área de saúde, depois fiquei sendo coordenador e fiquei sempre mexendo, ajudando a negociar lá dentro manter a organização interna, minha mulher também trabalhava, ai nós foi tomando gosto pela coisa, passava necessidade, comia um arroz da cesta, um feijão que era um prego, o prego derretia o feijão tava ficando bom de tão duro que era, inicialmente era cesta do governo, você cozinhava o arroz, quando tirava a tampa quase caía de costa com o cheiro de mofo, era terrível. Tinha vez que não tinha nada, tinha que cortar um palmito, quando fez a primeira ocupação foi pior coisa, enfrentar capataz do fazendeiro, atirador atirava em nós, uma bagunça. Depois nós entrou pra dentro dessa serra ai, ficamos enfiado lá dentro; não entrava ninguém, não saía ninguém, a polícia fechou, não era fácil não. Passamos fome, as vezes se via criança passando fome, não tinha remédio, tinha que se virar; saía pra matar em busca de raiz, que meu pai era 'raizeiro', ajudava também. É difícil mesmo, a chuva vinha arrancava sua barraca jogava no chão, ao mesmo tempo que cê tava acomodado, cê já tava no relento, tomando chuva; era você de um lado segurando barraca, mulher no outro canto, o vento batia, nossa senhora; isso foi um dos pequenos ainda. Depois, nesse período de luta eu fui preso, machucaram eu na cadeia. Foi muito difícil pra mim. Ai eu fiquei birrento, porque no início eu falei vou ficar 15 dias, depois 30, como falei, ai falei não só saio desse trem no fim, quando tiver a última barraca ai sai a minha, embirrei mesmo. Era a luta, eu tava mais disposto perder a vida na luta do que voltar pra trás, se fosse pra mim escolher. Já não era mais questão de terra não, era questão de honra porque minha situação na cidade já era difícil, chegava lá era discriminado, chamado de sem terra, vagabundo. A minha família mesmo, irmãs, meus cunhados conversando perguntava porque eu não ia trabalhar, me chamava de vagabundo. Era muito difícil pra gente ouvir essas coisas, pra mim que até então nunca tinha ouvido, minha vida foi basicamente criado na honestidade, meu pai criou nós, se tivesse um lápis a mais na 'capanguinha' da gente, meu pai fazia a gente voltar, mesmo que tinha achado na estrada, tinha que deixar lá na sala de aula porque não era seu. Então nós foi criado nesse sistema, era muito difícil agüentar as humilhações, vagabundo, preguiçoso, tanta coisa. Quando tocava pra mim ir na cidade pra buscar remédio, na prefeitura, a mulher do prefeito foi professora minha, fui buscar remédio, tinha doação eu fui buscar com a caminhonete, ela perguntou se eu não ia trabalhar não. Nós

tinha até queimado a patrola deles aqui, eles queria abrir estrada pra tirar nós lá de dentro, ateamos fogo na patrola, a população revoltou com nós, mas o pessoal não sabia que aquilo lá era meio de nós se manter na terra, porque não tinha estrada, pôr isso não tinha como entrar lá. O primeiro serviço da prefeitura foi botar uma patrola pra abrir estrada pra tirar nós. Sendo que nós fez campanha pro prefeito, fez tudo, nós foi lá pediu pra ele tirar a patrola, não tirou não. Ele era desse partido do Fernando Henrique, o PSDB, se ele fosse do PT nós tinha queimado a prefeitura, nós não aceita uns trens desse não. Pôr isso nós queimou só a patrola, e a população ficou contra nós. Nesse intervalo outros acampamentos dava reforço pra nós quando a polícia fechava nós, pra tirar nós, no conflito mesmo, ai um dia nós deu reforço pra Floresta, que era outro acampamento. Lá eles tinham um conflito, um massacre foi terrível; a polícia chegou lá as 4 horas da manhã e já chegou batendo, nós revidamos, eles batia em nós, nós apanhava; imagina eles com bomba, cachorro, de policial nunca vi tanto, parecia que tava brotando polícia do chão, que era noite, quando eu acordei, que levantei, porque a guarda nossa falhou, era muito mais de mil policial. Nós sabia que vinha muita polícia pra tirar nós, mas nós tava negociando pra sair sabe, ai o governo pegou e mandou esse povo em cima de nós, era na Floresta, nós tava dando reforço. Eles batiam de um lado, de outro, ai eles foram pra pegar uma mulher e eu peguei fui dá socorro, a mulher tava batendo com o facão, o cara batendo com o fuzil, eu fui pro lado dessa mulher e eles jogaram uma bomba em cima de mim, explodiu, fiquei meio tonto mas ainda catei a mulher pelo braço e fui arrastando pra eles não baterem na mulher. Ela tava com um facão e eles tavam doidinho pra pegar essa mulher. Quando eu sai de lá eles bateram com o cacetete na minha cabeça e eu cai, não vi mais nada. Eles me amarraram com corda, não colocou nem algema, e levou pra cadeia. Lá eles fizeram muita pressão em cima de nós, queria bater, não chegou a bater em nós não mas, fez muita pressão psicológica. Nós ficamos 2 dias e uma noite presos, eram 40 pessoas numa salinha, pra sentar tinha que revezar. Chamavam a gente de arruaceiro, acusava de formação de quadrilha, é tanta coisa que eles inventa, a gente não entende de lei, é tanta bandidagem que a gente se torna lá, que eles arrumam pra gente lá, que eu não sei nem o que é, mas foi um punhado de coisa. Ai tinha um advogado do MST e outros advogados simpatizantes da luta que ajudou e tirou nós, e entidades também, faculdades enviaram fax, muitos lugares, veio faz até da França pedindo ao governador pra soltar nós e interferir nessa questão e ai ele soltou. Tivemos outros conflitos aqui na fazenda, quando tinha gado, com policial, só que acabou bem, prenderam alguns companheiros nosso, mas acabou bem, foi muito sofrimento. De acampamento a única coisa de bom foi o aprendizado que eu tive em conviver com o ser humano, saber os limites do ser humano e saber que você tá lutando pôr justiça, na verdade a reforma agrária é justiça. Você ter um lugarzinho pra você morar, você sonhar, pelo menos ter futuro. Praticamente, aqui tenho coisas dentro do quarto que dá pra mim passar o ano. O resto do ano eu vou sonhar, vou tentar dar uma escola melhor pra meus filhos, vou investir mais numa vaquinha, então isso que é o bom. De ruim tem de tudo, fome, a fome é doído demais, quem passou fome mesmo, até eu tinha passado uma vida difícil com meu pai, mas nunca tinha passado fome, aqui muitas vezes, eu tinha o que comer dentro da minha barraca mas eu preferia passar fome e dar para uma criança, como fiz e outros companheiros já fez, e fica, passa com alguma coisinha. A fome dói; dói demais da conta, dá vontade de roubar, de matar, de tudo, as vez a gente vê a criminalidade no país, as vez nem é a fome mas não tem perspectiva de futuro, ele faz aquilo ali, é uma fome de justiça. Apesar que eu nunca cheguei nesse estágio de roubar não e nem aconselho ninguém roubar não, mas é que a fome, os anseios da gente, é o mais doído, de você deparar com a realidade. Que a realidade da gente, muitas vezes sair de noite, no escuro pra buscar comida; nós saímos debaixo de chuva, lá na cidade o povo fazia doação, mas lá na serra lá confinado, tomando chuva, com frio. Ruim também era ficar de guarda, nunca tinha pegado numa arma e tinha que pegar numa arma qualquer lá. Não pra polícia, nem pôr ninguém, mas pra evitar duma cobra, duma coisa, se ficava em cima de um pau, vigiando, a noite inteira ali, com frio porque não tinha agasalho, em cima de uma árvore que ficava naquela serra lá, que eu olhava a fazenda inteirinha, qualquer luz que aparecesse extraordinária na fazenda, polícia pra tirar nós, capanga que tinha no mato, atirador, tinha que ficar a noite inteira vigiando, controlando, a gente nunca foi, porque a gente é trabalhador, eu me considero trabalhador, e virá um guerreiro, porque na verdade você não é mais um trabalhador, na época de acampado você se torna um guerreiro, mesmo. Porque eu ficava em cima de uma árvore a noite inteira com uma arma na mão, esperando não sei o quê. Mas tinha que tá ali, não podia dormir porque sabia que tinha mais 300 famílias dependendo de você ali. De repente se você dormisse na guarda ali, podia furar e a polícia tirar a gente dali ou entrar um capanga do fazendeiro e machucar alguém, como muitas vez nós conseguimos pegar. Então era ruim demais, o fazendeiro era muito poderoso, o Marcelo Malzone era afilhado do Íris Resende, o Íris confirmou um dia. Praticamente a gente sabe que ele era um 'testa de ferro', o cara não tinha condições de fazer tudo aquilo; então tinha um arsenal, qual fazendeiro qualquer ia dar conta de manter um arsenal de polícia

aqui. Tinha vez que chegou aqui mais de 2000 policial, com cachorro, com helicóptero, com Rotam, todo o esquema de mexer com bandido lá em São Paulo, aqui nós tinha pra nós; caixão, vinha os caixão assim amontoado em cima do caminhão, aquilo pra nós era uma tortura psicológica. Pra nós, que era mais um guerreiro do que um acampado, aquilo era uma tortura, vinha tudinho; nossas famílias viam aqueles caminhão de caixão passando, vinham em cima da gente, querendo tirar a gente; vinha médico, aquela coisa, a gente pensava agora vai matar mesmo; trator de esteira pra subir lá onde a gente tava acampado, escutava o barulho do trator derrubando mato pra ir tirar nós. Helicóptero descia quase em cima das barracas, o vento derrubava as barracas. Você que é simplesmente um trabalhador rural, se tornar um guerreiro, guentar aquilo ali, jogar foguete em helicóptero vê se deixava nós descansar um pouquinho, pra nós dormir. Eles queriam tirar nós pelo cansaço, quando liberava nós pra sair, eles ficavam aqui dando busca. Jogava nós num ônibus, uns velhinhos coitados, não tinha condições de comprar nem um par de chinelo, eles empurravam nós, batia com a mão, todo tipo de humilhação pra ver se eles derrotava nós, mas só que eles não sabiam que com o tempo você já não era mais simplesmente um sem terra, cê já era um guerreiro, cê já tava ali ou pra morrer ou pra qualquer coisa, mas embora cê não ia, já tava teimoso, depois de 3 anos de luta. Acampamento foi de 1996 até 2000, foram 5 ocupações e 4 retiradas. Na segunda ocupação, chegamos aqui na sede não deu pra ir mais, nós passamo a noite dentro do curral, aí teve confronto com os capangas dos fazendeiros, eles tiraram nós, aí amanheceu o dia nos acabamos de chegar lá na serra, ficamos um período de 3 meses; a terceira ocupação foi a mais longa, ficamos quase um ano lá dentro da serra. Eu que nunca tinha participado de ocupação, a ocupação é rápida, se tem que organizar tudinho, as vez até escondido, assim arrumar caminhão escondido até dos próprios companheiros, as vez tinha um companheiro que tava lá como espião, sempre teve, nos acampamentos tem esses tal de P2, esses policiais disfarçados, no meio do acampamento tinha esses caras, então, não dava nem pra avisar o pessoal quando ia ocupar ou não. De repente, a hora que chegava os caminhões, o pessoal tinha praticamente 30 minutos pra desmontar barracas e jogar aquele trem no caminhão e sair. Não dava tempo não, muitas vezes a polícia ficava vigiando o asfalto, muitas vez nós saímos pra fazer a ocupação com a polícia na frente, tentando tirar nós. Na última ocupação mesmo, quem manteve a ocupação foi as mulheres praticamente, nós não conseguimos arrumar caminhão aqui mais, aí fomos lá pá Goiás, aí os caminhões não davam pra pôr todo mundo, aí chegamos lá tinha polícia na pista, mas era só uma viatura nós era muitos, nós pôs essa viatura pra correr. Muitas vezes os policiais tinham de correr porque era só um pra enfrentar aquele tanto de gente com um revolver, não dava. Aí nos pegou e ocupamos, acabamo de fazer a ocupação, atrasou pôr causa do caminhão, já tava de dia, começou era 2 h da manhã, acabou de chegar na fazenda, o caminhão não subia mais pôr causa da serra, tivemos que fazer o transporte tudo nas costas. Aí os homens tava transportando as coisas nas costas e as mulher pegou as foice e os facão, foi e enfrentou as polícia, foi lá e fizeram um cordão e parece que as polícia tem mais medo de mulher, porque parece que mulher tem menos juízo do que homem, porque mulher quando fica nervosa fica mesmo. E as mulher guentou, a última ocupação foi as mulher que aguentou mesmo, com criança junto; nós viramos as costas e não demos moral e continuamos a carregar as coisas, porque se nós fosse dar moral pra eles ia chegar mais polícia; quando nós acabou de carregar as coisas mas juntou polícia viu, aí nós recolheu as mulher e entrou pra dentro da serra, aí eles não entrava não, se entrasse lá dava confronto né. E mais nós fazia tudo, barricada, furava o chão, todas as vez que tiraram nós foi negociado. Só a primeira vez que eu não participei, foi tirado a força, as outras vezes foi negociado. Negociado assim, porque eles prometiam fazer a vistoria, a primeira ocupação que fizeram eles vieram e fizeram uma vistoria, deu improdutiva, na segunda ocupação deu improdutiva outra vez, aí eles tiraram e prometeram que iam fazer o assentamento do pessoal esse era o argumento do governo, fazer outra vistoria e tem tanta coisa, tanta instância pra recorrer, recorreram em outra instância aí deu produtiva, o fazendeiro fez o laudo e começou as contradições, entre o laudo do fazendeiro e do INCRA, mas vê se tem condição do fazendeiro fazer o laudo da fazenda? Um absurdo, e é aceito ainda pela justiça. Se deixasse pôr conta do governo, pôr conta da justiça aí tinha ficado, senão fosse as entidades, algumas faculdades, a igreja, as vez envolveu até alguns país de fora, o fazendeiro tava com ela até hoje. Mas quando dependeu de algumas entidades participando aí nós conquistamos, mas pôr luta nossa né. Pôr conta do governo nós não taria assentado aqui hoje, e talvez até da justiça porque recorreu até a última instância, na 4ª vara federal, na época o juiz era aquele Jesus Crisóstomo, não sei se é ainda, aí que deu definitivo a área improdutiva e para reforma agrária e precisava ser leigo na coisa pra ver que a fazenda era improdutiva. Chegava aqui, toda a parafernália, todas as coisas quebradas, abandonada mesmo a fazenda, isso aqui era tudo mato, cheio de juquirá. Tinha só um vaqueiro pra dar conta de tudo.

Margarete: vocês tiveram ajuda de quem?

Tivemos um pouco de ajuda da CPT mas, a força mesmo era do MST. Tinha a coordenação estadual, que formava o grupo, tinha também a representação nacional, de outros estados, do sul, um pessoal mais entendido da luta que veio pra cá, mais experiente que já tinha muito tempo de acampamento, que deu a força maior e hoje infelizmente, a memória dos assentados é muito fraca, o MST queria um tipo de assentamento, e não sei se é a nossa cultura da região centro-oeste, cerrado aqui, não deu pra fazer o assentamento que eles queria e infelizmente, o MST, logo depois que fez o assentamento, foi praticamente banido daqui do assentamento. Ai começou a entrar políticos aqui no meio e o MST não queria e o pessoal muito memória fraca tirou o MST daqui de dentro. O MST tinha uns projetos bons aqui pro assentamento, coletivo, semi-coletivo, apesar de que o MST não impôs nada pra gente fazer, mas o pessoal. O MST tinha a posição dele, pôr exemplo contra a venda de lote, não aceitava a venda de lote, e tinha muita gente que veio pra cá, no meio de nós, apesar de passar 4, 5 anos dando canelada, que nessa época tinha disciplina, tinha as equipes de higiene, o pessoal que bebia dentro do assentamento nós mandava embora, que roubava dentro do assentamento nós mandava embora, deu uma peneirada boa, o pessoal mais ruim foi tirando, que não fazia parte da luta mesmo, que não tinha disciplina, não tinha nada. Mas no meio de nós ainda ficou muitas pessoas camufladas, entendeu, que não era da terra, tava aqui com interesse maior de pegar essa terra e vender, como teve aqui, então o MST não aceitava esse tipo de gente, queria que essas pessoas, até no dia de assentar, fosse tirada daqui, mas o INCRA passou pôr cima do MST assentou as pessoas, e essas pessoas criou força aqui dentro e tirou o MST daqui de dentro, e ai tá como tá o assentamento hoje, as pessoas vendendo parcelas, infelizmente tem muita venda, o INCRA tá sendo passivo nessa situação, tá aceitando, muita gente aqui dentro do assentamento hoje que comprou 3 parcelas, não mora aqui, tem dono de farmácia, tem funcionário público que trabalha na prefeitura que tem lote aqui e não mora aqui, tem gerente de banco que tem parcela aqui dentro e as vez que tentei falar isso ai pro rapaz que vem cá, ameaçou eu ainda que eu tava falando demais era perigoso até eu perder a parcela; eu to tranquilo, o dia que eu falar alguma coisa errada, que não for verdade, você pode me tirar da minha parcela, eu falei pra ele. Isso tá tendo aval do pessoal do assentamento porque o pessoal aqui não entende o que tá acontecendo. O INCRA tem interesse no que acontecendo, vem aqui e fala que não pode vender mas, na mesma hora ele fala pra organizar que vai regularizar esse lote que já comprou mas, não compra mais, aquela coisa. Se não imagina, tem gente que tem parcela aqui pra passar final de semana, essa parcela ai do lado, o rapaz parece que é agrônomo o irmão dele é que mora aqui, o que tem haver isso com reforma agrária? O INCRA é então um órgão muito vagabundo, falo na frente de qualquer um, de ver essa situação aqui. Até 2 anos atrás, na época de pré-assentado, eu tinha a honra de falar que eu era assentado, hoje eu tenho vergonha de falar que só assentado no assentamento, pôr ver esses desvios que tem aqui, pessoas que pegaram parcela e tão vendendo, o INCRA aceitando, o cara pega o dinheiro, tinha que fazer os projetos tudo direitinho, compra o gado, fazer a casa, o cara recebeu o dinheiro e não comprou gado, não arrumou nada na parcela e ainda se acha no direito de vender a parcela e o INCRA vem cá e faz uma avaliação se pode ou não o cara que comprou, quer dizer o INCRA não podia aceitar tinha que Ter tirado esse cara daqui e quem comprou tinha que tirar também, pega alguém lá da barraca que tá passando fome, necessidade, pra ficar. As vezes as pessoas fala que é melhor a pessoa vender do que não fazer nada, mas quem compra, mesmo que for do campo, mas isso deixa de ser reforma agrária. Fazendo isso ai tá desestimulando outras pessoas, algumas entidades a apoiar, porque vira um meio de comércio. Tem um assentamento aqui do lado, o Fundão, é 14 família, hoje tem 6 famílias que foram assentadas na mesma época que nós, o resto foi tudo vendido, e isso tá acontecendo aqui no assentamento. Daqui a 2 anos, praticamente se você chegar aqui vai tá eu e algumas famílias. Hoje eu tava andando de cavalo, passaram 2 rapaz de moto pôr mim e eu nem sei quem é mais o pessoal daqui. Um 20 parcelas já foram vendidas e tem mais umas 20 a venda. Essa crise financeira que tá o país, teve parcela aqui vendida pôr 3 mil reais aqui dentro, esse rapaz da prefeitura que é funcionário público, veio cá e enrolou o rapaz que pegou o dinheiro e vazou. Um assentamento que para o Estado ficou no mínimo uns 50 mil reais, como essa parcela minha, se vê que há um desvio de verba pública, isso que tá acontecendo no assentamento tinha que ser denunciado no Ministério Público, isso aqui é grave, apesar de que o país é cheio de desvios de deputados, é uma coisa que tá cara demais e tá recente, dá pra fazer alguma coisa, pôr exemplo, eu peguei esse lote aqui, mas não é meu, eu to pegando uma coisa que é da União, do Estado e vendendo, eu já acabei com todo o projeto meu do assentamento, e o INCRA vem cá e ainda dá aval pra aquela pessoa que tá comprando, mesmo que o cara seja morador. Na verdade aqui dentro, tinha que Ter uma fiscalização; companheiro vem cá, uma pessoa só comandava esse assentamento todinho, com um salário mínimo; se o INCRA contratasse uma pessoa lá em Goiânia, dá uma casa

aqui e um salário mínimo, pra fazer isso, faz uma vistoria aqui no assentamento todo o mês. Como o INCRA não quer reforma agrária, deixa as coisas, vai assinando embaixo. E funciona, se tivesse isso aqui, a hora que eu pega meu gadinho vou tá criando, diversificando minha produção, porque o cara tá fiscalizando, quer saber da minha produção, que na verdade a gente que é brasileiro trabalha na base da pressão; se não tiver uma pressão, se larga ao léu então, porque a terra hoje é como uma empresa, se você não souber investir direitinho, trabalhar ela, a você vai embora mesmo. Eu mesmo, praticamente do jeito que nós trabalhava na roça, e do jeito que nós trabalha hoje é bem diferente, é mecanizado, tem que fazer análise do solo, isso tem que tá sempre atualizando; a vaca que pariu, que enxertou, tem que anotar tudo direitinho, antigamente soltava ela, é uma empresa e tem que fazer investimento e nós somos leigo bastante pra fazer isso aí. Porque o INCRA quando faz reforma agrária, tinha que ter um assistente social que tinha que fiscalizar nossa situação, ajudando a fazer projetos; tem projeto que não precisa de dinheiro, basta acompanhamento técnico, tirou até o LUMIAR, quando tava aqui nossa condição era lá em cima; hoje é uma vergonha. O nosso acompanhamento agora é só da CPT porque nós fomos atrás, eu participo das reuniões mensais lá na CPT, trabalho de animador de comunidade e lá eu sugeri de fazer a feira do produtor em Itaberáí, e tamo trabalhando essa questão da feira do produtor e com isso o pessoal começou a pensar em diversificar a produção. E o pessoal da CPT, tem agrônomo, tem muita gente, um rapaz que veio da Bélgica, a mulher dele também, ele já deu curso de abelha pra nós, já deu curso de plantio de banana, com a técnica direitinho como se faz, e com isso nós tamo diversificando a produção, porque o pessoal criou interesse de caminhar com as próprias pernas pra produzir e pôr na feira, porque mês de agosto agora vamos ver se começa essa feira lá em Itaberáí, tivemos a aval do prefeito lá, de doar o terreno pra fazer a feira do pequeno produtor, quem teve essa iniciativa foi nós aqui do assentamento, junto com a CPT, mas englobando todo o pessoal que trabalha na zona rural e é pequeno produtor.

Margarete: como você imagina o assentamento daqui uns anos?

Em relação ao passado já melhorou muito, na educação dos meus filhos, tamo na terra com saúde, graças a deus, já não me preocupo tanto com o amanhã, como me preocupava na cidade, na cidade é terrível, fico pensando assim em termos de comer, subemprego, aqui se a pessoa trabalhou, tem a produção garantida, apesar que tá curto, não tem assistência técnica, mas você sabe que come. O ano passado meu filho tava na escola particular, tava agüentando pagar, o que eu não tive pra mim, ele cresceu demais na escola particular, desenvolveu demais, é que infelizmente mudou de prefeito e aí o prefeito cortou o transporte até Itaberáí, agora só vai até o Olho d'água, agora meu filho tá na escola municipal, fraca demais, o ruim é isso, saber que seu filho pode estar numa escola melhor, mas como depende da prefeitura. Minha perspectiva é o ano que vem manter os dois numa escola melhor, lutar pra arrumar um transporte pra levar pra cidade. A desorganização nossa aqui, acho meio impossível a prefeitura investir aqui, a não ser que venha um projeto grande do governo, ainda mais que o prefeito é do PMDB, é rival de tudo, onde um senta o outro não senta, então quer dizer meio difícil, tem até uma área reservada de 70 e poucos hectares pra fazer uma escola técnica, pra nossos filhos aprender coma realidade nossa, do campo, pra fixar nosso filho no campo, pra poder trabalhar junto comigo, eu sei que essa área aqui é pequena com 1 hectare, mas se trabalhar na técnica, tem serviço pra mim e pro meus filhos, até eles formarem e caçar um destino pra eles, infelizmente tá acontecendo aqui, como tem uns companheiros assentados tá levando os filhos deles pra cidade, pra fazer o 2º grau lá, porque tem que continuar, se tivesse essa escola aqui onde foi deixada a área, tem umas conversações até boas sobre essa escola aí, parece que tem um pessoal da faculdade que tá interessado em ajudar nós, mas depende do governo, do prefeito, aí as coisas ficam mais difíceis. Antigamente tudo que nós queria nós conseguia, mudou demais, radicalmente. Hoje nós depende de um tanque de expansão, que é uma coisinha pequena pra botar nosso leite aqui, que nós vende leite a 16 centavos na safra, mal dá pra comprar um chiclete, enquanto eles vendem a 1 e tanto um litro de leite lá cidade, pôr causa de um tanque de expansão nós podia triplicar nossa renda e até a nossa produção de leite, mas um tanque de expansão que o governo tá dando a torto e a direito, nós não consegue mais organizar pra pôr aqui dentro. Porque na verdade a Itambé, a Nestlé, empresa privada, não quer pôr um tanque aqui porque eles não fazem compromisso, amanhã eu posso não tá aqui, como eles vão confiar em nós para pôr um tanque? Então nosso poder de pressão, de organização não tem mais, acabou. Nós somos mais de 100 famílias e 20 associados, você vai negociar com o prefeito ou com o governo é a associação que negocia, então é 20 pessoas negociando pra mais de 100 famílias. Vários são os fatores pra isso aí, um é o individualismo, a pessoa entra pra dentro da terra, ele foi criado naquele sistema, antigamente era assim e pronto, fecha as terra dele, vai cuidar das vaquinhas dele e não quer saber do mundo lá fora, apesar que hoje as pessoas já tá vendo que não é mais assim, já tá caçando meio de se organizar, mas

antes, quando entrou aqui, passou a cerca não quer mais saber da vida do outro, então, um dos fatores que leva a isso, acho que até a própria saída do MST daqui de dentro; o MST que fazia a organização e muita gente já tava cansado de 6 anos de MST na cabeça, tinha que fazer isso, Ter disciplina, saúde, o pessoal ficou desgastado com aquilo, o MST organizando o povo. Ai falaram, não agora nós vamos caminhar com as nossas próprias pernas, foi como se enfiar tudo dentro de um buraco só, o pessoal vende aqui e fala isso aqui não presta não; não dá conta de fazer isso aqui funcionar; vende e compra um carrinho velho, uma casinha lá na cidade, o cara vai pra lá e arruma um emprego pôr 200 reais e fala que aqui não tirava isso, só que ele não vê que não dá nem pra pôr combustível no carro dele, ai ele vende o carro, tá acontecendo com cem pôr cento das pessoas que vendeu aqui e ainda tem povo querendo vender, vendo o buraco que o outro tá caindo, o pessoal que vendeu aqui tá tudo na favela outra vez, situação precária, trabalhando de servente, acabou que tinha aqui. Uns voltaram pra Goiás, a maioria tá tudo beirando aqui, nesse povoado Olho d'água. O pessoal de Itaberaí ainda não saiu não. Mas é fácil jogar pedra, um pouco é que o pessoal não tá dando conta de produzir, nós não tem assistência técnica, colocar o produto no comércio, porque nós entrou aqui com a cabeça de fazendeiro, Ter a sua vaca pra produzir leite, igual fazendeiro; e não é, vaca hoje o rendimento dela é mínimo, então precisa diversificar, Ter um pouquinho de hortaliça, de milho, arroz, frutas, primeira coisa é produzir pra o auto sustento, depois o resto tem que fazer, mas nós já entramos com cabeça de fazendeiro. Se brinca a pessoa passa fome aqui na terra, porque não tem instrução, não tem assistência, o que é fundamental pra nós aqui e é uma motivação e outra coisa é um trabalho coletivo que nós não conseguimos fazer, nós participamos de um grupo semi-coletivo, metade de nossa área é individual e a outra metade é coletivo, e esse ano só trabalhamos o individual, mas nós tamo querendo voltar pro coletivo; aqui é separado pôr grupos, tem grupo que é individual, nós temos um grupo que é semi-coletivo, metade da área é individual, onde nós toca nosso gado, e a outra metade é coletiva, onde nós mexe com a lavoura, só que essas áreas coletivas ficou tudo individualizada porque não tem assistência técnica, pessoal não dá conta, tão pensando em pôr capim e soltar gado, como se gado fosse a solução de tudo e gado é um grande problema pra nós, porque gado é um cheque, sentiu falta de alguma coisa em casa, o feijão queimou ou o sofá tá rasgado se pega uma vaca e é dinheiro a vista, acho que assentamento inicialmente não podia nem existir vaca, porque ele não dá conta, vende uma vaca, no período de uma vaca parir e virar grande outra vez é 3, 4 anos e nesse período você já tá dentro do buraco. Nosso grupo aqui tá pensando em produzir uva, tem um pessoal tocando um projeto, uma vinícola aqui no estado, nós tamo pesquisando volta a trabalhar coletivo outra vez na produção de uva e também essa questão da feira do produtor, o pessoal tá começando a trabalhar mais coletivo, o mel, pôr exemplo, eu não tenho mata aqui, mas juntando o pessoal que tá na beira da mata; coletivo hoje é com 2, 3 famílias, coletivão não funciona, é difícil demais. Pôr exemplo milha mulher já tá querendo mexer com a outra mulher ali pra levar quitandas, biscoito pra feira, um coletivo familiar e que necessita, pôr que a gente sozinho, como vou mexer com abelha lá, não funciona bem. Tem que ser coletivo pequeno de algumas coisas, frango pra mulherada e funciona. E o pessoal da CPT tá trazendo projeto assim que funciona, mostra também as desgraças de cooperativas, pôr exemplo tem cooperativa que veio financiamento o pessoal fez um monumento, uma coisa grande, mexe com porco sem produzir milho, e não tem como tratar desses porcos; o pessoal fez a cooperativa mas não pensou em produzir primeiro, tem que Ter planejamento, isso é a chave da coisa, nós não tem planejamento e a cultura, o assentamento não funciona porque nossa cultura é individualista demais e não tem planejamento; eu acho assim, a cultura nossa ela é vencida através da necessidade se de repente se vê que alguém tá indo bem, provar que tá indo bem no coletivo, a cultura nossa vai ser vencida porque sabe que vai Ter que sair do individualismo nosso para produzir também, vencida pela necessidade e outra é planejamento, e ai tem que Ter técnico. A EMATER nunca deu assistência nenhuma, nós plantamos sem assistência; conseguimos os financiamentos, PROCERA, PROCERINHA, Habitação, apesar de que não foi grande coisa, o resto nós inteiramos do bolso, energia elétrica tá um dilema ainda, nós tem que pagar parece que é 700 reais dessa energia e 90% do pessoal não tem esse dinheiro pra pagar essa energia, um negocia paralelamente pôr um lado, a associação briga com o governo pra isentar ou que parcela de 10 reais pôr mês, tá uma bagunça, nós não tem organização aqui não. Os eixos não estão prontos, o INCRA não fez, tem lote seco ai, pôr isso o pessoal tá vendendo também porque não tem água, o INCRA promete e não põe água e fica preocupado em regulariza o pessoal que tá vendendo lote, tinha que tá preocupado em organizar os assentados, planejar os eixões, tá passando dentro das parcelas, tem gente que já tá brigando porque tá de saco cheio, um dos motivos do cara brigar, querer vender a parcela, não tem ponte, imagina pegar um lote seco pra cuidar de gado, o INCRA aprova um projeto pago com lote seco, tem condição? A água tem que furar cisterna, que funciona na época das águas, na época das secas a água baixa demais e seca. Um poço artesiano resolveria o problema, o INCRA funciona se você ficar lá na porta dele

pressionando, enchendo o saco, ocupar ele, nós já não tem essa força mais de organização, então tá tudo perdido ai. Mas reforma agrária funciona, dá certo, tiro base pôr mim, que não to bem, não to rico, mas não dependo mais dos outros pra viver, vivo bem com a minha família, tenho o que comer, tenho esperança, tenho perspectiva pros meus filhos futuramente, porque to buscando, to estudando, eu vejo uma reportagem eu estudo, fiz uma granja aqui, não dei conta de pôr os pintinhos, mas já vendi a carroça que tava parada, pra comprar os pintinhos pra botar nessa granja, o milho eu já colhi, mas funciona reforma agrária funciona, só não funciona mais pôr causa desse bosta do INCRA, não dá assistência de jeito nenhum, a assistência que tinha, do LUMIAR, tinha umas meninas novinhas igual do cê assim, que veio pra cá recém-formada, mas que tinha interesse de mostrar serviço, vinha pra dentro de nossas roças fazia pesquisa, análise de solo, regulava as plantadeira, fazia projetos pra nós, não agradava todo mundo, mas era pouca ainda pra nós, o governo ainda acha muito e arranca de nós, brincadeira.

Margarete: Uma curiosidade, por quê o assentamento tem esse nome?

Assentamento Chê, é o seguinte, na verdade porque durante a luta nossa tem muita formação, o MST mandou muita gente pro Rio Grande do Sul, fez o trabalho de formação lá, nós foi pro Espírito Santo, muita gente aqui dentro teve formação. Che Guevara, na verdade representava assim a libertação do povo pra nós, então, muita gente não sabe nem porque, não participa, mas pra nós que participou desde o início assim, nós definimos esse nome pôr causa que ele era um lutador e queria pôr esse nome, porque isso aqui foi coisa nossa, foi conquista. Foi definido no período de pré-assentamento, foi depois que saiu a imissão de posse. Fizemos uma assembléia, a coordenação sentava e discutia, foram citados vários nomes, mas a coordenação deu uma peneirada, ficou alguns nomes: Nativo da Natividade, sempre nome de pessoas que representavam a luta, apesar que não foi aqui no Brasil, mas que representava a luta.

Margarete: Como o grupo foi organizado no começo, como surgiu?

Apesar que eu não participei, surgiu em Goiás, eles fizeram trabalho em vários municípios, o próprio MST fez trabalho de base em Heitorai, Itapuranga, Goiás, Uruana, Itapira fez trabalho de formação, viu quem queria ir pra luta mesmo, só não falava onde que era a fazenda. Dava o nome pro pessoal da Estadual quem queria acampar; fazia o trabalho lá de como era a reforma agrária, muita gente não sabia, e como tava o país, as perspectivas de fazer assentamento, na época tava todo mundo eufórico aqui na região, já tinha feito uns assentamentos em Goiás, então basicamente o pessoal aqui é quase todo de Goiás, porque a reforma agrária começou em Goiás em cima de uma pedra, já começou errado, o solo é cascalho puro, aquilo não era assentamento, então já fez num lugar errado pra dar errado mesmo. Então quando nós fizemos esse assentamento aqui o pessoal que veio lá de Goiás dizia que não ia sair não, eles só faz onde tiver cascalho; o pessoal de lá tava acostumado a pegar o dinheiro lá e 'vazar', ai veio com esse pensamento. Então foi o MST que organizou tudo desde o início, fez o trabalho de base. Fui coordenador, trabalhei em muitos setores, higiene, saúde, o que pintava eu tava sempre ajudando, até para ajudar a passar o tempo e ajudar a organizar também. Eu sempre tive vontade de continuar na luta mas, infelizmente depois que a gente entra na terra, começa o trabalho individual é quase impossível, as vezes até pra ir na cidade fazer compra a gente não dá conta, mas minha vontade é grande demais. Como eu disse no começo, meus irmãos mesmo no início era contra eu, quando entrei pra essa terra, ai meu irmão veio pra cá, ficou uns tempos comigo e começou a tomar gosto pela coisa, hoje ele é pré-assentado no assentamento Canudos, tem uma irmã que tava acampada mas o marido dela parece que não agüentou muito tempo. Foi bom porque quebrou um pouco essa coisa, no começo meu irmão queria bater em mim, um dia tava aqui ele veio e queria levar minha esposa embora, aquela coisa. Hoje ele gostou da coisa, se fala do MST, o meu irmão dá a vida dele pelo MST. Lá em Canudos o MST é forte, aqui na Santa Rosa era pra ser o assentamento modelo do MST mas não deu certo. A política, direita entrou aqui e corrompeu muita gente, o PMDB, e o MST não aceitou aquilo, foi bem no início do pré-assentamento, eles entrou aqui, alguns candidatos a deputado, jogou dinheiro em alguns aqui, que até já vendeu o lote, pra fazer campanha aqui dentro e com isso essas pessoas tiveram força pra articular pra tirar o MST. Ai perdeu força e acabou saindo, hoje não tem mais nenhuma participação, não voltou mais, infelizmente. Apesar que não é muitas pessoas que pensam igual a eu não, mas a gente tinha caminhado mais. Porque se nós conquistou isso aqui foi o MST que ajudou nós, com nossa luta mas com organização do MST; o MST queria que nós entrasse coletivo pra poder liberar mais pessoas pra continuar essa luta e muita gente não queria mais,

tava cansado, não queria mais saber de nada. O processo aqui foi complicado, desgastante, eu acho que faz parte do sistema pra desmotivar.